

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LUÍS ROBERTO MANHANI

**O DISCURSO SOBRE O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA E NA
ETNOGRAFIA DO IHGB (1839-1925)**

FRANCA

2021

LUÍS ROBERTO MANHANI

**O DISCURSO SOBRE O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA E NA
ETNOGRAFIA DO IHGB (1839-1925)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para obtenção do título de Mestre em História.

Financiamento: FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) processo n.º 2019/00369-0.

Orientadora: Prof.^a Dra. Karina Anhezini de Araujo.

FRANCA

2021

M277d	<p>Manhani, Luís Roberto</p> <p>O discurso sobre o negro na historiografia e a etnografia do IHGB (1839-1925) / Luís Roberto Manhani. -- Franca, 2021 152p.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Karina Anhezini de Araujo</p> <p>1. Historiografia. 2. Etnografia. 3. Negro. 4. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUÍS ROBERTO MANHANI

**O DISCURSO SOBRE O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA E NA ETNOGRAFIA DO
IHGB (1839-1925)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof.^a Dr.^a. Karina Anhezini de Araujo, UNESP

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Rodrigo Turin, UNIRIO

2º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a. Virgínia Camilotti, UNESP

Franca, ____ de _____ de 2021.

Em memória de Dona Maria, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Como há muito a agradecer, espero tornar esse texto um longo e reconfortante momento de esperança.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, a mulher que tornou tudo isso possível. Dona Maria, mulher simples e pobre de cidade pequena, provavelmente nunca imaginou que seu nome fosse escrito em uma dissertação de mestrado, porém nunca deixou de me incentivar e se orgulhar de minhas conquistas. Mãe, eu lhe agradeço por todos os momentos de dificuldade e tristeza, agradeço pelos empregos que teve que aceitar e pelas muitas noites mal dormidas. Mesmo que nunca leia essas palavras, sei que elas procuram fazer jus ao que foi, é e sempre será: um exemplo, uma força e um amor. Suas palavras me ensinaram, suas rugas me mostraram e suas mãos me guiaram não apenas por estas linhas, mas por todas as anteriores e as que ainda virão. Obrigado, Maria Aparecida Sola, meu amor.

Agradeço também aos meus tios, Valdir Camacho e Rosemary Camacho, que, além do grande apoio e presença, me transmitiram também seu amor à leitura, possibilitando que meu mundo se convertesse em grandes memórias, viagens inesquecíveis e risíveis amores.

Agradeço imensamente à professora Karina Anhezini, que me orientou nessa jornada desde o início da graduação. Saliento, no entanto, que sua orientação precisa e sempre muito profissional nunca deixou de ser também um grande ensinamento. Humana, Karina observou o aluno ansioso que acompanhava suas aulas sempre atento, auxiliou na construção de seu projeto de pesquisa e o acalmou diante dos anseios, sempre lhe ensinando como a palavra “professora” pode ter um novo significado. Karina também estava presente em momentos difíceis que a vida acadêmica não permite colocar no Lattes. Com compreensão e carinho, ela também me orientou na vida – aquela finda e real, feita de carne e osso. As linhas que seguem também não seriam possíveis sem ela, pois com paciência e muita, muita dedicação, fez com que minhas ideias pudessem se desenvolver, acolheu minhas novas escolhas, corrigiu erros e confiou em mim. Obrigado, Professora.

Não poderia deixar de agradecer ao grupo Memento da Unesp Franca e todos os seus membros que acompanharam cada passo desta pesquisa com leituras atentas e observações que estão em cada uma das palavras que seguem. Agradeço aos meus amigos da pós-graduação pelas cervejas, risadas e pela (necessária) descontração nesse caminho deliciosamente difícil.

Deixo também meu “muito obrigado” aos professores Rodrigo Turin e Virgínia Camilotti, tanto por suas indicações e leituras no exame de qualificação quanto pelo carinho e

atenção na defesa dessa dissertação. Turin, mesmo sem saber, acompanhou-me desde a Iniciação Científica, e Virgínia me deu força e alegria no início tortuoso desse percurso.

Todo esse processo só foi possível graças à Universidade Estadual Paulista, onde pude aprender, viver e sonhar o inimaginável. Agradeço aos que lutaram pela existência dessa universidade, aos funcionários e professores que a tornam tão especial e aos alunos que compartilharam comigo essa jornada. A universidade pública resiste!

Agradeço aos meus amigos e irmãos Danilo, Ninho, Marquinhos e Mateus por me distraírem e divertirem em meio às agruras da pesquisa.

Nesses dois anos de muito trabalho, aprendizado e dificuldade, pude dividir minha vida com alguém muito especial, alguém que me deu força, amor e carinho em cada um dos momentos que compõem esse imenso mosaico. Grande parte desse caminho foi escuro, sombrio e triste, sobretudo por ser atravessado por uma pandemia mundial e um pandemônio nacional. Mas a escuridão, as sombras e a tristeza desses momentos não são nada quando comparadas ao amor que tive o privilégio de compartilhar nesses dois anos. Júlia estava comigo em cada uma dessas linhas e também dividiu comigo tudo o que aconteceu por trás delas. Quando chorei, havia um abraço; quando sorri, havia sorriso (muito mais bonito); e quando consegui, havia orgulho nos olhos de alguém que me dá tanto orgulho. Compartilhei minha vida e nunca fui tão feliz. Obrigado, Júlia Freitas Gomes, por tudo, um tudo que só eu e você sabemos o que é.

Agradeço a todos e todas que se encontram nas páginas finais deste trabalho, um agradecimento que pode ser clichê, mas nem por isso menos verdadeiro. Em todo esse percurso, estive sob os ombros de gigantes.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo por financiar essa pesquisa e possibilitar que me dedicasse exclusivamente a essa investigação.

MANHANI, Luís Roberto. **O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB (1839-1925)**. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

RESUMO

No século XIX brasileiro, o estudo histórico ganha importância, em parte, pelos projetos de construção da nação. Com isso, outras ciências, por vezes denominadas auxiliares, também ocupam espaço relevante nas discussões dos letrados, como é o caso da Etnografia. Interessado nessa questão, o presente trabalho procura investigar de que modo os saberes histórico e etnográfico tomaram o negro como objeto de estudo no Brasil escolhendo como lugar privilegiado de observação o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Percorremos as páginas do principal meio de divulgação dos estudos e das ações do Instituto, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), editada a partir de 1839, para compreender quais discursos sobre o negro emergiram nessa produção de saberes e como suas formações estiveram vinculadas a uma reflexão sobre a historicidade da nação e a temporalidade destinada ao negro. O início de nosso recorte temporal foi determinado pelo primeiro artigo que menciona o negro, em 1839, no discurso inaugural da instituição, para então acompanharmos de que maneira o Instituto foi delimitando um lugar para o negro em uma relação dinâmica com as formulações próprias aos saberes. Foi possível mapear a produção de três temporalidades, a saber: a presença da ausência negra; a utilização pragmática da heroização e de mecanismos necropolíticos; também, simultaneamente, o negro-escravo e uma nostalgia imperial marcados pelos impactos de acontecimentos como a Abolição da escravidão e a Proclamação da República. Finalizamos nossa investigação no ano de 1925, data da publicação do último texto que trata do negro na RIHGB antes do lançamento da obra *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, a qual se tornou um marco nos estudos sobre o negro no Brasil, e da fundação das universidades de São Paulo e do então Distrito Federal, que possibilitaram, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, um deslocamento institucional e epistemológico, ainda que lento, dos estudos históricos.

Palavras-chave: Historiografia. Etnografia. Negro. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ABSTRACT

In the 19th century in Brazil, historical study gains importance for the nation's construction projects. As a result, other sciences, sometimes called auxiliaries, also occupy a relevant space in the discussions of the learned, such as Ethnography. Interested in this issue, the present work investigates how the historical and ethnographic knowledge took the black as an object of study in Brazil, choosing as a privileged place of observation the Brazilian Historical and Geographic Institute, founded in 1838. We went through the pages of the main a means of disseminating the Institute's studies and actions, the Brazilian Historical and Geographic Institute Magazine, published since 1839, to understand which discourses about black people emerged in this production of knowledge and how their training was linked to a reflection about the nation's historicity and the temporality destined for black people in these publications. Our temporality was determined by the first article that mentions blacks in 1839, in the institution's inaugural speech, so that we can then follow how the Institute was delimiting a place for the Negro in a dynamic relationship with the formulations proper to knowledge. It was possible to map the production of three temporalities, namely: the presence of a black absence; the pragmatic use of heroicization and necropolitical mechanisms; and, simultaneously, also, the Negro-slave and an imperial nostalgia marked by the impacts of events such as the Abolition of slavery and the Proclamation of the Republic. We completed our investigation in 1925, the date of publication of the last text dealing with black people in the Brazilian Historical and Geographic Institute Magazine; before the publication of *Casa Grande & Senzala* (1933) by Gilberto Freyre, which became a landmark in studies on blacks in Brazil, and the foundation of the universities of São Paulo and the then Federal District, which made it possible over the decades of 1930, 1940 and 1950 an institutional and epistemological displacement, albeit slow, of historical studies.

Keywords: Historiography. Ethnography. Black. Brazilian Historical and Geographic Institute.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

PARTE 1

CAPÍTULO 01

1. A AUSÊNCIA NEGRA E O PASSADO.....	20
1.1. Em meio à crise, volta-se ao passado.....	23
1.2. A domesticação de um passado nacional.....	24
1.3. A possibilidade indígena e o “empecilho” negro.....	30
1.4. O “poderoso rio” e os “pequenos afluentes”	37

CAPÍTULO 02

2. A AUSÊNCIA NEGRA E O FUTURO PASSADO.....	51
2.1. O “problema negro” e a almejada ausência do futuro.....	52
2.2. O branqueamento da mão de obra e o “zênite” civilizacional.....	59
2.3. O “inimigo interno” e o “medo” branco.....	64
2.4. A identidade nacional e a ausência negra.....	68

PARTE 2

CAPÍTULO 03

3. O NEGRO E O SOLDADO: OS “CORTESÃOS DO INFORTÚNIO”	72
3.1. “Sob a negra epiderme”: a construção do herói.....	73
3.2. A Batalha de Guararapes: cores e valores.....	81

3.3. Os “voluntários” e a Pátria..... 85

3.4. A necropolítica e o “infortúnio” 90

CAPÍTULO 04

4. O PASSADO PRESENTE DA ESCRAVIDÃO E A NOSTALGIA IMPERIAL..... 95

4.1. A “vergonha” do protetor e o “embaraço” dos protegidos..... 97

4.2. Os grilhões e a coroa: o passado presente..... 108

4.3. “A Redentora” e a raça emancipada..... 126

4.4. O negro e o “povo”: entre a possibilidade e a inferioridade..... 132

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 135

FONTES E BIBLIOGRAFIA..... 140

Fontes..... 140

Bibliografia..... 143

INTRODUÇÃO

O saber histórico ganhou relevância no século XIX brasileiro, principalmente, pelos projetos de construção da nação. Outras ciências, por vezes consideradas auxiliares, também receberam atenção nas discussões dos letrados nacionais, como é o caso da etnografia. Interessado nessa questão, o presente trabalho procurou investigar de que modo os saberes histórico e etnográfico tomaram o negro como objeto de estudo no Brasil escolhendo como lugar privilegiado de observação o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Percorremos as páginas do principal meio de divulgação dos estudos e das ações do Instituto, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), editada a partir de 1839, para compreender quais discursos sobre o negro emergiram nessa produção de saberes e como suas formações estiveram vinculadas a uma reflexão sobre a historicidade da nação e a temporalidade destinada ao negro. Nosso recorte temporal foi determinado pelo primeiro artigo que menciona o negro, em 1839, no discurso inaugural da instituição, para então acompanharmos de que maneira o Instituto foi delimitando um lugar para o negro em uma relação dinâmica entre formulações próprias aos saberes e os impactos de acontecimentos, como a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, alcançando o ano de 1925, data da publicação do último texto que trata do negro na RIHGB. Tal publicação ocorreu antes do lançamento da obra *Casa Grande & Senzala*¹ (1933), de Gilberto Freyre, a qual se tornou um marco nos estudos sobre o negro no Brasil, e da fundação das universidades de São Paulo e do então Distrito Federal, que possibilitaram, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, um deslocamento institucional e epistemológico, ainda que lento, dos estudos históricos².

As questões que orientaram esta pesquisa se localizam em uma área de estudos, a história da historiografia, que tomou novo impulso e definição no Brasil a partir da década de 1980, quando o número de linhas de pesquisa, revistas e eventos especializados nesse gênero de reflexão sobre a produção histórica cresceram muito. As investigações sobre o IHGB, enquanto reduto de escrita da história nacional, datam de um período anterior, principalmente

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

² A relevância da fundação das universidades para a produção historiográfica é debatida pela historiografia atual, ver: ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea de; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (Org). *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 233-246.

levando em conta os primeiros trabalhos de José Honório Rodrigues³. Contudo, foram as pesquisas de Manoel Luiz Salgado Guimarães sobre o perfil de seus sócios e a problematização da historiografia produzida no IHGB que conferiram uma mudança importante de perspectiva sobre a análise da produção histórica da agremiação⁴.

Esses trabalhos destacam a importância assumida pela instituição ao longo do século XIX, sobretudo na construção da história “oficial” do Brasil, mesmo que esse epíteto tenha sido negado pelos letrados da agremiação. Criado a partir da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o IHGB tinha, em seu quadro de fundadores, políticos de carreira e burocratas de Estado⁵. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, outra importante historiadora da área, “essas pessoas, em tese, pertenceriam aos segmentos mais abastados da população do Império. Ou, então, suas famílias, mesmo não sendo ricas, deveriam desfrutar das benesses reais”.⁶ Manoel Salgado Guimarães destacou também que, a partir de 1849, o Instituto colocou-se sob a proteção do Imperador Pedro II, uma relação que se estreitou ao longo do tempo, seja com o crescente financiamento advindo do Estado Imperial, com a instalação da entidade no Paço da Cidade (no mesmo ano), ou com a constante presença de Pedro II nas reuniões da agremiação ao longo do Segundo Reinado⁷.

Temístocles Cezar⁸, outro pesquisador dedicado à produção historiográfica oitocentista, compreende que o Instituto procurou, por meio de uma *retórica da nacionalidade*⁹, convencer os brasileiros “de que compartilhavam um passado em comum”,

³ Destaco alguns estudos: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 2ª. ed., revista, aumentada e ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (2 volumes); *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965; *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969; *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857 / Manoel Luiz Salgado Guimarães*, [Tradução de Paulo Knauss e Ina Mendonça] – Rio de Janeiro: EdERJ, 2011.

⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, n. 388, p. 480-481, 1995.

⁶ GUIMARÃES, L. M. P., 1995, p. 479.

⁷ GUIMARÃES, 1988, p. 10.

⁸ CEZAR, Temístocles. *Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX*. Ensaio de história Intelectual. In: PESAVENTO, Sandra. (org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 173-208; outras obras do mesmo autor: Lição sobre a escrita da história: Historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1. Maringá, p. 11-29, 2004; Narrativa, cor local e ciência: notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 11-34, jul./dez. 2004; Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História do Brasil Oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, Linguagem, objetos: Leituras da História Cultural*. Bauru: Edusc, 2004; O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, v. 11, p. 306-312, 2007.

⁹ CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 29-41.

bem como de um “presente com a mesma identidade”¹⁰. O intuito era criar laços de pertencimento que possibilitassem construir uma unidade, uma homogeneização que permitiria a formação do próprio “brasileiro”. Dessa forma, por meio da história e da etnografia, o Instituto procurou *domesticar o passado*¹¹ de maneira a “contribuir para a construção de uma consciência nacional”¹², delinear o “perfil da nação brasileira”¹³, inclusive para poder compreendê-la na temporalidade das demais nações¹⁴ e, com todo esse processo concluído, consolidar o Estado nacional.

Essa cultura histórica oitocentista¹⁵ utiliza o saber histórico para operar intelectualmente a construção de um passado comum que permitisse produzir homogeneidade, demarcando as especificidades nacionais enquanto confere um sentido explicativo para o Brasil. Vinculado a uma tradição iluminista, esse projeto de nação encontra na Europa o seu principal modelo de desenvolvimento e progresso¹⁶. Assim, a manutenção da monarquia portuguesa converte-se em um símbolo da continuidade do processo civilizatório iniciado pelos europeus, enquanto, por meio de uma relação de alteridade, negros e indígenas, povos considerados estranhos a essa civilização, convertem-se em “outros” internos, que poderiam ser incluídos ou excluídos desse projeto de nação¹⁷.

Ainda que cada “elemento tenha contribuído com sua “parte” para a formação nacional, o branco é compreendido como o “principal motor” do desenvolvimento brasileiro¹⁸, enquanto o indígena torna-se o marcador da especificidade brasileira que precisava ser “desvendada”, sobretudo por meio da etnografia. O estudo de Rodrigo Turin *Tessituras do Tempo: Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista* dedica-se à compreensão da importância da etnografia para os letrados do século XIX no estudo do lugar e do tempo destinado aos povos indígenas. Em fins do século XVIII e durante o século XIX, inicia-se e consolida-se, respectivamente, um processo de centralização do saber histórico e a constituição da disciplina História, criando-se lugares de produção e métodos próprios que

¹⁰ CEZAR, 2006, p. 29

¹¹ GUIMARÃES, 2006, p. 45-57.

¹² WEHLING, Arno. Construindo o Estado e a Nação (nas origens do IHGB). *Carta Mensal*, n. 689, Rio de Janeiro: CNC, 2012, p. 8.

¹³ GUIMARÃES, 1988, p. 6.

¹⁴ GUIMARÃES, 1988, p. 6.

¹⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 9-24.

¹⁶ GUIMARÃES, 1988, p. 7.

¹⁷ GUIMARÃES, 1988, p. 7.

¹⁸ MARTIUS, Karl F. von. Como se deve escrever a história do Brasil, *Revista do IHGB*, 1844, Tomo IV, p. 408.

conferem cientificidade à busca pela compreensão do passado. O saber etnográfico utilizado para uma descrição da alteridade aliou-se à historiografia produzida no período, buscando não só descrever essa alteridade, mas também as próprias identidades. Assim, a mesma base epistemológica pode ser encontrada nas duas formas de compreensão, sendo a etnografia uma das “ciências auxiliares”¹⁹ da História, que se pretendia universal; as duas tentavam encontrar genealogias e compreender as relações dos diferentes povos.

A Etnografia, explica Turin, nasceu para investigar o passado dos que até então eram considerados povos a-históricos. Por meio do saber etnográfico, seria possível “acessar esse obscuro passado”, operando as dualidades, característica dessa ciência no oitocentos: *oralidade/escrita*, *consciência/inconsciência*, *alteridade/identidade*²⁰. Segundo Kaori Kodama²¹, outra pesquisadora que se dedicou a compreender os discursos etnográficos sobre os indígenas na agremiação, os nativos brasileiros seriam convertidos em “documentos” de um tempo remoto, destinado a compor um passado da Terra de Santa Cruz, um tempo anterior à chegada dos portugueses²², o que permitiria a construção de uma identidade externa e interna com uma temporalidade alinhada *pari passu* com o tempo das demais nações.

A etnografia do Instituto se concentrou, exclusivamente, no indígena em todo o século XIX²³. Em seus estudos sobre as questões raciais no Brasil, Lilia Moritz Schwarcz²⁴ também observou que a historiografia da agremiação, em boa parte do século XIX, não se preocupou em analisar as três raças, propostas por Karl Friedrich Philipp von Martius, da mesma maneira. Para a autora, enquanto com relação ao indígena “imperava a visão romântica”, ao negro restava “o espaço de detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação”²⁵. Assim como no projeto historiográfico que orientou as práticas para que a agremiação tratasse de cada uma das raças, o negro teria um lugar diminuto na produção do IHGB.

Para observarmos esse movimento em um período maior, avançamos no recorte temporal apoiados em outros estudos dedicados à análise da historiografia brasileira, são eles:

¹⁹ TURIN, 2013, p. 17.

²⁰ TURIN, 2013, p. 24.

²¹ KODAMA, Kaori. *Os índios no império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009

²² KODAMA, 2009.

²³ TURIN, 2013, p. 37.

²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²⁵ SCHWARCZ, 1993, p. 147.

A República, a História e o IHGB, de Ângela de Castro Gomes²⁶, e *Da escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, de Lúcia Maria Paschoal Guimarães²⁷. Gomes analisa a História científica e a ensinável, ou seja, a educação e as mudanças pelas quais passou o IHGB durante a substituição do regime monárquico pelo republicano. A autora aponta uma preocupação da historiografia com a educação cívica, bem como as dificuldades que atingiram o IHGB com o fim da monarquia e do patrocínio direto do imperador. Lucia Maria Paschoal Guimarães demonstra que o Instituto foi se modificando e se adaptando ao novo regime político, com alterações no modelo de ingresso de seus sócios e em seus objetos de estudo. Partindo de três nomes importantes do Instituto, Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, Max Fleiüs e Conde de Afonso Celso, a autora acompanha as alterações pelas quais o IHGB passou, desde o fim do mecenato de Pedro II até o surgimento do novo mecenas, Getúlio Vargas.

Esse período é, portanto, de suma importância para pensarmos as relações entre política e cultura no Brasil, especialmente, em nosso caso, no campo histórico e etnográfico. Por isso, a delimitação de nosso recorte teve como baliza inicial a emergência dos primeiros estudos que tratam do negro na RIHGB e seguiu mapeando detalhadamente essa produção na tentativa de descrever as possíveis mudanças e permanências no discurso histórico e etnográfico sobre o negro no Brasil durante a alteração do regime político e as primeiras décadas republicanas.

Em nosso mapeamento, encontramos 15 textos que tratam do negro ou indicam essa necessidade, estes podem ser divididos em quatro grupos: “Reproduções” (cinco textos), documentos históricos considerados fontes importantes para a composição da história nacional que foram impressos na revista do Instituto; “Prescrições” (um texto), projetos historiográficos para a escrita da história do Brasil; “Prognósticos” (três textos), textos que procuram apresentar problemas nacionais e suas possíveis soluções; e, por fim, “Acontecimentos narrados” (seis textos), estudos sobre eventos do passado nacional que, em alguma medida, contam com a participação dos negros.

²⁶ GOMES, Ângela de Castro. “É a história uma ciência?” O IHGB e os Historiadores da Primeira República. In: _____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte-MG: Argvmentvm, 2009, p. 21-52; *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013, 220 p.

²⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. – Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. 248p. il. Destacam-se também da mesma autora: *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.; *Circulação de saberes, sociabilidades e linguagens historiográficas: dois congressos de História nacional (1914 e 1949)*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 162-181.

Dessa forma, iniciamos nossa investigação no primeiro volume publicado pelo IHGB, em 1839, e percorremos a revista até o início da década de 1930. Foram examinados mais de 90 anos de produção sobre o passado, o presente e os projetos de futuro construídos pelo IHGB para compreendermos quais discursos sobre o negro circularam na entidade e como se deram suas emergências, sobretudo se considerarmos a importância da instituição, que se colocou como responsável por conduzir os estudos sobre o passado, a formação e a identidade do Brasil.

Dividimos o trabalho em duas partes compostas por dois capítulos cada. Na primeira parte, investigamos os discursos sobre o negro nos primeiros 30 anos de produção do IHGB. Após o mapeamento dos artigos e uma análise inicial, pudemos localizar nessas primeiras décadas uma certa homogeneidade na construção das narrativas em que a presença do negro convergia para acontecimentos nacionais ou em prognósticos que procuravam orientar ações para o futuro. Observamos que, entre sua fundação e o início dos movimentos pela abolição, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro procurou construir um discurso sobre o negro que lhe conferisse uma *presença enquanto ausência*, seja na escrita sobre o passado ou nos projetos de futuro para a nação.

Inicialmente, no primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos o movimento de consolidação do Instituto enquanto lugar privilegiado de produção histórica, percorrendo os primeiros textos de fundação, os principais objetivos da agremiação e as delimitações impostas pelos textos prescritivos para o saber histórico. Foi no acalorado debate sobre o indígena que começamos a observar a emergência do discurso sobre a ausência negra. Esse discurso foi reforçado pelo projeto historiográfico de Martius e pela fundação da seção etnográfica que se voltou apenas para o estudo sobre os nativos nacionais.

No segundo capítulo, dedicamo-nos à análise de dois *prognósticos*²⁸ reproduzidos na *Revista do IHGB*. Esses artigos, que têm uma temporalidade diferente dos demais, buscam apresentar problemas e propor soluções para o desenvolvimento e o progresso do Brasil. Contudo, com o modelo de civilização centrado na Europa, tanto o negro quanto a escravidão seriam considerados “empecilhos” para que o “zênite” nacional fosse alcançado. A maioria dessas propostas centram-se na importação de imigrantes europeus como solução para substituir os trabalhadores escravizados nas lavouras e cidades, dispensando a necessidade da mão de obra negra, seja para abolir de vez o sistema escravocrata ou para tornar cada vez

²⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 31.

mais branca a população nacional e cada vez mais ausente do futuro que projetavam o negro brasileiro.

Na segunda parte da dissertação, acompanhamos dois diferentes discursos que se relacionam com três momentos importantes do fim do século XIX: a Guerra do Paraguai, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Com a eclosão do conflito no Prata, os sócios do IHGB procuraram conciliar uma necessidade pragmática, angariar soldados para as fileiras do exército nacional, com a continuidade do processo de branqueamento iniciado com as políticas de imigração europeia. Por meio do discurso histórico, esses letrados procuraram reunir exemplos do passado em que a participação de negros no exército possibilitou tanto sua liberdade quanto sua glória. Mais do que atender à demanda de soldados, esse discurso atende a um mecanismo necropolítico²⁹, que envia parte do “empecilho” nacional para a morte. Esse é o enredo do terceiro capítulo.

Com o fim do conflito, o aprofundamento de políticas pela emancipação e a derradeira crise do Segundo Reinado, o IHGB teve diante de si desafios ainda maiores. Sob a proteção do Imperador e com diversos monarquistas em seus quadros, a agremiação carioca foi condenada por muitos como um dos pilares do atraso representado pelo Império e pela própria escravidão. Percorrendo o período da Abolição e os momentos posteriores à Proclamação da República, nosso quarto capítulo aborda o surgimento de um outro discurso sobre o negro: a emergência do binômio negro/escravo, que procura confinar o negro em um passado que não passa, reativando, por meio desse discurso, o *status* de cativo, mesmo após a extinção total da escravidão.

No mesmo movimento, os sócios do Instituto buscaram, por meio de uma *nostalgia imperial*³⁰, afastar da família Bragança – e por que não da própria agremiação – a pecha do sistema escravocrata. Para tanto, cada um dos membros da família imperial foi revitalizado como parte de um processo de emancipação controlado por brancos, enquanto negros e negras que lutaram por centenas de anos contra o cativeiro foram retratados como passivos, inaptos e gratos pela doação de sua liberdade. Esse discurso se manteve hegemônico até o início da década de 1930, mesmo que alguns dos letrados que compunham a chamada “geração 1870”³¹

²⁹ MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*: Rio de Janeiro, n. 32, p. 131, 2016.

³⁰ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação de identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

³¹ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

viesses a publicar na *Revista do IHGB* estudos que tomaram o negro como objeto, preocupando-se em analisar suas origens africanas, suas religiões e seus costumes.

A leitura desses textos foi realizada em consonância com os estudos de Michel de Certeau, ou seja, procuramos problematizar a escrita da história enquanto uma operação, que pode ser compreendida como fruto das relações entre um *lugar social, práticas* bem delimitadas e uma *escrita* característica³². Analisar os vetos, os interditos, as normas e as possibilidades determinadas por um *lugar*, assim como suas *práticas*, que, em muitos casos, tornam-se mais claras em textos que procuram prescrever como devem ocorrer as investigações, foi o caminho trilhado neste estudo, que privilegiou a análise desses 15 textos publicados na instituição responsável pela produção histórica no período. Interessados no estudo das relações com o tempo, buscamos também analisar como foram construídas as diferentes ordenações do tempo, seja na própria escrita da história, em conjunto com as análises de Rodrigo Turin sobre a temporalidade destinada aos indígenas, seja, especificamente, nos documentos e estudos que tomam o negro como objeto³³.

³² CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 45-108.

³³ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

PARTE I

CAPÍTULO 1

A AUSÊNCIA NEGRA E O PASSADO

Não é possível dizer com precisão qual era a porcentagem da população brasileira que se declarava negra no início do século XIX³⁴. O primeiro censo brasileiro que considerou o fator étnico/racial foi realizado apenas em 1872. Levando em conta os números, mesmo que questionáveis³⁵, deste levantamento, 60% da sociedade brasileira era preta ou parda na segunda metade do oitocentos. Os números do tráfico de escravizados podem nos dar uma noção da quantidade de homens e mulheres que foram trazidos do continente africano para o Brasil³⁶. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, entre o século XVI e 1850, pelo menos 4 milhões e 800 mil pessoas foram importadas como escravos para essa parte da América. Em uma comparação geral com os números do tráfico transatlântico, 46% dos escravizados que foram retirados da África desembarcaram nos portos brasileiros³⁷. Só entre as décadas de 1820 e 1850, ou seja, após a Independência, pelo menos 1 milhão e 500 mil negros e negras vieram forçosamente para o Brasil³⁸. Observando todos esses números, é possível afirmar que pelo menos 50% da população brasileira, na primeira metade do século XIX, era preta ou parda.

A descrição desses dados pode fazer parecer que pretendemos realizar um estudo demográfico ou sobre a composição étnica da população brasileira oitocentista. Porém, nosso

³⁴ Consideramos “negros” todas as pessoas que se declaram “pretas” e “pardas”. Esse conceito – político – foi construído para beneficiar as vítimas de racismo, sejam elas descendentes de negros e brancos ou apenas de negros. MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 113-114.

³⁵ Luiz Felipe de Alencastro levantou dúvidas sobre o método utilizado no período, mas também considerou os números razoavelmente factíveis. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império, In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 87-88.

³⁶ Tratamos aqui dos levantamentos publicados no site Trans-Atlantic Slave Trade Database (TSTD), organizado – principalmente – por David Richardson e David Eltis, com a participação ativa de pesquisadores brasileiros como Manolo Florentino e Daniel Domingues; bem como do *Atlas* do tráfico transatlântico. ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven, Yale University Press, 2010. Há outras obras de referência para se compreender os números do tráfico de escravizados para o Brasil, como os estudos de Daniel Domingues, Manolo Florentino e Walter Hawthorne. DOMINGUES, Daniel. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*. Nova York: Cambridge University Press, 2017; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014; HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2010.

³⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico transatlântico. In.: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das Letras: São Paulo, 2018, p. 59.

³⁸ IBGE, Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 60.

intuito neste capítulo é analisar a produção de um discurso sobre o negro que lhe confere uma *presença enquanto ausência*. Investigar uma construção retórica que, para fabricar uma nacionalidade, procurou tornar ausente do passado nacional mais da metade de sua sociedade. Pretendemos observar como, dentro de uma *retórica da nacionalidade*³⁹, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), uma instituição com fortes laços com o governo imperial, buscou *domesticar o passado*⁴⁰ da nação, para produzir uma identidade nacional excludente e majoritariamente branca.

Fundado em meio a graves crises, o IHGB pretendia “contribuir para a construção de uma consciência nacional”⁴¹, delinear o “perfil da nação brasileira”⁴², inclusive para poder situá-la no conjunto mais amplo de nações⁴³ e, com todo esse caminho percorrido, consolidar o Estado nacional. Era preciso produzir uma homogeneização, uma unidade que atingisse todas as diferentes camadas de pertencimento para formar o corpo de uma nova identidade, o “brasileiro”. Unindo o velho e o novo, Europa e América, essa elite letrada reunida em torno do IHGB estabeleceu uma relação de alteridade que, com caráter marcadamente excludente, pretendia construir a identidade nacional em oposição ao “outro” interno, povos considerados estranhos a essa civilização, negros e indígenas, e estabelecer, dentro desses parâmetros, se essa parcela muito significativa da população deveria ser incluída ou excluída desse projeto de nação. Para tornar o Brasil o centro das luzes e o herdeiro da civilização branca nos trópicos, era importante escrever *um* passado que fabricasse, “pelo recurso de um tempo decorrido, a legitimidade” dessa identidade que se pretendia forjar.⁴⁴

Por meio de uma operação historiográfica⁴⁵, os sócios dessa agremiação procuraram consolidar um *lugar* privilegiado de produção do passado nacional, e, dentro desse limite institucional, com “determinações próprias”, instauraram-se métodos e *práticas* particulares que possibilitaram a escrita de uma história brasileira que buscou organizar e fornecer de maneira coerente uma chave explicativa para o presente⁴⁶. Levando em conta as reflexões do

³⁹ CEZAR, 2006, p. 29-41.

⁴⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Linguagens*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, p. 45-57.

⁴¹ WEHLING, Arno. Construindo o Estado e a Nação (nas origens do IHGB). *Carta Mensal*, n. 689, Rio de Janeiro: CNC, 2012, p. 8.

⁴² GUIMARÃES, 1988, p. 6.

⁴³ GUIMARÃES, 1988, p. 6.

⁴⁴ GUIMARÃES, 2006, p. 51.

⁴⁵ CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 45-108.

⁴⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória

historiador alemão Reinhart Koselleck⁴⁷, sobretudo sobre as alterações na semântica do conceito moderno de história e a ferramenta heurística proposta por François Hartog, pretendemos observar como a produção do Instituto edificou essa *presença enquanto ausência* por meio de pressupostos próprios de um *regime de historicidade*⁴⁸ moderno, atendendo às demandas específicas de uma experiência que articula o passado, o presente e o futuro em um tempo único e progressivo. Com as marcas indeléveis da escravidão e da colonização, além da presença de povos indígenas, parte da elite política brasileira, reunida em torno do IHGB, procurou orientar políticas públicas e organizar um arcabouço teórico e metodológico que permitisse, através da história, construir um passado e um futuro nacional, majoritariamente branco.

Neste primeiro capítulo, acompanharemos a criação do Instituto, as delimitações dos primeiros contornos de sua operação historiográfica e a produção de uma *presença enquanto ausência*, que seria demarcada tanto pelo pequeno número de artigos relacionados aos negros quanto pela centralização dos estudos etnográficos em torno do objeto indígena. Percorrendo alguns dos textos de fundação da agremiação, descreveremos os caminhos construídos pelos fundadores para consolidar o IHGB como um lugar privilegiado de produção sobre o passado. Então, observaremos um “programa” sobre a civilização dos indígenas, o primeiro texto que trata do negro na revista do Instituto, ainda que indiretamente. Em seu prognóstico, Januário da Cunha Barbosa, um dos signatários da criação da entidade, procura demarcar os limites para a representação da participação do negro na narrativa histórica, processo que foi aprofundado com o projeto historiográfico de Karl Friedrich Philipp von Martius⁴⁹, premiado pelos sócios da entidade. O mesmo texto também reforça a necessidade da criação de uma seção etnográfica que procurasse investigar os costumes, a língua, os monumentos e a religião dos autóctones, pressupostos que, como veremos, também são apontados por outros membros do Instituto.

Disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 12.

⁴⁷ Nós nos referimos aqui às reflexões de Reinhart Koselleck sobre a mudança do conceito de história entre meados do século XVIII e o início do século XIX, especificamente no contexto alemão: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Para uma reflexão do caso brasileiro: ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. ARAÚJO, Valdeí Lopes de; PIMENTA, João Paulo G. História. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 119-140.

⁴⁸ HARTOG, 2013.

⁴⁹ MARTIUS, 1844, p. 389-411.

1.1. Em meio à crise, volta-se ao passado

As primeiras décadas do século XIX brasileiro foram marcadas por diversas crises. Havia uma profunda instabilidade política. Após a Independência, a Guerra da Cisplatina e a morte do Rei João VI em Portugal, pressões internas e externas fizeram com que Pedro I, primeiro Imperador do Brasil, abdicasse do trono. Seu filho, Pedro II, então com cinco anos, não poderia assumir o governo e, como previsto no texto constitucional aprovado em 1824, instauraram-se, até a maioridade do monarca, as regências⁵⁰. Em 1831, o comando do executivo tornou-se trino, modelo que durou apenas quatro anos, até que, em um esforço de centralização, o governo imperial voltasse a ter um líder único. Em apenas sete anos, quatro governos diferentes haviam passado pelo Rio de Janeiro⁵¹. Se o cenário político demonstra toda a instabilidade do período, as diversas revoltas que eclodiram durante o Período Regencial indicam que a crise estava longe de ser apenas política⁵².

Muitos desses levantes estavam ligados a uma profunda crise econômica. A produção cafeeira crescia e proporcionava certos rendimentos, mas ainda estava longe dos números que alcançariam nas décadas seguintes. O comércio de açúcar brasileiro sofria com a concorrência holandesa, e os tributos imperiais sufocavam a população, sendo alvo de críticas em diversas sublevações do período. A escravidão, um dos maiores motores econômicos do Brasil, gerava pressões internas e externas, seja pela preocupação com uma possível revolta de maiores proporções ou pelo *lobby* inglês pelo fim do tráfico⁵³.

Desde 1822 havia uma apreensão constante com a unidade do Império. Era necessário garantir a manutenção da monarquia e a integridade do território nacional, pois disputas fronteiriças com outros países da América do Sul, revoltas que pregavam separação e a necessária exploração econômica do interior das províncias, além do desmembramento da antiga América espanhola após as independências, eram questões que permeavam as discussões da elite nesse início do século XIX⁵⁴. Com um passado colonial ainda recente, a identidade nacional era extremamente frágil. O governo português havia fortalecido poderes

⁵⁰ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial: (1831-1840). In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; MOREL, Marco. *O período das Regências* (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

⁵¹ WEHLING, 2012, p. 07.

⁵² Durante o Período Regencial, apenas, eclodiram a Cabanagem (1835-1840), a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a Revolta dos Malês (1835), a Sabinada (1837-1838) e a Balaiada (1838-1841), todos movimentos com caráter político e socioeconômico.

⁵³ SCHULTZ, Kirsten. A Crise do Império e a Questão da Escravidão: Portugal e Brasil, c.1700 - c.1820. *Acervo*, v. 21, n. 1, p. 63-82, 30 nov. 2011.

⁵⁴ CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora* (UNISC), Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005.

locais e cada uma das províncias tinha sua própria parcela de autoridade. Em uma nação de proporções continentais, com tantas crises, a ausência de unidade, uma identidade brasileira, era uma ameaça à manutenção do território e do poder centralizado no Rio de Janeiro.

É sintomático que, diante de tantas agruras, parte da elite política do Primeiro Reinado e do Período Regencial tenha se preocupado em criar uma instituição para escrever a história do Brasil e demarcar os limites do território brasileiro.

1.2. A domesticação de um passado nacional

Em agosto de 1838, no interior da SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional), órgão consultivo do governo imperial sobre a agricultura, o comércio e a manufatura no país, um militar e um religioso propõem a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O intuito da nova instituição, segundo comunicação aos sócios da SAIN, era “centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império, tão difícil por falta de um tombo ou prontuário que se possam aproveitar os nossos escritores”⁵⁵. Em 21 de outubro de 1838, após a aprovação da Sociedade carioca, Raimundo José da Cunha Matos⁵⁶ (1776-1839), Januário da Cunha Barbosa⁵⁷ (1780-1846) e outros 25 letrados, reunidos no Museu Nacional, assinam a criação do IHGB.

⁵⁵ BARBOSA, Januário da Cunha; MATOS, José da Cunha. Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Tomo I, 1839, p. 06.

⁵⁶ Raimundo José da Cunha Matos nasceu em Faro, Portugal, foi militar e membro do Conselho Supremo Militar e de Justiça. No Brasil, fez parte da expedição de Luís do Rego Barreto, onde combateu a Revolução Pernambucana em 1817. Após a Independência, tornou-se comandante de armas em Goiás, em 1826 tomou posse como deputado e retornou à Europa em 1831, acompanhando os acontecimentos do Cerco do Porto. Retornando ao Brasil em 1833, assumiu o cargo de diretor da Academia Militar, fundou o IHGB em 1838 e publicou diversas obras de cunho histórico, sendo uma das mais importantes a *Corografia histórica da província de Minas Gerais* publicada em 1837. MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979. Além de fundador, Matos também foi o primeiro vice-presidente do IHGB. Para mais detalhes sobre o autor: QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Matos*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

⁵⁷ Nascido no Rio de Janeiro, Barbosa ordenou-se sacerdote aos 23 anos. Nomeado por Pedro I, tornou-se orador e cônego da Capela Real ainda em 1808, com 28 anos. Fundou em 1821 o *Revérbero Constitucional Fluminense* com Joaquim Gonçalves Ledo, periódico que se tornaria porta-voz das ideias liberais e constitucionalistas. Lucia Maria Paschoal Guimarães destaca, no *Dicionário do Brasil Imperial*, sua importante atuação em diversos eventos importantes do início do século XIX, como sua participação na Assembleia Nacional Constituinte e no Dia do Fico, momentos de relevância para o rompimento com Portugal. Barbosa foi deportado para a França após ser acusado de “republicanismo” na querela entre Gonçalves Ledo e os Andradas. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Januário da Cunha Barbosa. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002, p. 394. Retorna ao Brasil em 1823, retoma suas atividades de cônego em 1824 e torna-se deputado na Assembleia Constituinte em 1826, quando fortaleceu suas convicções

Analisando o quadro de fundadores, é possível perceber certa homogeneidade entre os sócios criadores da agremiação. Havia oito homens nascidos em Portugal, a maioria havia migrado para o Brasil em 1808 com a Corte portuguesa. Muitos dos fundadores participaram ativamente do processo de Independência e assumiram cargos importantes durante o Primeiro Reinado.⁵⁸ A maioria tinha ensino superior, de forma coerente com a elite letrada luso-brasileira do século XIX, muitos tinham se formado em Coimbra ou em escolas militares.⁵⁹ Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “essas pessoas, em tese, pertenceriam aos segmentos mais abastados da população do Império. Ou, então, suas famílias, mesmo não sendo ricas, deveriam desfrutar das benesses reais”.⁶⁰

Entre os 27 fundadores, pelo menos 15 eram políticos, os quais podemos dividir em dois grupos: um que havia iniciado sua carreira com a Independência, apoiando a manutenção da monarquia portuguesa; e outro que havia assumido cargos importantes após a abdicação de Pedro I.⁶¹ Diferentemente das academias europeias, o IHGB não admitia seus sócios pela análise da relevância de trabalhos históricos e/ou geográficos apresentados pelos letrados. De acordo com o primeiro estatuto, a entrada no Instituto se dava por meio da indicação de outros sócios, conformando um quadro que, longe do ambiente competitivo comum às instituições europeias de pesquisa, pautaria o ingresso na entidade em uma gama de qualitativos que dispensava a comprovação de capacidade ou a apresentação de uma obra.⁶² Os principais facilitadores eram as relações sociais e os “capitais (financeiro, político e simbólico)”⁶³. Participar do IHGB também era uma forma de distinção social, bem como uma maneira de obter renda e acesso à nobreza, mormente conquistada pelos serviços prestados à Coroa. Dessa forma, o círculo social e intelectual dos fundadores seria responsável pela manutenção de um corpo de letrados relativamente homogêneo, na maioria das vezes com estreita relação com o Estado Imperial.

Nos dois primeiros anos de funcionamento, 44% do auxílio financeiro anual ao Instituto advinha do Estado Imperial. Essa participação manteve um crescimento constante até a instauração da República. Em 1843, a parcela de subvenção estatal à entidade carioca

monarquistas. Barbosa também foi secretário da SAIN, sócio do Instituto Histórico de Paris e primeiro secretário perpétuo do IHGB.

⁵⁸ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, p. 459-613, 1995.

⁵⁹ GUIMARÃES, L. M. P., 1995, p. 478.

⁶⁰ GUIMARÃES, L. M. P., 1995, p. 479.

⁶¹ GUIMARÃES, L. M. P., 1995, p. 481.

⁶² GUIMARÃES, 1988, p. 5.

⁶³ TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 40.

chegou a 75%.⁶⁴ A partir de 1849, a agremiação colocou-se sob a proteção do Imperador Pedro II, uma relação que se estreitou ao longo do tempo, seja com o aumento do financiamento, com a instalação da entidade no Paço da Cidade ou com a constante presença de Pedro II nas reuniões da instituição ao longo do Segundo Reinado⁶⁵. A partir do início da proteção imperial, o Instituto passou a celebrar anualmente o 15 de dezembro, em detrimento de sua data de fundação, 21 de outubro, que só voltou a ser comemorada durante a República. Portanto, o Instituto pode ser considerado um órgão responsável pela construção de um passado nacional ligado, diretamente, ao governo imperial, produzindo uma história “oficial”, mesmo que esse epíteto tenha sido negado pelos letrados da instituição.

Em seu discurso de fundação do Instituto, Januário Barbosa procura delimitar, de forma mais clara, quais são as funções da instituição recém-criada⁶⁶. Além da coleta e organização de fontes, o IHGB deveria: ler de forma crítica histórias do Brasil produzidas por estrangeiros; contribuir para a instrução pública; manter comunicação constante com instituições estrangeiras de mesmo cunho; salvar do esquecimento nomes de filhos ilustres da pátria; ramificar-se por todo o Império estabelecendo filiais e; por fim, “pela coadjuvação de muitos brasileiros” em torno dessa associação, escrever a muitas mãos a “história geral e filosófica do Brasil”⁶⁷. Para Temístocles Cezar, Barbosa tenta “estabelecer um projeto historiográfico capaz de organizar os recursos e os procedimentos para escrever a história da nação”⁶⁸.

Reunir, selecionar, organizar e publicar fontes do passado era uma das práticas da tradição antiquária e dos eruditos, uma das fontes para a concepção moderna da história⁶⁹. Era imprescindível que todas as províncias enviassem documentos de todo o território para a agremiação carioca. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, entre 1839 e 1889, a agremiação procurou “acumular capital arquivístico e divulgá-lo”⁷⁰, trabalho que pode ter sido inspirado por coletâneas como a *Monumenta Germaniae*, lançada na Prússia em 1826, para

⁶⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 75.

⁶⁵ GUIMARÃES, 1988, p. 6.

⁶⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no ato de estatuir-se o IHGB. *Revista do IHGB*, Tomo I, p. 09-10, 1839a.

⁶⁷ BARBOSA, 1839a, p. 10.

⁶⁸ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: Historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1. Maringá, p. 12, 2004.

⁶⁹ ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira, 1813-1845*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 143.

⁷⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRAIS, Cristiano Pereira de Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (Org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 44.

reunir fontes do passado alemão⁷¹, ou mesmo pelo trabalho de coleta organizado pelo Instituto Histórico de Paris, do qual Barbosa e outros sócios do IHGB eram correspondentes.⁷²

A crítica às histórias do Brasil, produzidas antes da fundação do Instituto, parece ter duas funções complementares. Em primeiro lugar, passados apenas 16 anos da Independência, o IHGB pretendia “narrar ou explicar a fundação do Brasil a partir do ponto de vista dos brasileiros”⁷³. Era necessário “nacionalizar a cadeia cognitiva sobre o passado nacional”⁷⁴, principalmente para criar camadas de pertencimento que perpassassem todas as esferas da vida brasileira, inclusive o sentimento, tão almejado pelos sócios, de patriotismo. No mesmo movimento, uma instituição recém-fundada precisava afirmar sua autoridade sobre o passado brasileiro. Quando o primeiro secretário da instituição autoriza que se faça uma análise crítica de toda a produção sobre a nação, torna possível que os letrados do Instituto coordenem, selecionem e organizem todos esses escritos e, portanto, a própria história do Brasil. Nesse sentido, obras de estrangeiros seriam desqualificadas pela ausência de patriotismo ou pela visão deturpada de um estrangeiro. Publicações de portugueses e brasileiros passariam pelo crivo da crítica de um *lugar* que procurava domesticar e reconstruir o passado do Brasil, enquanto legitimava seu pioneirismo e sua soberania. Como afirma Cezar: “não é sem razão que toda a pesquisa histórica parece começar com o IHGB”.⁷⁵

A comunicação constante com instituições de pesquisa histórica de outros países era parte de um esforço de construção de uma identidade externa para a nova nação. O Brasil era, até muito recentemente, uma colônia de Portugal. Os letrados do Instituto viam a imagem do país como uma figura disforme que apenas depois da Independência poderia ser moldada. Em seu discurso de fundação, Barbosa considera que só após a emancipação política tornou-se possível escrever a história nacional, inclusive pelas dificuldades impostas pela própria metrópole⁷⁶. Se um dos passos desse processo que visava dar contornos mais precisos para o caráter nacional brasileiro, como vimos, foi a própria nacionalização das narrativas do passado, os letrados da agremiação compreendiam que o “triste fardo que sobre nós pesara

⁷¹ GUIMARÃES, L. M. P., 2017, p. 44.

⁷² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 135-143, 1989; ver também: FARIA, Maria Alice de Oliveira. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *Revista do IHGB*, V. 266, p. 68-148, 1965.

⁷³ CEZAR, 2004, p. 18.

⁷⁴ CEZAR, 2004, p. 13.

⁷⁵ CEZAR, 2004, p. 14.

⁷⁶ BARBOSA, 1839a, p. 11-12.

por mais de trezentos anos”⁷⁷ também dificultava que o Brasil pudesse delimitar seu lugar no rol mais geral das nações.

Uma das características do conceito moderno de história é uma relação com o tempo em que o decorrido e o porvir são compreendidos como partes de um processo, um *continuum* único em que toda a humanidade caminha sempre em direção ao futuro⁷⁸. Operando-se os conceitos de civilização e progresso, em uma compreensão herdeira da tradição iluminista, a Europa torna-se a principal referência das luzes, por isso é imprescindível que fique clara a continuidade do projeto civilizatório iniciado pelos portugueses, ao mesmo tempo em que se façam visíveis as especificidades da nova nação. O Brasil era “chamado a contribuir com aquilo que teria de singular como nação”⁷⁹, unindo o “velho” e o “novo”⁸⁰ em um projeto que determinasse uma gênese nacional – e uma identidade própria – enquanto inseria a nação brasileira em uma tradição de civilização e progresso tipicamente europeia. As letras⁸¹, no início do século XIX, eram um “marcador bastante objetivo do grau de civilização/perfeição alcançado por um corpo social e político”⁸², logo, tanto a produção quanto a divulgação das ações do Instituto eram de suma importância para definir o lugar do Brasil e do passado brasileiro.

A continuidade da civilização portuguesa seria garantida pela manutenção da monarquia, construindo, por meio de uma relação de alteridade, uma identidade nacional externa. Segundo o primeiro presidente do Instituto, José Feliciano Pinheiro, tudo “pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas, de necessidade, um centro de luzes e civilização, e o árbitro da política no Novo Mundo”⁸³. O “Novo Mundo” seria a principal referência para a edificação da imagem do Brasil como um centro das luzes na América, colocando-se em relação às “caóticas” repúblicas fundadas nas antigas colônias espanholas e à monarquia brasileira, esta que, para o Instituto, era a responsável por evitar que o país tivesse o mesmo destino que acometeu seus vizinhos, guerras civis e fragmentação territorial. “A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como

⁷⁷ BARBOSA, 1839a, p. 11.

⁷⁸ KOSELLECK, 2006, p. 368.

⁷⁹ ARAÚJO, 2008, p. 129.

⁸⁰ GUIMARÃES, 1988, p. 7.

⁸¹ Nesse período, as “letras” de uma nação poderiam significar literatura, história, arte ou ciência.

⁸² ARAÚJO, 2009, p. 50.

⁸³ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Programa Histórico: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. *Revista do IHGB*, Tomo I, p. 62, 1839.

desdobramento nos trópicos, de uma civilização branca e europeia”⁸⁴. Dessa forma, define-se um “outro” externo para poder construir uma identidade nacional externa.

Parte dessa *cultura histórica oitocentista*⁸⁵ se concentrou em articular memória e história para criar, por meio da manutenção simbólica de laços de pertencimento coletivo, também uma identidade interna, o “brasileiro”.⁸⁶ Se a memória atuaria no campo “dos afetos e sentimentos”⁸⁷, como o patriotismo, por exemplo, a história operaria intelectualmente a construção de um passado comum que pudesse, na busca incessante pelas origens, conferir um sentido explicativo para o Brasil⁸⁸. Controlar, ordenar e “domesticar o passado”⁸⁹ eram partes da operação historiográfica do Instituto, para tornar compreensível um conjunto disperso e fragmentado de experiências vividas, trabalho indispensável para construir homogeneidade.

Em uma sociedade marcada por quase 300 anos de escravidão e com a presença de povos nativos, a tarefa de construir uma identidade nacional branca exigia esforços de definição mais nítidos. Com a produção de um “discurso destinado a convencer, a persuadir, os brasileiros de que compartilhavam um passado em comum, bem como de um presente com a mesma identidade”⁹⁰, o IHGB procurou singularizar essa *retórica da nacionalidade* por meio da história, da geografia e, posteriormente, da etnografia. Enquanto as repúblicas americanas eram delimitadas como um “outro” externo, o “brasileiro” seria definido em uma relação de alteridade com o “outro” interno, negros e indígenas, em uma operação que os considera estranhos à civilização, e povos *a-históricos* deveriam ser, pelas determinações desse passado, incluídos ou excluídos desse projeto nacional. Utilizando um conceito de nação “eminente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu”⁹¹, o Instituto estabeleceu *práticas* próprias que possibilitaram tornar os nativos brasileiros parte de um passado imemorial da nação e, no mesmo movimento, produzir uma *ausência* dos negros enquanto objeto da historiografia e da

⁸⁴ GUIMARÃES, 1988, p. 8.

⁸⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 9-24.

⁸⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: Refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000.

⁸⁷ GUIMARÃES, 2000, p. 6.

⁸⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 116.

⁸⁹ GUIMARÃES, 2006, p. 45-57.

⁹⁰ CEZAR, 2006, p. 29.

⁹¹ GUIMARÃES, 1988, p. 12.

etnografia, que possibilitassem excluir a efetiva participação dessa parcela da sociedade brasileira da narrativa de passado que pretendiam construir.

1.3. A possibilidade indígena e o “empecilho” negro

Para analisarmos essa produção, recorreremos à *Revista do IHGB* (RIHGB), uma publicação trimestral lançada a partir de 1839 que divulgava estudos e ações da agremiação carioca, uma prática comum às *sociétés savantes* ou *corps savantes* dos séculos XVIII e XIX⁹². Durante o oitocentos, o primeiro secretário da agremiação também acumulava o cargo de editor-chefe da Revista e todo o conteúdo publicado passava pelo crivo de comissões específicas, de história, geografia ou, a partir de 1851, de etnografia. A periodicidade e o número de páginas variam bastante, porém, desconsiderando-se as atas das sessões e outros textos relativos à administração interna, Lúcia Paschoal Guimarães encontrou, entre 1839 e 1889, pelo menos 1051 títulos⁹³ publicados pelo IHGB.

Nessa produção, segundo Manoel Guimarães, os “trabalhos e fontes relativos à questão indígena ocupam indiscutivelmente o maior espaço da Revista”.⁹⁴ Em outro levantamento, Lúcia Guimarães demonstra que, nesse mesmo período, pelo menos 29 “estudos indígenas e de arqueologia” foram impressos nas páginas do periódico, isso sem considerar a reprodução de documentos, prognósticos⁹⁵ e memórias relativas aos autóctones brasileiros. Se o indígena foi um tema constante nas investigações e nas discussões dos letrados, o mesmo não ocorreu com o negro, pois no IHGB o “outro” interno seria dividido em um “outro” possível e um “outro” ausente. Em nosso mapeamento, levando em conta apenas o período que interessa a esse capítulo, entre 1839 e a década de 1870, quando diversos autores constatarem a emergência da chamada “geração 1870”, que operou mudanças epistemológicas importantes na historiografia e na etnografia brasileira⁹⁶, encontramos apenas 15 artigos que tratam do negro ou indicam essa necessidade. Esses artigos podem ser

⁹² GUIMARÃES, L. M. P., 2017, p. 31. Ver também: WEHLING, Arno. Prefácio – Uma revista entre a história e a memória. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011, p. 10. É possível notar, na folha de rosto da Revista, uma inspiração no *Journal de l’Institut de Paris*: GUIMARÃES, L. M. P., 2017, p. 37.

⁹³ GUIMARÃES, L. M. P., 2017, p. 43.

⁹⁴ GUIMARÃES, 1988, p. 20.

⁹⁵ KOSELLECK, 2006, p. 31.

⁹⁶ ALONSO, 2002. CORRÊA, Mariza. *As ilusões de liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. NAXARA, 2004. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: Discurso Etnográfico e Historicidade no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

divididos em quatro grupos: “Reproduções” (cinco), documentos históricos considerados fontes importantes para a composição da história nacional; “Prescrições” (um), projetos historiográficos para a escrita da história do Instituto; “Prognósticos” (três), textos nos quais eram expostas preocupações do presente e possíveis soluções para os problemas apresentados; e, por fim, “Acontecimentos narrados” (seis), investigações sobre eventos do passado nacional com a participação de negros. Em mais de 30 anos de produção, mais de 30 tomos e quase 1000 estudos e documentos publicados, apenas 15 deles tomaram o negro como objeto a ser estudado ou consideraram-no na narrativa. Essa discrepância é reforçada quando constatamos que o primeiro artigo sobre o negro que encontramos na revista do Instituto trata-se, na verdade, de um *prognóstico*⁹⁷ sobre o indígena⁹⁸.

No dia 4 de fevereiro de 1839, o cônego Januário Barbosa apresentou aos seus companheiros do Instituto algumas questões que deveriam ser discutidas pela casa⁹⁹. Os temas, aprovados na mesma reunião, apresentam pontos importantes que os letrados do IHGB deveriam investigar e realizar estudos históricos e etnográficos. Entre as seis proposições do primeiro secretário, quatro delas diziam respeito aos nativos brasileiros, uma à agricultura e outra versava sobre o estabelecimento das capitanias. Questionava-se, naquele momento, se a “extinção dos indígenas” do litoral ocorreu após a expulsão dos jesuítas; se havia uma “associação” entre os indígenas brasileiros e outros autóctones da América; qual seria o melhor “sistema de civilizar os indígenas”; se a “introdução dos Africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos índios”; como foram introduzidos no Brasil alguns utensílios agrícolas; e quais foram as épocas em que se fundaram as capitanias, os bispados e se estabeleceram os jesuítas e os carmelitas no Brasil¹⁰⁰.

Há dois tópicos que são, destacadamente, mais sensíveis ao fundador do Instituto: em primeiro lugar, os indígenas, presentes em quatro programas propostos por Barbosa; em segundo, os jesuítas, que, na maioria dos casos, também se tornam ponto de inflexão ao serem relacionados aos povos nativos e à catequização. Mas antes de tratarmos desses dois problemas trazidos por Barbosa, nós nos deteremos na questão que mais interessa ao nosso intento: se a introdução de escravos negros pode ter dificultado a “civilização” dos nativos brasileiros.

⁹⁷ Para Reinhart Koselleck, os “prognósticos racionais” substituíram, na modernidade, as antigas profecias, funcionando como uma previsão racional para o futuro nacional. KOSELLECK, 2006, p. 31.

⁹⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. Escravos e a civilização dos índios. *Revista do IHGB*, Tomo I, p. 123-129, 1839b.

⁹⁹ IHGB. Extrato das atas das sessões. *Revista do IHGB*. Tomo I, 1839, p. 47-48.

¹⁰⁰ IHGB, 1839, p. 47-48.

Após um sorteio, o próprio cômego publicou, no primeiro número da RIHGB, um texto que procura responder a essa questão. Na abertura de seu artigo, Barbosa faz uma advertência: “não sou patrono da escravidão, nem dos índios, nem dos negros” por considerar a “liberdade como um dos melhores instrumentos da civilização dos povos”¹⁰¹. A própria história, segundo Barbosa, oferece “infinitas provas” que tanto na Ásia como na Grécia ou em Roma, onde foram abertos mercados desse tipo, houve um aumento de “salteadores” e “piratas” que subjugavam essas vítimas em busca de “fortuna”. A “Escritura” também traz o exemplo de José, vendido pelos irmãos aos mercadores do Egito, por pura ganância.¹⁰²

Lançando-se da Antiguidade à chegada dos portugueses à América, Barbosa tenta explicar de maneira concisa a escravidão indígena, desde o período inicial da colonização até o momento em que “leis mais humanas” os devolveram à liberdade. Para o autor, as missões religiosas que pregavam um Deus de “paz”, “liberdade” e “doçura” não impediram que os nativos fossem caçados como “feras”, até que o Papa Paulo II concebesse a “célebre bula” de 9 de julho, no ano de 1537. Os excessos cometidos pelos indígenas, segundo ele, nada mais eram que reações diante das “crueldades que sofriam”, sendo praticamente extintos em extensas faixas do território nacional, quando a verdadeira missão deveria ser torná-los civilizados por meio das “santas máximas do cristianismo”¹⁰³.

Utilizando-se da autoridade do padre Antônio Vieira (1608-1697)¹⁰⁴, o autor chama a atenção dos sócios para as denúncias feitas, ainda durante o período colonial, sobre a crueldade dos trabalhos forçados e das entradas no interior do país em busca de nativos para escravizar, fatores que, para ele, são as duas principais causas das mortes desses indígenas, contribuindo para uma diminuição no efetivo dessa população em poucos anos, além de fazer com que esses homens se embrenhassem ainda mais nas matas, afastando-se dos projetos de catequização pelo medo da escravidão¹⁰⁵. Não eram apenas os moradores e o governo os responsáveis por essa “insaciável cobiça”, mas também os eclesiásticos, que forçaram ao trabalho mesmo os indígenas que haviam se convertido ao cristianismo e, dessa forma,

¹⁰¹ BARBOSA, 1839b, p. 123.

¹⁰² BARBOSA, 1839b, p. 123.

¹⁰³ BARBOSA, 1839b, p. 124.

¹⁰⁴ Padre Antonio Vieira foi um missionário português que esteve no Brasil durante o século XVII. É conhecido pela sua dedicação na luta contra a escravidão indígena, produzindo algumas obras sobre esse tema e outras de origem teológica. Formou-se no Colégio dos Jesuítas de Salvador, ensinou retórica em Olinda e foi retomado pelo Instituto em diversos momentos do debate sobre os nativos brasileiros, além das invasões holandesas na região Nordeste. PAIVA, José Pedro. *Padre Antonio Vieira, 1608-1697*: Bibliografia. Biblioteca Nacional: Lisboa, 1999; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Teias da memória: A Companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 23, p. 77-96, 2000.

¹⁰⁵ BARBOSA, 1839b, 125-126.

havia se tornado “vassalos do mesmo Rei”. Como resultado das denúncias de Vieira, de evidente “eloquência e força de raciocínio”, seriam promulgadas leis que extinguiram essa atrocidade¹⁰⁶, porém nem mesmo Vieira poderia prever que, enquanto advogava pelo fim de um empecilho à civilização dos “índios”, acabava ajudando a concretizar um projeto que se tornaria o principal “embaraço” para o desenvolvimento desses povos¹⁰⁷.

Com a morte ou fuga de muitos nativos, houve escassez na mão de obra para as lavouras, problema que foi solucionado com a importação de braços africanos. Com a proibição da captura e escravidão dos indígenas, terminaram também as missões, o que, para o autor, parece indicar que a catequização desses povos servia apenas ao propósito escravocrata, que agora se contentava com os cativos negros para o trabalho. Para a manutenção desse sistema, muitos imputariam aos autóctones uma “preguiça natural”, fato que a experiência na província de São Paulo, onde os nativos eram utilizados de “manhã até noite” em trabalhos pesados com a mesma força e disposição dos “miseros africanos”, provava ser falso. Dessa forma, o cônego podia finalmente responder à questão proposta aos sócios na sessão de fevereiro daquele ano: “Como somos de opinião que só pela catequese se podem desentranhar os indígenas de suas matas, e trazê-los aos primeiros caminhos da civilização, cremos, por isso mesmo, que a introdução dos negros é um grande obstáculo a essa empresa”¹⁰⁸.

A violência da escravidão afastou os nativos da catequização, e, mesmo após conseguirem sua liberdade, “um dos melhores instrumentos” para civilizar os povos, os indígenas não puderam ser inseridos na sociedade brasileira pelo abandono desse sistema “bem concertado” de civilização, fato decorrente do início do tráfico de escravizados africanos. Ainda na visão de Barbosa, a catequese torna os indígenas sedentários e cria “vínculos sociais” fortes, o que, por consequência, faria surgir “neles certas necessidades”, mesmo que “criar novos hábitos” em “homens totalmente filhos da natureza” seja uma empreitada difícil. A melhor maneira de se atingir esse objetivo era pela conversão ao cristianismo, pois mesmo que esses valores não fossem apreendidos por esses homens, estariam presentes em suas próximas gerações¹⁰⁹. Se não tivesse sido interrompido, o sistema de catequização jesuíta já poderia demonstrar resultados concretos no início do oitocentos, retirando o “horror e desconfiança” que afligiam os autóctones, por intermédio de uma

¹⁰⁶ BARBOSA, 1839b, 124.

¹⁰⁷ BARBOSA, 1839b, 124.

¹⁰⁸ BARBOSA, 1839b, p. 127.

¹⁰⁹ BARBOSA, 1839b, p. 127.

“comunicação civilizadora”, convertendo seus filhos e netos em uma “classe trabalhadora, que nos dispense a dos Africanos”¹¹⁰. A experiência da submissão dos nativos ao trabalho livre provava que eles eram “aptos para todos os trabalhos” e não avessos, como pintavam “os patronos da escravidão africana”.

Mas a escravidão negra não servia apenas de “embaraço à civilização dos índios”, também atuava como elemento de atraso para “nossa própria civilização”¹¹¹. Com a proibição do cativo na Europa, a “inteligência humana voou a uma esfera mais clara, e as riquezas se desembaraçaram em muitos canais, até então ignorados”. O sistema escravocrata atravancava nossos “progressos industriais”, represando quantias exorbitantes empregadas na compra de escravos, que poderiam ser investidas na importação de máquinas e no pagamento de salários a trabalhadores livres que alimentariam o comércio nacional.

Há duas preocupações distintas no texto de Barbosa e que se tornam recorrentes nos primeiros anos da agremiação. Uma delas diz respeito à necessidade da substituição da mão de obra escrava nas lavouras brasileiras. No início do século XIX, diversos acordos pelo fim do tráfico de escravizados para o Brasil haviam sido assinados com a Inglaterra. Apenas 8 anos antes, em novembro de 1831, havia sido promulgada a lei Feijó-Barbacena, que estabeleceu que todos os africanos que desembarcassem nos portos brasileiros tornavam-se, automaticamente, livres. Essa legislação teve, segundo Beatriz Mamigonian¹¹², um sucesso relativo, porém Manolo Florentino e Carlos Valencia Villa, ao analisarem os números do tráfico entre 1810 e 1850, constataram que havia, desde o início do oitocentos, um temor dos proprietários pelo inevitável fim do sistema escravocrata, o que fez com que, nesse período, fossem importadas milhares de crianças africanas, sobretudo meninas, como medida para prolongar a escravidão brasileira¹¹³.

A maioria dos letrados que participaram da fundação do Instituto não eram da aristocracia rural¹¹⁴, mas todos tinham convicção, inclusive por alguns deles participarem da SAIN, que, com o fim da escravidão no horizonte, era necessário pensar em soluções viáveis para suprir a necessidade de trabalhadores no campo, principal motor da economia nacional. Escrito e publicado no final da década de 1830, o texto expressa a preocupação de uma elite

¹¹⁰ BARBOSA, 1839b, p. 128.

¹¹¹ BARBOSA, 1839b, p. 128.

¹¹² MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial – Vol. I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 223.

¹¹³ FLORENTINO, Manolo; VILLA, Valencia. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *Revista História* (São Paulo). v. 35, e78, 2016.

¹¹⁴ GUIMARÃES L. M. P., 1995, p. 480.

que vê minguar um sistema de quase três séculos, inclusive porque, internamente, a presença dos negros, revoltosos ou não, era um problema constantemente debatido na agremiação, mas voltaremos a essa questão em outro momento.

A segunda preocupação do “programa” de Barbosa procura responder a um debate ainda mais intenso no interior da agremiação. Havia uma disputa no Instituto sobre a possibilidade ou a necessidade de integração – mesmo que parcial – do indígena à sociedade brasileira. Uma parte dos letrados acreditava que os homens e mulheres encontrados no Brasil eram “primitivos”¹¹⁵, outro grupo considerava que os nativos brasileiros eram formas decaídas de uma civilização superior e mais complexa¹¹⁶. Porém, para a grande maioria dos letrados do Instituto no período, os nativos poderiam se tornar civilizados por intermédio da catequese, sobretudo se fosse seguido o modelo jesuíta. O binômio “catequese/civilização”¹¹⁷ teve grande relevância na agremiação, em parte por se adequar aos preceitos bíblicos e ao monogenismo, modelo em que o Homem tem uma origem única, “inserindo o curso da humanidade em uma cronologia bíblica” diretamente ligada à Adão e Eva. Dessa forma, as diferenças entre as sociedades se deviam a um processo de fragmentação e dispersão e não a uma condição irreversível. No mesmo sentido, a catequese também tinha um caráter pedagógico, pois, como homens em “estado de natureza”¹¹⁸, os autóctones tinham que ser ensinados sobre valores próprios da “Sociedade Civil”¹¹⁹, como a religiosidade, a propriedade e o trabalho.

A noção de propriedade privada poderia ensiná-los o valor do trabalho, por consequência, seria necessário abandonar o nomadismo em favor do sedentarismo, tornando-os mais aptos para todos os tipos de trabalho. Para Barbosa, os “selvagens” estavam presos em seu presente por serem dominados apenas pelas suas necessidades mais imediatas, algo que a “associação trabalho-propriedade”¹²⁰ poderia alterar, garantindo a noção de previdência e o planejamento de seu futuro. Portanto, além de civilizar os autóctones, os letrados do Instituto pretendiam conferir *historicidade* a essa população. O Estado, como representante da

¹¹⁵ TURIN, 2013, p. 66

¹¹⁶ TURIN, 2013, p. 56.

¹¹⁷ TURIN, 2013, p. 65.

¹¹⁸ O conceito de “selvagem” ou o “Estado de Natureza” em Barbosa não indicam a impossibilidade ou a imutabilidade do estado em que se encontravam os indígenas. Para Turin, a perspectiva do autor se aproxima mais da imagem da lenda do “Menino Lobo” no século XVIII, que, após ser encontrado na mata, poderia ser educado e inserido na sociedade civilizada. TURIN, 2013, p. 52.

¹¹⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. *Revista do IHGB*, Tomo II, p. 16, 1840.

¹²⁰ TURIN, 2013, p. 52.

civilização, deveria tutelar todo esse processo de catequização, guiando esses povos aos “cômodos da sociabilidade”¹²¹. Essa tarefa, antes de tudo, era uma obrigação moral perante uma sociedade incivilizada¹²².

Se nos orientarmos pelo “programa” apresentado pelo cônego, quando um negro se torna livre, ele pode ser catequizado e, nesse processo pedagógico, compreender conceitos importantes para a tradição europeia, como propriedade e trabalho, e então ser incluído nesse caminho da civilização? Essa possibilidade não parece ser colocada. Em parte, isso ocorre porque, na sociedade brasileira oitocentista, o negro tem seu lugar na hierarquia social bem definido, como uma engrenagem do sistema escravocrata do qual foi vítima, era juridicamente um objeto e não detinha o *status* de súdito ou indivíduo¹²³. Enquanto o indígena deve aprender o conceito de “propriedade”, os negros eram vistos como uma. Em outro sentido, o indígena é um natural da terra, ou seja, além de não ter um lugar definido na hierarquia social, também poderia se tornar um elo para outra temporalidade, anterior à chegada dos portugueses na América.

O prognóstico de Barbosa trata de problemas de seu presente, a inclusão do indígena e a substituição da mão de obra negra, porém remete a uma solução do passado, o modelo de catequese jesuítica, que, tutelado pelo Estado, pode orientar políticas públicas que auxiliem no progresso da nação em direção ao futuro. Mas como seriam retratados negros e indígenas no passado nacional que se pretendia *domesticar*? Quais seriam as contribuições desses povos no desenvolvimento histórico brasileiro? Atendendo a uma demanda antiga, o Instituto promoveria, em 1840, um concurso para premiar “o melhor plano para a escrita da história Geral do Brasil”¹²⁴. O projeto historiográfico escolhido pelos sócios da agremiação apresentou métodos e delimitações epistemológicas específicas para tratar da história dos povos indígenas e de suas contribuições para a história do Brasil, além das “relações” dos negros com o passado nacional.

¹²¹ BARBOSA, 1840, p. 4.

¹²² TURIN, 2013, p. 56.

¹²³ PAES, Mariana Armond. *Sujeitos da história, sujeitos de direito: personalidade jurídica no Brasil escravista (1860-1888)*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014, p. 30.

¹²⁴ IHGB. *Revista do IHGB*, Tomo II, p. 529, 1840.

1.4. O “poderoso rio” e os “pequenos afluentes”

Duas teses foram apresentadas ao concurso: uma escrita por Henrique Júlio de Wallenstein (1790-1843)¹²⁵ e outra pelo botânico alemão Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)¹²⁶. Em 1847, os membros da comissão responsável por analisar as monografias, Francisco Freire Allemão, Joaquim da Silveira e Thomaz Gomes dos Santos, dão um parecer favorável ao texto de Martius. Para os letrados, Wallenstein parecia não ter compreendido o programa, apresentando uma divisão em décadas “à maneira de Tito Lívio”, segundo a qual não seria possível se “produzir uma história no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente”¹²⁷. *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Martius, havia sido publicada em 1844 por um “erro” na redação da Revista.¹²⁸ No parecer, a comissão deixa claro que a proposta do autor satisfazia “exuberantemente” o “programa do Instituto”¹²⁹.

O botânico alemão apresenta seu texto dividido em quatro partes: a) “ideias gerais sobre a história do Brasil”; b) “os índios e sua história como parte da história do Brasil”; c) “os portugueses e a sua parte na história do Brasil”; d) “a raça africana em suas relações para com a história do Brasil”.¹³⁰

A formulação da proposta traz, em seus subtítulos, duas inovações. Primeiro, apresenta negros e indígenas como elementos do processo de formação histórico da nação¹³¹, e ainda insere os autóctones como ponto de partida da história brasileira, algo que parece óbvio, mas não era comum no período. Frei Vicente do Salvador apresenta os indígenas apenas no décimo segundo capítulo de *História do Brasil*¹³² (1500-1627). A *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita¹³³, publicada em 1730, segue modelo similar. A própria *História Geral do Brasil*¹³⁴, de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada

¹²⁵ WALLENSTEIN, Henrique Júlio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil, *Revista do IHGB*, T. LXV, parte I, p. 159-160, 1882.

¹²⁶ MARTIUS, 1844, p. 389-411.

¹²⁷ IHGB. *Revista do IHGB*, Tomo IX, p. 279, 1847. Grifo do autor.

¹²⁸ Temístocles César acredita que o “descuido” na publicação antecipada da dissertação pode estar relacionado com a consonância entre os projetos de escrita da história, mas também com a relevância do próprio autor, já muito conhecido pelos letrados brasileiros graças à sua obra em parceria com o zoólogo Johann Baptist von Spix sobre a natureza brasileira. Ver: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história Intelectual. In: PESAVENTO, Sandra. (Org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 175.

¹²⁹ IHGB, *Revista do IHGB*, p. 287, 1847.

¹³⁰ MARTIUS, 1844.

¹³¹ Segundo Cezar, Martius foi o primeiro teórico a propor a análise das três raças. CEZAR, 2003, p. 183.

¹³² SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

¹³³ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Bahia: Imprensa Econômica, 1878.

¹³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos

posteriormente, iniciaria seu relato com a chegada dos portugueses¹³⁵. Para Cezar, “Martius marca uma nova etapa na operação historiográfica do IHGB, mais orientada, mais científica”¹³⁶.

O projeto historiográfico considera as “três raças” que se encontram no Brasil como a maior especificidade da história nacional. Para o autor, nenhum historiador filosófico e “esclarecido” que procure investigar o passado brasileiro pode ignorar esse fator¹³⁷. Martius estabelece, segundo Manoel Guimarães, os critérios para uma historiografia que garantisse a construção de uma identidade nacional branca acionando a “ideia da mescla das três raças” e, assim, “lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial”¹³⁸. “Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças” das raças “cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica” se formou a população brasileira, que, exatamente por causa dessa configuração, é tão “particular”¹³⁹. Cada um desses elementos, de acordo com suas características físicas, morais, demográficas e políticas, contribuiu como um “motor” para a constituição de um “povo novo”, o brasileiro¹⁴⁰. Essa amálgama não é uma característica exclusivamente brasileira; a Inglaterra, por exemplo, deve “sua energia”, “firmeza” e “perseverança” à relação estabelecida entre os povos celta, normando, romano, anglo-saxão e dinamarquês¹⁴¹, mas o “gênio da história”¹⁴², em nenhum outro lugar, havia disposto lado a lado “raças inteiramente diferentes”¹⁴³.

Previendo as críticas que receberia, Martius elabora antecipadamente uma defesa:

Sei muito bem que brancos haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia; mas também estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma historiografia filosófica do Brasil. Os espíritos esclarecidos e mais profundos pelo contrário acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda tem as raças Índia e Etiópica no desenvolvimento histórico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo.¹⁴⁴

documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

¹³⁵ CEZAR, 2003, p. 182.

¹³⁶ CEZAR, 2003, p. 183.

¹³⁷ MARTIUS, 1844, p. 390.

¹³⁸ GUIMARÃES, 1988, p. 16.

¹³⁹ MARTIUS, 1844, p. 390.

¹⁴⁰ MARTIUS, 1844, p. 390.

¹⁴¹ MARTIUS, 1844, p. 391.

¹⁴² Arno Wehling faz uma análise sobre o “gênio” do qual fala Martius. Em: WEHLING, Arno. A concepção histórica de von Martius. *Revista do IHGB*, p. 721-731, 1994.

¹⁴³ MARTIUS, 1844, p. 391.

¹⁴⁴ MARTIUS, 1844, p. 390-391.

No final da introdução mais um alerta aos letrados do Instituto aparece: o “historiador que mostra desconfiar da *perfectibilidade* de uma parte do gênero humano autoriza o leitor a desconfiar que ele não sabe colocar-se acima de vistas parciais e odiosas.”¹⁴⁵ “Perfectibilidade” é um conceito operado por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) em sua teoria humanista, que também se baseia no monogenismo. Nesse sentido, todos os humanos têm como uma de suas particularidades a habilidade de superação, o que não pressupõe o acesso de todos os homens ao “Estado de civilização”. Mesmo que o Homem tenha uma origem comum, os caminhos percorridos por cada uma das sociedades são distintos, o que possibilita, por meio do contato com comunidades completamente diferentes da europeia, como os povos nativos da América, por exemplo, encontrar os “vícios” e “virtudes” adquiridos ao longo do tempo pelos ocidentais¹⁴⁶.

Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, o conceito é empregado para construir a própria estrutura do pensamento proposto, pois as “forças” dos povos indígenas e dos negros concorreram para a formação e “desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população”, mesmo que tenham apenas “reagido” diante de uma raça superior¹⁴⁷. Desse modo, o autor que desconfiasse da perfectibilidade duvidaria da própria capacidade de cada uma dessas comunidades de contribuir para a formação da sociedade brasileira, mesmo que cada uma delas tenha um tipo específico de contribuição.

O “obscuro passado indígena” recebeu uma atenção especial do botânico em seu projeto de escrita da história. A história desses povos como parte da história do Brasil é uma questão central no texto do alemão, por isso são estabelecidos métodos, fontes e até mesmo um campo de saber específico para a investigação desse passado. Os estudos da língua, a busca por resquícios materiais e a comparação com outras sociedades são procedimentos que, para Martius, escapam do ofício do historiador e devem ser realizados pelo “etnógrafo”.

Primeiro, o IHGB deveria investir na elaboração de dicionários sobre as línguas nativas, o “mais geral e significativo” “documento histórico”¹⁴⁸ para o estudo de seu passado¹⁴⁹. A produção de um léxico das línguas indígenas foi um empreendimento defendido

¹⁴⁵ MARTIUS, 1844, p. 392. Grifos nossos.

¹⁴⁶ O conceito será utilizado de maneira diferente pelos evolucionistas do fim do século XIX, como poderemos perceber na análise das obras de Nina Rodrigues. SCHWARCZ, 2012, p. 59.

¹⁴⁷ MARTIUS, 1844, p. 389.

¹⁴⁸ MARTIUS, 1844, p. 394.

¹⁴⁹ Rodrigo Turin destaca que o estudo da linguagem possibilitava não apenas o acesso ao passado dos nativos, mas também viabilizava sua civilização por intermédio da catequização. TURIN, 2013, p. 71. Ver também: KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009, p. 127.

pela maioria dos letrados do Instituto¹⁵⁰, pois, segundo Rodrigo Turin, poderia conferir *historicidade* a esses povos e facilitar a inteligibilidade de seu passado. Alguns sócios procuraram no vocabulário nativo palavras que pudessem comprovar sua filiação com sociedades de outros lugares, comparando filologicamente palavras indígenas e dos povos judeu, tártaro e egípcio, por exemplo¹⁵¹. Como um marcador de civilização, a complexidade e a herança da linguagem poderiam ajudar a precisar o nível de desenvolvimento e até mesmo a possibilidade de civilização dos autóctones. Dessa forma, era possível assegurar, com precisão “científica”, se houve imigração de algum povo para a América, em que estágio civilizacional estavam esses homens e, ao mesmo tempo, fornecer um passado – controlado – para uma sociedade desmemoriada, que vive apenas o presente, e produzir uma “memória”, uma “consciência” do tempo nos indígenas, outro pressuposto para que eles se tornem civilizados, dentro dessa tradição. Esse modelo também auxiliaria na missão evangelizadora esboçada por Barbosa, aos moldes do trabalho dos jesuítas¹⁵².

Um segundo procedimento importante para desvendar o “enigma” indígena seria realizar expedições arqueológicas, com financiamento do Instituto, em busca de restos materiais, resquícios de um período em que esses povos tinham um desenvolvimento superior. Poderiam ser encontradas pistas sobre o passado longínquo desses homens, principalmente se fossem descobertos monumentos de grandes proporções, como ocorreu nas antigas colônias espanholas. Os “restos” permitem, de outra maneira, “resgatar a historicidade desses povos para avaliar até que ponto eles sofreram ou estariam aptos a sofrer um processo civilizador”¹⁵³.

Parte dos letrados do Instituto acreditava, assim como Martius, que o atual “estado de degradação e dissolução” dos autóctones era resultado de um processo de *decadência*. A tese *decadentista* teve grande notoriedade no século XIX brasileiro e ganhou espaço no IHGB¹⁵⁴.

¹⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *Revista do IHGB*, p. 53-63, 1841; Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *Revista do IHGB*, p. 62, 1841.

¹⁵¹ No primeiro número da RIHGB, é publicado um texto sobre os índios Cavalleiros ou Guaycurú que os liga a uma possível origem judaica ou tártara. PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios Cavalleiros, ou da nação Guaycurú. *Revista do IHGB*, Tomo I, p. 156-178, 1839. Francisco Adolfo de Varnhagen tentou estabelecer, por meio da comparação entre as línguas, uma possível migração egípcia para a América. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens. Indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration em Amérique, invasion du Brésil par les Tupis, etc.* Vienne, Librairie I. et R. de Faesy & Frick, 1876, p. 5-10. Para outros exemplos: KODAMA, 2009, p. 71-73.

¹⁵² TURIN, 2013, p. 70-71.

¹⁵³ TURIN, 2013, p. 75.

¹⁵⁴ Autores como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Norberto adotavam essa noção. TURIN, 2013, p. 57.

Nessa compreensão, as populações encontradas pelos portugueses na América eram, na verdade, formas decaídas de uma civilização anterior e superior que teria migrado para essa parte do Novo Mundo. As comunidades encontradas no México, nos Andes e no Peru, com construções mais complexas e uma sociedade mais “organizada”, alimentam essa teoria, por isso Martius pede que sejam realizadas comparações entre os povos do Brasil e do resto da América. A principal questão é que sem resquícios não há “marcas visíveis de historicidade”¹⁵⁵ que possam determinar as “épocas distintas”¹⁵⁶ e o desenvolvimento histórico e civilizacional desses povos.¹⁵⁷

Estudar as concepções divinas e jurídicas dos autóctones também é parte do processo de inserção dos indígenas em uma “comunidade humana universal”. Mesmo em seus dias atuais, os sócios podiam coletar informações relevantes para compreender o passado dessas populações, pois, “ainda hoje” era possível “encontrar vestígios significativos de uma perdida filosofia natural” nos “restos de seus mitos”¹⁵⁸. Porém, se eram necessários conhecimentos sobre as línguas, costumes e religião e uma busca por possíveis monumentos antigos desses povos, a investigação do passado indígena não poderia ser restrita ao historiador. O etnógrafo poderia auxiliá-lo, seja com o estudo de monumentos, na coleta desses “restos” no presente, na produção de um léxico ou na comparação com outros povos.

O plano de Martius, segundo Valdei de Araújo, era converter o indígena em uma “espécie de documento vivo, a ser preservado apenas na medida em que pudesse lançar luz sobre um momento remoto da civilização do Brasil”¹⁵⁹. Os estudos de Rodrigo Turin e Kaori Kodama apontam para a mesma direção. Ao analisar a etnografia do Instituto, Kodama compreende que os sócios da agremiação procuraram “ressignificar” as experiências do passado colonial com a criação de um “elemento de destaque na nacionalidade”¹⁶⁰, esse processo “vinculava-se ao próprio projeto de fundar uma escrita da história a partir de um tempo remoto predestinado a ser o passado da ‘Terra de Santa Cruz’”¹⁶¹.

¹⁵⁵ TURIN, 2013, p. 28.

¹⁵⁶ MARTIUS, 1844, p. 393.

¹⁵⁷ Martius cita Joseph-François Lafitau, o que pode explicar seu método de comparação. O autor francês realizou diversos estudos e comparou os antigos aos “selvagens” encontrados na América. MARTIUS, 1844, p. 396. Em: CEZAR, 2003, p. 190.

¹⁵⁸ MARTIUS, 1844, p. 390.

¹⁵⁹ ARAÚJO, 2008, p. 168.

¹⁶⁰ KODAMA, 2009, p. 28.

¹⁶¹ KODAMA, 2009, p. 75.

Com relação aos europeus, a chegada dos portugueses à América tinha que ser investigada sob um ponto de vista global¹⁶². O historiador que pretende conhecer o passado colonial brasileiro deve estar atento às relações dos lusitanos com outras partes do mundo, como a Índia e a África, sobretudo a partir do século XV, quando se iniciam as “façanhas marítimas, comerciais e guerreiras” dos portugueses¹⁶³ e a construção de benfeitorias em diversos continentes, que devem ser comparadas com as edificadas no Brasil. Também era necessária uma investigação sobre as organizações eclesiásticas que estiveram no Brasil, como o período em que se estabeleceram as ordens franciscana, capuchinha, agostiniana, paulina, carmelita e, sobretudo, jesuíta.¹⁶⁴

Os relatos de viagens do período colonial devem ser fontes importantes tanto para história quanto para geografia. As muitas excursões lideradas pelos portugueses, bem como os escritos produzidos por estrangeiros, podem ajudar a delimitar de forma mais clara os costumes e a disposição social da nação no período colonial, como as vivências e tradições dos nativos, além das riquezas naturais e dos limites fronteiriços do Brasil. Esses relatos também ajudariam a analisar os “contos” e os “mitos populares” que aqui substituem os “inúmeros contos fabulosos de cavaleiros e espectros” da Europa, fornecendo informações sobre a vida dessa população para “polos em relação com a essência do grau de civilização intelectual” do resto do mundo¹⁶⁵.

Mitos, lendas e contos, portanto, poderiam definir uma hierarquia civilizacional que começa a ser estabelecida pelo próprio botânico. Enquanto os “mitos” e a religião indígena não podem ser considerados “xamanismos” ou “fetichismos” por um “observador filosófico”¹⁶⁶, por conter em seu passado noções “mais puras” de religião, as manifestações negras têm no “fetichismo”¹⁶⁷ um modelo de explicação para acontecimentos “sobrenaturais e milagrosos”¹⁶⁸, que contribuíram para a formação de alguns mitos conhecidos no Brasil.

As “relações” da raça africana “para com a história do Brasil” têm um espaço mais modesto no projeto historiográfico premiado pelo IHGB. O desenvolvimento histórico brasileiro teria sido, segundo o autor, “bem diferente” sem a introdução de escravizados africanos, porém, se essa foi uma “influência” boa ou ruim, apenas o historiador que decidiu

¹⁶² Para Cezar, essa exigência pode ser vinculada às histórias globais que tiveram seu início nos séculos XV e XVI. CEZAR, 2003, p. 198.

¹⁶³ MARTIUS, 1844, p. 399.

¹⁶⁴ MARTIUS, 1844, p. 400.

¹⁶⁵ MARTIUS, 1844, p. 403-404.

¹⁶⁶ MARTIUS, 1844, p. 395.

¹⁶⁷ TURIN, 2013, p. 127.

¹⁶⁸ MARTIUS, 1844, p. 404. Grifos nossos.

escrever sobre o passado brasileiro poderia julgar. Para Guimarães, a parte que concerne ao negro no projeto de Martius apenas confirma aquilo que o próprio botânico havia expressado ao descrever sua chegada ao Brasil em uma de suas viagens. O alemão relatou que, quando atracavam em portos brasileiros, os viajantes logo eram lembrados de que se encontravam em um “estranho continente”, pois a “turba variegada de negros e mulatos” que encontravam em todos os lugares, lhes causavam mais “surpresa do que agrado” e feriam a “sensibilidade do europeu”¹⁶⁹.

Para o autor, em seu presente, os sócios do Instituto deveriam investigar os “costumes”, “opiniões civis”, “conhecimentos naturais”, “preconceitos e superstições”, “defeitos e virtudes” dos negros nacionais e africanos para que pudessem delimitar com mais precisão qual foi a reação gerada pelo contato desses povos com os europeus. Como as relações dos portugueses com o continente africano se deram antes da chegada dos europeus à América, a “influência” dos negros no passado brasileiro começará no Velho Mundo, sobretudo com o tráfico de escravos e o comércio na África. Pelo mesmo motivo, as instituições portuguesas instaladas no continente africano devem ser comparadas com as organizações transplantadas para o Brasil, principalmente o comércio de escravos – ainda muito desconhecido na Europa¹⁷⁰ –, para que fosse possível mapear a influência negra na “indústria, agricultura e comércio” nacional¹⁷¹. Assim como propõe a comparação entre os indígenas do Império e do resto do continente, Martius também considera importante relacionar nativos e negros para estabelecer aproximações e distanciamentos entre os usos e a índole desses dois povos¹⁷².

Nas considerações finais são estabelecidos alguns juízos mais gerais sobre a escrita da história do Brasil. A história, como “mestra da vida”, que ensina não “somente do futuro, como também do presente”, tem um “valor eminentemente pedagógico”¹⁷³ e pode suscitar “virtudes cívicas” e o “amor à pátria”¹⁷⁴. Assim, a história brasileira deve ser feita para “membros de sua população” que se encontram influenciados por ideias perigosas, como o “republicanismo”, de modo a “convencê-los por uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos utópicos”, principalmente em um país onde “há tão grande número de

¹⁶⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VII (2), p. 391, 2000.

¹⁷⁰ MARTIUS, 1844, p. 406.

¹⁷¹ MARTIUS, 1844, p. 406.

¹⁷² MARTIUS, 1844, p. 405-406.

¹⁷³ CEZAR, 2003, p. 206.

¹⁷⁴ MARTIUS, 1844, p. 409.

escravos”¹⁷⁵. O historiador nacional deve escrever como um “autor monárquico-constitucional”, “unitário no mais puro sentido da palavra”¹⁷⁶. O projeto de Martius, para Cezar, apresenta de forma contundente “uma história calculada, mensurada, bem refletida para combater os oponentes do regime”¹⁷⁷, fazendo da história a ser escrita uma concreta e direta defesa da monarquia.

A história do Brasil sempre será, segundo o autor, “um ramo da história dos portugueses”, mas não seria uma história *do* português. O “elemento” branco, como portador e diretor do processo civilizador no Brasil, “como um poderoso rio”, absorveria os “pequenos afluentes” das raças “índia” e “etiópia”, posto que, como raça superior, dirigiria a formação da sociedade brasileira. Não se admitindo branca, essa identidade seria mestiça e, “carregando elementos das três raças em sua formação”, construiria algo novo, “projetado para o futuro”, com a “prevalência das qualidades do elemento superior que entrava na sua composição, o homem branco, civilizador por excelência”, que era “destinado a se impor sobre as raças inferiores e a conhecer, dominar e aproveitar os recursos da rica natureza tropical”¹⁷⁸.

Não surpreende que a dissertação de Martius tenha saído vencedora do concurso promovido pelo Instituto. A proposta da escrita de uma história que procura “subsumir as diferenças em uma suposta e almejada ‘unidade-plural’”¹⁷⁹ cai como uma luva no projeto de construção da nação gestado na agremiação carioca. Como vimos, diversas crises ameaçavam dividir o Império e, por mais que se pretendesse consolidar uma identidade nacional pautada em uma civilização branca e europeia nos trópicos, era incontornável que fossem considerados o enorme contingente de negros e os povos indígenas no passado nacional. A almejada homogeneidade, necessária para a manutenção da monarquia e para criar estabilidade em meio ao caos, seria alcançada com a domesticação do passado, com práticas e métodos bem delimitados, permitindo a construção de uma identidade nacional branca e, concomitantemente, “mestiça”, enquanto preserva a hierarquia social.

O indígena se converte em uma marca de historicidade, uma particularidade brasileira de antes da chegada dos portugueses. Sua inclusão ou exclusão desse projeto de nação fica condicionada à sua temporalidade e ao estágio de civilização em que se encontra. A mesma possibilidade não é levantada para o negro. Desse modo, *Como se deve escrever a história do*

¹⁷⁵ MARTIUS, 1844, p. 409. Grifos nossos.

¹⁷⁶ MARTIUS, 1844, p. 409-410.

¹⁷⁷ CEZAR, 2003, p. 206.

¹⁷⁸ NAXARA, 2004, p. 118.

¹⁷⁹ TURIN, 2013, p. 36.

Brasil restringe as investigações etnográficas do Instituto ao interesse no objeto indígena¹⁸⁰, modelo que será seguido pelos letrados da agremiação até, pelo menos, o início do século XX.

A própria fundação da sessão de Arqueologia e Etnografia no Instituto, em 16 de setembro de 1847, aprovada pela Comissão de Redação e Estatutos do Instituto, pretendia contribuir para “aperfeiçoar os estudos históricos” relativos ao passado da América e dos indígenas. A implementação de uma sessão específica para esse saber na agremiação era uma demanda antiga, que pode ser verificada na dissertação de Martius em 1840¹⁸¹, assim como em um artigo de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) publicado em 1841¹⁸². Os estudos etnográficos no Instituto, como parte de uma operação historiográfica¹⁸³, procuraram transformar os nativos e as percepções sobre eles em um documento para compor as fontes da história do Brasil. Os conhecimentos sobre a língua, religião e costumes passam a ser tratados por outra ótica dentro das dualidades presentes neste campo¹⁸⁴. Sem escrita, consciência e noção de temporalidade, essas sociedades seriam analisadas pela etnografia, por serem considerados povos *a-históricos*. Como marcas de uma historicidade anterior, uma origem longínqua, poderiam contribuir para a formação da identidade nacional a partir de uma relação de alteridade¹⁸⁵.

Provavelmente, a primeira vez que o conceito etnografia aparece nos escritos do Instituto foi em um texto de Raimundo José da Cunha Matos: *Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil*¹⁸⁶. Os sócios do IHGB realizaram um debate durante uma sessão, em 1839, para tentar responder a um questionamento apresentado por Januário da Cunha Barbosa sobre quais seriam “as verdadeiras épocas da história do Brasil”. O marechal divide as épocas brasileiras em três partes: a primeira seria relativa aos “aborígenes ou autóctones”; a segunda trataria da “era dos descobrimentos” e o período colonial; e a última se iniciaria na independência e chegaria até seus dias atuais¹⁸⁷.

¹⁸⁰ TURIN, 2013, p. 32.

¹⁸¹ MARTIUS, 1844.

¹⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *Revista do IHGB*, 1841, p. 62.

¹⁸³ CERTEAU, 2010.

¹⁸⁴ A escrita e a oralidade, consciência e inconsciência, espaço e tempo, alteridade e identidade. Ver em: CERTEAU, 2010, p. 222.

¹⁸⁵ KODAMA, 2009, p. 15.

¹⁸⁶ O texto, escrito em 1839, só seria publicado anos depois, em 1863, mas havia sido lido no IHGB e era citado por muitos sócios mesmo antes de sua publicação. MATOS, Raimundo José da Cunha. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil*. *Revista do IHGB*, T.XXVI, p. 121-143, 1863.

¹⁸⁷ MATOS, 1863, p. 129.

A divisão em “épocas” atende a uma das necessidades impostas ao conceito de nação do século XIX, inserir o relato do passado brasileiro em um processo histórico universal, localizando a “marcha sucessora da civilização da Terra de Santa Cruz”¹⁸⁸ em uma temporalidade *pari passu* com as demais nações. Para Cunha Matos, a temporalidade ou a divisão em períodos pode remeter, por causa dos nativos, a um *tempo imemorial*, alargando o “espaço de experiência temporal”¹⁸⁹ nacional como “uma sucessão de diferentes civilizações no tempo”¹⁹⁰.

Ao longo da década de 1840, o IHGB incentivou os sócios nas províncias a empreenderem expedições e investigações em busca de cidades ou outros vestígios de supostas civilizações perdidas. Paralelamente, multiplicam-se os trabalhos etnográficos e linguísticos sobre os índios do Brasil que, no final das contas, constituíram o único material objetivamente disponível para preencher essa primeira época da História Geral do Brasil.¹⁹¹

O mesmo movimento pode ser visto em textos prescritivos para a etnografia, publicados na Revista, como um artigo de Varnhagen e outro de Carlos Rath. Em 1849, o Instituto publicou uma carta de Varnhagen que chamava a atenção para a importância dos estudos etnográficos no Instituto, tratando de maneira parecida a arqueologia e a necessidade da criação de um léxico sobre as línguas nativas. Escrita em Madri, a carta foi endereçada à Manuel Ferreira Lagos¹⁹² (1816-1871), com o título “Etnografia indígena, línguas, emigrações e arqueologia: padrões de mármore dos primeiros descobridores”¹⁹³, e foi publicada na íntegra na Revista novamente em 1858¹⁹⁴. O interesse em escrever ao instituto partiu da proposta de Francisco Freire Allemão no tomo IX da RIHGB. Allemão havia recomendado que a instituição solicitasse às províncias que enviassem documentos, livros e informações ao instituto no Rio de Janeiro¹⁹⁵.

Varnhagen critica as informações já colhidas sobre os autóctones por serem escassas e imprecisas, sobretudo quando são descritas as diferentes “nações”, que mormente eram

¹⁸⁸ MATOS, 1863, p. 129.

¹⁸⁹ ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira, 1813-1845*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 162.

¹⁹⁰ ARAÚJO, 2008, p. 165.

¹⁹¹ ARAÚJO, 2008, p. 167.

¹⁹² Manuel Ferreira Lagos era carioca, estudou medicina – não tendo concluído o curso – e participou da Comissão Científica de Exploração entre 1859 e 1861. Também teve diversos cargos no aparato do Estado. Admitido no IHGB em 1839, tornou-se segundo-secretário e redator da revista do Instituto, depois elegeu-se Terceiro Vice-Presidente.

¹⁹³ VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Etnografia Indígena, línguas, Emigrações e Arqueologia: padrões de mármore dos primeiros descobridores. *Revista do IHGB*, T. XII, p. 366-376, 1849.

¹⁹⁴ VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Etnografia Indígena, línguas, Emigrações e Arqueologia: padrões de mármore dos primeiros descobridores. *Revista do IHGB*, T. XXI, p. 389-398, 1858.

¹⁹⁵ IHGB. Ata da 180ª Sessão em 14 de outubro de 1847. *Revista do IHGB*. T. IX, p. 562-563, 1847.

nomeadas como *Tupis* e *Tapuias* – sendo o último um termo que significava “inimigo” e não um grupo específico. O autor também relembra seus pares sobre outros textos seus relacionados ao tema, além de possíveis elementos arqueológicos que encontrou em suas viagens e que ainda não haviam sido analisados de perto, problema que o Instituto poderia resolver com o financiamento de expedições ao interior do país. O autor de *História Geral do Brasil* reforça a importância da compreensão das línguas nativas para “avaliar o grau de barbaria dos povos” e solicita a tradução de termos que considera importantes para seus estudos. A história brasileira “interessará mais às outras nações civilizadas e instruídas *quanto mais longe* pudermos fazer remontar, não as fontes da nossa história, mas os mitos de seus tempos heroicos, mas as inspirações de sua poesia”¹⁹⁶.

Em 1871, Carlos Rath (1802-1876)¹⁹⁷ também faz um apelo à agremiação para que fossem financiadas expedições para a costa brasileira em busca de vestígios materiais sobre o passado dos indígenas¹⁹⁸. Os “*Sambagués*”, que no texto anterior Varnhagen chamou de “*Sambaquís*”¹⁹⁹, são depósitos de conchas feitos pelos nativos para depositar restos mortais de seus ancestrais, sempre acima do nível do mar. Segundo Rath, “um povo *antiquíssimo* do Brasil reuniu no espaço de muitos anos as casas desses crustáceos que comia”²⁰⁰ para construir sepulturas aos entes próximos, colocando armas e outros utensílios em forma de homenagem aos seus mortos.

O geólogo alemão havia realizado medições cranianas em ossadas encontradas no Brasil, para depois compará-las com ossos coletados em outras partes do mundo, procurando uma filiação entre os autóctones brasileiros e povos de outros lugares. Assim como as sepulturas encontradas por Rath, alguns utensílios que eram colocados dentro dos depósitos também têm um formato e uma fabricação similar à itens descobertos na Europa, Ásia e África, como o autor havia observado na “exposição universal de Paris”²⁰¹. O Brasil, que não havia enviado peças para a exposição, segundo o autor, perdeu uma oportunidade de provar que essa nação, mais do que outras, “possui riquezas desse gênero” por ter vivido aqui um

¹⁹⁶ VARNHAGEN, 1849, p. 370. Grifos nossos.

¹⁹⁷ Carl Friedrich Joseph Rath, ou Carlos Rath, nasceu em Stuttgart, na Alemanha, em 1802. Rath se dedicou à geologia e mineralogia, além de trabalhar no museu de ciências naturais enquanto estava na Europa. Também atuou como engenheiro em São Paulo, até que em 1846 participa, com Theodoro Klett, de explorações científicas na província de São Paulo.

¹⁹⁸ RATH, Carlos. Etnologia sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal. *Revista do IHGB*, T. XXXIV, p. 287-292, 1871.

¹⁹⁹ VARNHAGEN, 1849, p. 366.

²⁰⁰ RATH, 1871, p. 289. Grifos nossos.

²⁰¹ RATH, 1871, p. 290.

“povo *muito antigo* e antediluviano”²⁰², tão “numeroso como prova com mais evidência do que nação alguma”²⁰³. Carlos Rath não é uma figura comum entre os letrados que se dedicaram à etnografia indígena no IHGB. Muito provavelmente um poligenista, acreditava na hipótese de várias origens da humanidade, tese que não teve grande aderência na Instituição. Nesse sentido, as raças humanas contêm em si “marcas indelévels de distinção”²⁰⁴ e, portanto, não poderiam ser “levados” a superar sua “ordem da natureza”. Para o autor, os selvagens brasileiros estão “condenados” ao estado em que se encontram, uma perspectiva que colocava Rath e Varnhagen, por exemplo, em posição contrária à hegemônica tese da decadência desses povos, mesmo que a catequese continuasse sendo um meio de torná-los civilizados²⁰⁵.

Há muitas diferenças entre esses textos prescritivos que relacionamos, mas há uma similaridade importante: a concentração das investigações etnográficas no objeto indígena. Desde sua fundação, o IHGB buscou, por meio de estudos etnográficos, arqueológicos e filológicos, encontrar uma “especificidade histórica” nacional. Remontar o passado brasileiro a tempos longínquos possibilita que a nação tenha sua origem localizada em um período anterior à colonização e, simultaneamente, tenha uma historicidade tão antiga quanto as nações europeias. O indígena converte-se em nossos contos cavaleirescos medievais²⁰⁶; como observou Martius, esses mitos e lendas, poderiam ajudar na construção do patriotismo e do sentimento de nacionalismo. Além disso, dentro desse processo no e do tempo, era possível definir com mais clareza se os autóctones brasileiros e seu estado atual eram resultado de uma permanência no “estado de natureza” ou, em vez disso, de um processo de decadência ou degeneração, como salientamos anteriormente. Dependendo do resultado dessa

²⁰² O processo de institucionalização dos estudos geológicos no Brasil costumava ser dividido em duas partes: uma correspondente ao período de expedições estrangeiras e outra com as comissões geológicas. A teoria netunista, a qual tinha aspectos catastróficos, base das ciências geológicas, defende o dilúvio universal e a existência de populações e comunidades antes e depois das enchentes. Essa hipótese foi amplamente utilizada para justificar a existência dos sítios arqueológicos “sambaquieiros” na América, mesmo que esse debate não tenha sido aplicado com frequência no IHGB. Ver: HENRIQUE-PINTO, Renato. Histórico do Conhecimento Geológico sobre o Pré-Cambriano Paulista até o ano de 1955. *TERRÆ DIDÁTICA*, n. 10, p. 52-66, 2013; e sobre o autor e sua aderência a essa teoria: SALGADO, Ivone. Saberes práticos e saberes teóricos nas obras públicas da Província de São Paulo. *ANPUH*, Simpósio Nacional de História, 2009; BERTONI, Angelo & SALGADO, Ivone. *Da Construção do Território ao Planejamento das Cidades: Competências Técnicas e Saberes*. São Carlos: Rima, 2011.

²⁰³ RATH, 1871, p. 290.

²⁰⁴ TURIN, 2013, p. 83.

²⁰⁵ TURIN, 2013, p. 82. Ver também: GUIMARÃES, 2000, p. 137.

²⁰⁶ NAXARA, 2004, p. 121.

investigação, seriam adotadas políticas para exclusão ou inclusão desse “outro” do projeto nacional.²⁰⁷

O discurso etnográfico desenvolvido no instituto foi marcado, principalmente, como um modo de dar historicidade às populações indígenas, sendo em torno dessa historicidade que os letrados buscaram construir argumentos legítimos sobre os modelos de ação a serem adotados em relação aos “selvagens”. Desvelar a “obscura história” desses povos apresentava-se como uma etapa necessária tanto para a escrita de uma história nacional, como para que se pudesse ter algum juízo seguro sobre as ações adequadas a serem tomadas pelo Estado, já que as possibilidades de ação estariam condicionadas ou, pelo menos, justificadas, de acordo com o desenvolvimento histórico que fosse trazido à luz.²⁰⁸

A proximidade do IHGB com o Estado Imperial, sobretudo após 1849, faz com que as propostas de políticas públicas para os autóctones sejam ouvidas pelo frequentador assíduo das sessões, Pedro II. Barbosa propõe a integração do indígena por meio da catequese, e Martius estabelece práticas para comprovar a viabilidade do projeto, mesmo adiantando que ele é possível devido à ligação desses povos com outras sociedades mais “civilizadas”. O negro converte-se em um fator de impedimento²⁰⁹ ou empecilho à civilização, tanto dos indígenas quanto da nação como um todo. O projeto de Martius apenas confirma a exclusão e a impossibilidade que Barbosa ofereceu aos negros. Mesmo com uma história “mestiça”, mesmo tendo certa “relação” com o passado nacional, o negro torna-se ausente.

Majoritária no Instituto, a tese decadentista (monogenista) e a crença no binômio catequese/civilização delimitam o caminho para incutir os valores de liberdade, religiosidade e propriedade nos autóctones, um processo evangelizador e civilizador que se concentra em uma compreensão europeia de civilização; por isso, mesmo essa inclusão é excludente e violenta. A ausência da África e dos negros na etnografia é uma condenação da própria possibilidade de inclusão dessa parcela significativa da população na sociedade brasileira²¹⁰. Assim como os nativos, os negros eram considerados *a-históricos* por não terem “escrita”, portanto, também não seriam um objeto privilegiado da história. Mesmo que essa exclusão não seja diretamente ligada aos temas raciais que começavam a se popularizar na Europa²¹¹, ela cria uma hierarquia em que indígenas são considerados superiores aos negros.

Contudo, a *ausência* dos negros não seria produzida apenas com a impossibilidade de civilização e a concentração do saber etnográfico na figura do nativo brasileiro. Entre o texto

²⁰⁷ TURIN, 2013, p. 44.

²⁰⁸ TURIN, 2013, p. 44.

²⁰⁹ NAXARA, 2004, p. 121.

²¹⁰ KODAMA, 2009, p. 133.

²¹¹ KODAMA, 2009, p. 133.

de Barbosa sobre o “empecilho” negro na civilização do indígena e a dissertação de Martius, passaram-se cinco anos sem que um texto sequer sobre os negros fosse publicado. Depois desse intervalo, houve mais um interregno de 15 anos até que uma reprodução de um relato sobre a destruição de Palmares estampasse as páginas da Revista²¹². Se desconsiderarmos o texto prescritivo de Martius, que apenas indica a necessidade de se investigar as relações entre África e Portugal, houve uma ausência de 20 anos de artigos e documentos sobre, provavelmente, mais da metade da população brasileira em uma entidade apoiada pelo Império e que pretendia construir a identidade nacional.

²¹² DRUMMOND, Antônio de Menezes Vasconcellos de. Relação das guerras feitas aos palmares de Pernambuco. *Revista do IHGB*, T. XXII, p. 303-329, 1859.

CAPÍTULO 2

A AUSÊNCIA NEGRA E O FUTURO PASSADO

Com a insuficiente ausência do passado, diante da constante presença negra em seu presente, os letrados do Instituto – após mais um longo intervalo de 8 anos – reproduziram dois prognósticos que tomavam o negro como um “problema”, sobretudo para propor soluções que o tornassem ausente no futuro nacional. A domesticação do passado permitia que o negro fosse retirado da narrativa histórica construída pela agremiação, enquanto o saber etnográfico, voltado exclusivamente para os nativos, também manteria ausente o passado e o presente africano ou descendente na formação brasileira. Porém, na segunda metade do século XIX, os contornos de um regime moderno de historicidade se tornaram mais delimitados no Brasil, o que acarretou a produção – ou reprodução – de artigos que realizam, de forma mais clara e direta, prognósticos para orientar ações para o futuro. Portanto, esses discursos têm uma temporalidade e uma historicidade diferentes dos que observamos anteriormente. Investem em um discurso econômico-político que, ainda que retorne a questões do passado, encontra-se fincado no presente, inventariando projetos de futuro que possam produzir progresso e civilização. Alguns desses textos, principalmente os que se debruçam sobre o desenvolvimento e demografia brasileira, tomaram a presença negra como um empecilho nacional que deveria ser superado.

O intuito desses prognósticos era apresentar alguns dos principais problemas do Brasil, descrever suas consequências e propor soluções diretas para essas questões. O principal problema levantado por esses artigos é a necessidade de um aumento no número de “cidadãos” e de trabalhadores para a indústria, o comércio e a lavoura brasileira. Para tanto, sugerem projetos de implementação de políticas de incentivo à imigração europeia para o Brasil para que os negros escravizados não fossem mais necessários e pudessem ser substituídos.

Os textos datam do início do século XIX, porém foram reproduzidos nas páginas da revista do Instituto no final da década de 1860, momento em que o tráfico de escravizados africanos havia cessado, inclusive graças à mesma lei que proibia a entrada de africanos livres no Brasil²¹³. Contudo, no país que mais recebeu homens e mulheres importados pelo sistema escravocrata, tanto os autores dos textos quanto os sócios da agremiação pareciam perceber,

²¹³ ALBUQUERQUE, 2009, p. 48.

inclusive em seu cotidiano, que, mesmo sem novos imigrantes do continente africano, a cor de sua população continuava mais escura do que desejavam. Dessa forma, procuravam acelerar o futuro, ou melhor, construir condições para que o futuro fosse cada vez mais branco.

Nesse ínterim, os mesmos prognósticos também procuram demarcar uma pretensa inferioridade cultural e civilizacional africana, para endossar a necessidade de projetos de branqueamento que assegurariam, segundo esses autores, o desenvolvimento e o progresso brasileiro mediante a entrada de europeus no país. A escravidão, que, no começo da segunda metade do oitocentos, era amplamente condenada internacionalmente, é tratada como um entrave que precisava ser superado, seja para aumentar o investimento em máquinas e na mão de obra assalariada ou para impedir que mais africanos entrassem no Brasil. Unindo a presença negra com o atraso representado pelo sistema escravocrata, enquanto investem em um discurso de superioridade branca, esses letrados também reúnem os enunciados disponíveis sobre o “medo branco” das revoltas e quilombos negros, para assegurar que a manutenção da importação de africanos ou a configuração de uma sociedade majoritariamente negra representava uma grave ameaça interna e um risco de “revolução”, acionando, principalmente, imagens de sublevações de grande monta, como a que ocorreu na antiga colônia de São Domingos.

2.1. O “problema negro” e a almejada ausência do futuro

Dois documentos trazem esses pressupostos de maneira muito clara, *Memória e considerações sobre a população do Brasil*, de Henrique Jorge Rebello²¹⁴, originalmente publicado em 1836²¹⁵, e um texto de Antônio Rodrigues Oliveira sobre o desenvolvimento da província de São Paulo e quais os exemplos possíveis a serem aplicados ao Brasil²¹⁶, publicado pela primeira vez em 1810 e depois em 1822²¹⁷.

Por se tratar de reproduções, os artigos de Rebello e Oliveira contêm uma nota da redação da Revista, lembrando da importância desses “opúsculos” e do serviço prestado pelo

²¹⁴ REBELLO, Henrique Jorge. *Memória e considerações sobre a população do Brasil*. *Revista do IHGB*, T. XXX, Parte Primeira, p. 05-43, 1867.

²¹⁵ Não consegui encontrar a referência original dessa publicação, mas a informação sobre sua edição original se encontra em: BOTELHO, Tarcísio R. *Censos e construção nacional no Brasil Imperial*. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.

²¹⁶ OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. *Sobre o melhoramento da província de São Paulo aplicável em grande parte às províncias do Brasil*, *Revista do IHGB*, T. XXXI, Parte Primeira, p. 05-103, 1868.

²¹⁷ OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. *Sobre o melhoramento da província de São Paulo aplicável em grande parte às províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.

Instituto com essas republicações²¹⁸. A memória de Rebello versa sobre os “obstáculos” enfrentados para o aumento da população brasileira, elencando as principais dificuldades para o crescimento demográfico do Império, passando por diversas causas, entre elas: o grande número de “mercenários” em comparação com o baixo número de pequenos proprietários de terra; as “exorbitantes e inalienáveis riquezas dos eclesiásticos”; o excesso de “direitos e impostos” que dificultam o desenvolvimento nacional; e, por último, “a corrupção dos costumes”. Para nós, o recorte mais interessante é a sua 17ª seção, que trata dos “africanos e colonos”²¹⁹.

Em uma pequena introdução, Rebello já aponta qual a melhor solução para o “aumento da população no Brasil”: a imigração europeia²²⁰. Algumas “potências” da Europa, como a Alemanha e a Suíça, após vencerem as dificuldades, conseguiram atingir um crescimento populacional que “hoje” exige uma imigração para novos países, “pouco povoados” “como o nosso!”²²¹ Posto isso, é necessário preparar o terreno para a chegada dos europeus, solucionando problemas internos que atrapalham esse movimento.

O primeiro problema apontado pelo autor diz respeito ao valor pago pelos proprietários pela força de trabalho dos “mercenários”. Segundo ele, na Europa há um grande número de “mercenários” que, em uma “luta desigual”, tentam vender seu trabalho pelo maior preço possível para um grande número de proprietários, os quais podem pagar um valor baixo pela “multidão” de pessoas que esperam por trabalho. No Brasil, com poucos proprietários “menores”, os trabalhadores cobram um “alto preço”, o que os tornam indolentes, “ociosos e inimigos de si mesmos”.²²²

As dificuldades de “subsistência” dos europeus não existem aqui, “porque o trabalhador pode manter-se com facilidade e à sua família”, sobretudo pela “influência do clima”, que facilita a alimentação em todos os lugares, uma vez que “no Brasil nenhum indivíduo morrerá de fome”.²²³ Os eclesiásticos, seja pelo celibato ou pela concentração de riquezas, também se constituem em um empecilho para o aumento da população, ainda que a principal solução não seja o fim do dogma, mas sim a diminuição do número de religiosos²²⁴. Os excessivos impostos e “direitos” no Brasil, segundo Rebello, estrangulam a população e os

²¹⁸ REBELLO, 1867, p. 05. OLIVEIRA, 1868, p. 05.

²¹⁹ REBELLO, 1867, p. 29.

²²⁰ REBELLO, 1867, p. 5.

²²¹ REBELLO, 1867, p. 8.

²²² REBELLO, 1867, p. 10.

²²³ REBELLO, 1867, p. 12.

²²⁴ REBELLO, 1867, p. 16.

empregadores, tornando impossível o aumento de propriedades menores e, ao mesmo tempo, causando sofrimento ao próprio Estado, que tem de lidar com inúmeros custos que não melhoram a vida de seus membros nem ajudam o “pai de família” que tem que “arrancar o pão da boca de seus filhos para satisfazer ao fiscal”.

O “derradeiro obstáculo à população” é a “imoralidade pública”. Nesse ponto, são tratados diversos costumes e usos do brasileiro que são colocados de forma quase ambígua, como particularidades nacionais boas e ruins para o desenvolvimento e o progresso. O exército, muito pequeno em proporção aos habitantes do Império, também poderia auxiliar no fortalecimento do emprego e da renda, o que facilitaria o crescimento dos matrimônios e da “procriação”²²⁵.

A religião, que, em “governos civilizados”, ensina os “traços da humanidade” mais puros, como a “união e amor fraternal”, também propicia o fortalecimento da “liberdade natural dos homens pela prescrição da servidão”. A Europa, que adotou a escravidão desde a Grécia Antiga, escravizando “os desgraçados prisioneiros de guerra”, estendeu essa empresa bárbara para a América, mesmo em “tempos de paz”. O mesmo continente restabeleceu depois a “perda ordem das coisas sagradas”, devolvendo ao “homem o que por dom natural lhe pertencia”. Para o autor, no “código da natureza não encontramos um só título próprio a legitimar a escravidão”, nem mesmo o preço possível a se pagar por uma vida.²²⁶

Porém, “banido no velho mundo”, esse mal se estendeu ao Brasil, onde são admitidas a compra e a venda de humanos por pessoas tomadas por uma “avareza sempre insaciável”²²⁷. Ninguém combateu mais essa “violação dos direitos dos homens”²²⁸ que os “legisladores franceses”²²⁹, proibindo o tráfico de almas pela infame escravidão. No Brasil não há leis que proibam essa “vergonha”, ao contrário, muitos letrados tomam o sistema escravocrata como “publicamente autorizado”, pensando que a própria nação também não padece com esse mal: “Coitados como se iludem!”²³⁰

As execuções malsucedidas das proibições apenas pioraram a situação dos “infelizes africanos” que são empilhados em um curto espaço nos navios, disfarçados para passar pela fiscalização inglesa nos mares, esses “homens como nós” são colocados em “porões fechados”, apenas aguardando seu destino. Dessa forma, para Rebello, “a abolição do tráfico

²²⁵ REBELLO, 1867, p. 26.

²²⁶ REBELLO, 1867, p. 30.

²²⁷ REBELLO, 1867, p. 32.

²²⁸ REBELLO, 1867, p. 32.

²²⁹ REBELLO, 1867, p. 30.

²³⁰ REBELLO, 1867, p. 32.

da escravatura, tal como tem existido até o presente, depois do tratado entre o Brasil e a Inglaterra, tem ocasionado maiores males que vantagens”²³¹, além de iludir os brasileiros sobre a possibilidade do fim desse sistema.

As críticas à escravidão são direcionadas e ajudam a construir três questões que as ligam ao objetivo principal da “memória”, estabelecendo o sistema como um dos principais “obstáculos” para o aumento da população. Quais seriam os caminhos para a agricultura no caso do fim da escravidão?²³² Como “a população do Brasil lucra ou perde com o tráfico da escravatura”?²³³ “*Qual será o estado de opinião política do Brasil na Europa a respeito desse contrabando?*”²³⁴

A Inglaterra provou, por meio de avanços industriais, que o número de braços para o trabalho não é o principal motor para o desenvolvimento de uma civilização, pois as “máquinas e outras invenções” podem suprir essa necessidade com facilidade e maior eficiência, um caminho que o Brasil poderia seguir, mesmo que isso ocasionasse algum prejuízo diante de ainda menos habitantes trabalhando. Com a importação de máquinas, poderiam ser dispensados os negros escravizados e, ao mesmo tempo, tornaria possível o desenvolvimento da indústria brasileira.

Quando se deu a colonização, a preocupação com o número de trabalhadores fez com que fossem introduzidos os negros, como um “remédio” para a falta de braços, principalmente para atender à demanda na busca e extração de metais preciosos e da produção agrícola. Diferente da Inglaterra, que povoou com “cidadãos” e trouxe máquinas para a América do Norte no período colonial, os portugueses preferiram os trabalhadores escravizados, o que causou, em nossa sociedade, a “*absoluta necessidade* de africanos, e a *absoluta necessidade* de os banir para o aumento de sua civilização”²³⁵. Esse seria o primeiro prejuízo causado pela importação dos negros, o atraso no desenvolvimento da “indústria” e do comércio brasileiro.

Mesmo que a chegada dos cativos tenha contribuído demograficamente, para o autor, não é a quantidade de pessoas que realmente importa, mas sim o “aumento do número de indivíduos cidadãos”, “soldados”, “empregados”, “manufatores” e “artífices”, não de

²³¹ REBELLO, 1867, p. 33. Lembrando que o texto foi originalmente publicado em 1837, momento em que o tratado entre Brasil e Inglaterra, assinado em 1826, havia estipulado um prazo para o fim do tráfico até 1845. Em 1831 também havia sido aprovada uma lei para o fim do tráfico. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²³² REBELLO, 1867, p. 34.

²³³ REBELLO, 1867, p. 34.

²³⁴ REBELLO, 1867, p. 33. Grifos nossos.

²³⁵ REBELLO, 1867, p. 37. Grifos nossos.

“desgraçados africanos” que não tem essa “natureza”. Sem “cultura e civilização” para contribuir com o progresso nacional, os negros se convertem em um problema civilizacional.

O autor chega a propor uma solução para os negros que já haviam desembarcado no país: “vão outra vez habitar as áridas margens do Senegal esses filhos de incultos campos, esses selvagens dignos de compaixão da humanidade”. A extradição de homens e mulheres negras que, trazidos forçosamente para a nação, agora devem voltar ao continente de onde foram arrancados não auxiliaria no aumento da população brasileira, porém, sem o convívio com os negros, era possível investir na imigração europeia, sobretudo “colonos alemães, suíços, e outros de outras nações civilizadas”²³⁶. Isso ocorre porque a “opinião” sobre o Brasil no exterior era terrivelmente negativa, graças à presença dos negros em todos os âmbitos do cotidiano nacional. Nenhum europeu aceitaria migrar para um país onde dividiria os postos de trabalho com “selvagens” ou convivesse com um sistema atrasado como a escravidão.

A vinda de colonos deve ser planejada e organizada pelo Estado, para “acomodá-los ao temperamento e influência” do clima brasileiro, cedendo instrumentos e terra para o trabalho e deixando claras suas obrigações, para que não aumentem as fileiras de “vadios e salteadores” da nação. Alguns exemplos demonstram que é possível o sucesso desse modelo. São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre já haviam realizado progressos elevando a produção de diferentes artigos com o uso da mão de obra europeia. Paralelamente, o norte do país, que não foi – nem pode ser – alvo dessas colônias, apresentou um significativo aumento na miséria e nos “vícios” de seus habitantes. As autoridades brasileiras, segundo Rebello, devem oferecer “lucrativos interesses” para que esses homens tenham desejo de emigrar para a região Sul, fazendo com que a escolha de seu destino ao migrar para a América seja o Brasil. “A Alemanha, a Irlanda, a Suíça, devem ser nações preferidas, nas quais o Brasil deve mandar engajar colonos”, tornando possível proibir, efetivamente, a introdução de escravos em nosso território²³⁷. Desse modo, o país “caminhará mais facilmente para o zênite de sua civilização, e emparelhará com as nações mais cultas” remediando o “estado atual das coisas” e avançando para o progresso²³⁸.

O texto de Rebello trata de um problema de 1837 que, segundo o parecer da redação do Instituto, ainda era muito atual em 1867, quando foi reproduzido na RIHGB. Confirmando a importância dessa discussão, um ano depois, outro *prognóstico* sobre o mesmo tema seria publicado. *Melhoramento da Província de São Paulo aplicável em grande parte a todas as*

²³⁶ REBELLO, 1867, p. 37.

²³⁷ REBELLO, 1867, p. 40.

²³⁸ REBELLO, 1867, p. 41-42.

*outras províncias do Brasil*²³⁹, escrito em 1810 pelo comendador da Ordem de Cristo, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira (1750-1824), pretendia propor um planejamento viável para o Brasil ao Rei João VI, como parte de uma nova política para esse lado do Atlântico, após a vinda da família Real em 1808. É interessante notar que o mesmo texto foi publicado novamente como um livro, após a independência, pela tipografia nacional.²⁴⁰

Para o autor, com a transposição da Corte para o Rio de Janeiro, abriu-se uma “época feliz” e de “honesta liberdade”, com novas possibilidades para a “prosperidade da grande terra que habitamos”, objetivo para o qual a obra pretendia contribuir. Como o próprio autor explica em sua introdução, sua explanação tenta atingir diversos segmentos interessantes ao país, o comércio, a indústria, as “fábricas” e a população, apontando os principais problemas e possíveis caminhos para a resolução das questões citadas. Como o título deixa entrever, São Paulo se converte em um modelo a ser seguido para as demais províncias, sobretudo pelo seu sucesso econômico e social, de maneira parecida com o que é apresentado por Rebello.

Em certa altura, Oliveira trata “Da povoação e como se pode ela introduzir de fora e haver do próprio país”²⁴¹. A Europa, “devastada por uma guerra fatal e exterminadora”²⁴², vivia um movimento de imigração forçada, conjuntura que o Brasil poderia aproveitar, propondo ações políticas e a criação de um “fundo” para o “pagamento de gastos de passagem e estabelecimento aqui a todos os lavradores, artistas e mais homens de préstimo” que decidissem deixar a Península Ibérica, Itália e outros países europeus²⁴³. Essas ações poderiam ser estendidas à “Índia, Malaca e China” para apressar “a passagem dos impérios para a América”, o que parece evidente e “inevitável” diante da importância e “preponderância” que assumia essa região²⁴⁴.

Segundo o autor, no início do século, o Brasil havia passado a outro patamar, uma relevância que se concretizou em 1815, quando foi declarada a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, subjugando o *status* colonial da antiga Terra de Santa Cruz. Porém, mesmo antes dessa mudança mais significativa, a transferência da corte para o Brasil trouxe uma nova perspectiva para esse território, tanto no âmbito político nacional como

²³⁹ OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. Sobre o melhoramento da província de São Paulo aplicável em grande parte às províncias do Brasil. *Revista do IHGB*, T. XXXI, Parte Primeira, p. 05-103, 1868.

²⁴⁰ OLIVEIRA, 1822.

²⁴¹ OLIVEIRA, 1868, p. 74.

²⁴² Como o texto foi escrito originalmente em 1810, é provável que a “guerra” citada seja uma referência às invasões napoleônicas (1803-1815) e à Guerra Peninsular (1807-1814), o que pode explicar os países da Europa citados pelo autor (Portugal e Espanha, além da Itália).

²⁴³ OLIVEIRA, 1868, p. 74.

²⁴⁴ OLIVEIRA, 1868, p. 74.

internacional. A proximidade com a Corte e, posteriormente, a Independência são as bases para o argumento do texto de Oliveira.

Diferente de Rebello, Oliveira concorda com parte dos letrados do Instituto sobre a possibilidade de integração dos nativos como meio de aumentar as “forças físicas e morais” da nação. Os indígenas, “que a indústria e o trabalho devem pouco a pouco arrancar dos bosques, onde vivem desgraçadamente”, poderiam se tornar úteis “a si mesmos, à religião e ao Estado”²⁴⁵. Em consonância com o que vimos até agora no Instituto, o autor também considera a presença dos negros um grave problema.

Os “negros braços dos selvagens africanos”, que custam “importantes somas”, tem pouco tempo de vida, se recusam a trabalhar e são “conduzidos pela força”, por isso não conseguem ser eficientes em suas tarefas e serão “em qualquer época futura, e em todos os tempos, e lugares, meios desproporcionados para o estabelecimento” de diversas profissões, como as artes, a manufatura e até mesmo a agricultura. Esses homens, que desconhecem o valor da liberdade, não produzirão “civilizadade [*sic*]”, “ciência” e “bons costumes” e não detêm o necessário “amor à pátria”²⁴⁶, como pôde ser observado na Grécia, em Roma e, mais recentemente, na Jamaica, “Suriorão” e em *São Domingos*.

O comércio de escravos, proibido na América do Norte, França, Dinamarca e Grã-Bretanha, seguia aqui o caminho traçado pelos portugueses, que, mesmo que tenham prestado originais contribuições para a Europa, trouxeram a essa parte da América esse sistema prejudicial à “humanidade”, à indústria, à “*segurança interna* e à defesa exterior”. A mudança da Corte para o Brasil deveria trazer uma nova perspectiva sobre esse tema, pois “escravos nascidos no seio da liberdade”, em uma nação que agora se tornava “metrópole”, poderiam ser mantidos trabalhando nas casas onde nasceram até os 25 anos de idade, recebendo educação e aprendendo um ofício que os pudesse sustentar depois, para, finalmente, receberem sua alforria.²⁴⁷ A ausência de liberdade, um dos “princípios de direito natural” dos homens, faz com que não seja possível inculcar nos negros as virtudes morais e da indústria, gerando grandes perigos para o Brasil.

Assim como Rebello, o autor paulista também elenca uma série de políticas públicas que podem facilitar o desenvolvimento do país, centrando o debate na importação de europeus. Oliveira faz uma detalhada relação dos valores a serem investidos e das regras que devem ser impostas pelo Estado para esses colonos. Com essas despesas “insignificantes”, é

²⁴⁵ OLIVEIRA, 1868, p. 75.

²⁴⁶ OLIVEIRA, 1868, p. 76.

²⁴⁷ OLIVEIRA, 1868, p. 77. Grifos nossos.

possível “adquirir uma excelente povoação de fora, e com ela a indústria e força, que não devemos jamais esperar dos negros”, fomentando aqui a importância do trabalho livre, como ocorreu no norte da América²⁴⁸. Como sugere o título do texto, a província de São Paulo se converte no maior exemplo de sucesso dessas políticas, com seu grande desenvolvimento econômico e social.

Atendendo às demandas de seu presente, os letrados do Instituto reproduzem dois artigos que tratam de diversos problemas nacionais importantes. Textos de 1810 e 1837 continuavam atuais no final da década de 1860, assim como as políticas propostas. Essa “atualização” demonstra que a temporalidade dos “prognósticos”²⁴⁹ publicados pela agremiação, textos com discursos econômico/políticos sobre o negro, tem diferenças importantes com relação aos estudos históricos e etnográficos do Instituto. Enquanto os estudos sobre o passado são direcionados ao futuro e ao presente como projeto e, ao mesmo tempo, exemplos, misturando o regime antigo e moderno de historicidade, os prognósticos apresentam, de forma mais clara, os pressupostos do conceito moderno de história. São eminentemente projetos de futuro, contêm propostas claras, com delimitações políticas e econômicas que procuram apresentar modelos e possibilidades de atuação estatal diante dos problemas apresentados. Essa historicidade se tornaria mais delimitada nas produções histórica e etnográfica da instituição a partir do final do século XIX, mas aparecem aqui como projeções de futuro e possíveis soluções racionais para questões do passado e do presente, voltadas exclusivamente para o futuro nacional. Mesmo que as propostas sejam “atualizadas” pela agremiação, é inegável que essas reproduções, sobretudo os “prognósticos”, pretendiam resolver questões atuais com proposições claras de políticas públicas para o futuro.

2.2. O branqueamento da mão de obra e o “zênite”²⁵⁰ civilizacional

A imigração europeia como remédio para o aumento da população tinha três principais motivos. O primeiro deles é a substituição da mão de obra escrava, que, com o fim do tráfico em 1850 e o crescimento da economia cafeeira, tornou-se urgente. Além disso, a presença dos negros incomodava a elite imperial, inclusive pelas diversas revoltas em toda a vigência da escravidão. Com o inevitável fim do sistema escravocrata, todos esses homens e mulheres livres seriam “incorporados” à sociedade, já que a ausência de liberdade e seu *status* legal de elemento servil não poderiam mais se configurar os principais motivos de sua exclusão. Dessa

²⁴⁸ OLIVEIRA, 1868, p. 83.

²⁴⁹ KOSELLECK, 2006, p. 31.

²⁵⁰ REBELLO, 1867, p. 41-42.

forma, mesmo convivendo com centenas de negros e negras todos os dias, muitas vezes em suas próprias casas, esses letrados propunham a importação de imigrantes brancos para que, em um futuro próximo, a nação pudesse tornar-se cada vez mais uma civilização branca.

Devido às transformações econômicas que a Europa vivia desde o século XVIII, a escravidão brasileira era condenada pelos ingleses²⁵¹. A “Grã-Bretanha tinha fortes razões econômicas para adotar tal política”²⁵², tanto pela necessária expansão de seu comércio quanto pelo mercado açucareiro em suas colônias, que tiveram o tráfico proibido, em 1808, e concorriam diretamente com países que mantinham o sistema, como Brasil, Cuba e Porto Rico, por exemplo²⁵³. Desde o início do século XIX, ainda no período colonial, a Inglaterra pressionava pelo fim do tráfico de escravos para o Brasil, firmando um Tratado de Aliança e Amizade em 1810, aproveitando-se da fragilidade portuguesa durante a invasão napoleônica e a transmigração da Corte para o Brasil²⁵⁴, e outro em 1815, durante o Congresso de Viena²⁵⁵; apenas dois anos depois os navios britânicos receberam autorização de busca e apreensão em embarcações que transportassem escravizados²⁵⁶. Posteriormente, após a Independência, um intenso debate sobre a possibilidade do fim do tráfico ocorreu na imprensa²⁵⁷, e mais um documento foi proposto pelos britânicos²⁵⁸ em troca do reconhecimento da emancipação.

Mesmo com tantos acordos, segundo Ilmar Rohloff de Mattos²⁵⁹, a pressão dos latifundiários durante o período da Independência fez valer a manutenção do sistema, que teve um fluxo ainda maior de cativos importados até o início da década de 1830²⁶⁰. Em 7 de novembro de 1831, a lei proposta pelo senador Felisberto Caldeira Brant, então Marquês de Barbacena, com o apoio do regente Diogo Antônio Feijó, foi aprovada pelo parlamento. A lei “Feijó-Barbacena” impunha a libertação de todos os africanos que desembarcassem no Brasil

²⁵¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 20.

²⁵² BETHELL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 15-17.

²⁵³ Por meio de acordos parecidos, o tráfico para as Índias Ocidentais havia sido proibido, tanto em colônias francesas e holandesas quanto britânicas. É importante salientar que, com essas medidas, o número de africanos importados diminuiu, mas não cessou totalmente. BETHELL, 1976, p. 37. COSTA, 2010, p. 24.

²⁵⁴ MANCHESTER, Alan. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

²⁵⁵ Dessa vez, o tratado proibia o traslado de cativos ao norte do Equador.

²⁵⁶ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1808-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

²⁵⁷ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 26-27.

²⁵⁸ PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²⁵⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 49.

²⁶⁰ FLORENTINO, 2014, p. 113.

após sua promulgação, mas, mesmo que tenha dificultado o comércio de almas, também não conseguiu impedir a manutenção do tráfico transatlântico.

A ineficácia das legislações anteriores, além da aprovação do *Aberdeen Act* (1845) e a prisão de centenas de embarcações contendo escravizados africanos – o que ocasionou diversos incidentes diplomáticos – fizeram com que, em setembro de 1850, fosse promulgada a lei Eusébio de Queirós (nº 581), proibindo a entrada de escravizados no Brasil. Com a efetivação dessa legislação, o desembarque de africanos nos portos brasileiros praticamente cessou, mesmo que, com o desenvolvimento das plantações de café, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, o tráfico interno tenha se fortalecido, sobretudo na década de 1870²⁶¹.

Como pudemos observar no censo de 1872, mais da metade da população brasileira era preta ou parda e houve um crescimento demográfico considerável em relação às décadas anteriores²⁶². Sem a possibilidade de trazer mais africanos, seria razoável que a mão de obra de homens e mulheres que já residiam no Brasil, negros ou não, fosse utilizada para suprir a ausência de braços na lavoura²⁶³. Porém, havia uma preocupação mais urgente nos prognósticos reproduzidos pelo Instituto: tornar cada vez mais branca a população nacional.

O argumento do cônego e fundador do Instituto de que o negro também atravancava nossa civilização aparece com contornos mais delineados nos textos de Oliveira e Rebello. Os negros, por não terem nem “cultura” nem “civilização”²⁶⁴, não contribuíram no passado nem poderiam contribuir “em nenhum tempo”²⁶⁵ para o progresso da nação. As ciências, as artes e a indústria, conceitos-chave para demarcar o estágio de civilização de um povo, eram ameaçados pela presença dos negros. Rebello até sugere que todos sejam deportados para o além-mar, mesmo os que haviam nascido em solo brasileiro. A solução para que a nação atingisse o “zênite” de sua civilização e pudesse se igualar às sociedades “desenvolvidas” da Europa era a adoção de políticas de incentivo à imigração europeia para o país.

Esse projeto de branqueamento da população, que, assim como as políticas de imigração, se fortalece após a década de 1870, segue a mesma lógica que pudemos observar no projeto historiográfico de Martius, quando um “poderoso rio” (a raça branca) absorve os

²⁶¹ RICHARD, Graham. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 27, p. 130, 2002.

²⁶² IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 60.

²⁶³ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Editora Annablume, 1998.

²⁶⁴ REBELLO, 1867, p. 37.

²⁶⁵ OLIVEIRA, 1868, p. 76.

“pequenos” afluentes indígena – “mais profundo” – e negro – “quase um riacho”²⁶⁶. Nessa compreensão, a raça superior, naturalmente, subjugaria as outras culturalmente inferiores. O intuito da importação de brancos para o Império era continuar o processo iniciado pelos portugueses de transposição de uma civilização europeia para os trópicos, subtraindo as diferenças, inclusive étnicas, por um processo de miscigenação.

Muitos europeus se deslocaram para o Novo Mundo durante todo o século XIX e o início do XX. Esse movimento migratório se deve a vários fatores, desde a melhoria do transporte e da comunicação, o crescimento populacional e aumento na expectativa de vida, até as guerras que assolaram o velho continente nesse período. Desde a vinda de João VI para o Brasil, há incentivo à imigração para o país, principalmente para o Sul, onde o clima contribuiria para a adaptação desses povos. Essa política se manteve após a Independência e teve proporções ainda maiores após a década de 1870²⁶⁷. Foram apresentados projetos de incentivo à imigração durante as décadas de 1820²⁶⁸, 1840²⁶⁹ e 1860²⁷⁰, quando se fundou a Sociedade Internacional de Imigração. Esse desejo pela vinda dos europeus se deve, como salientamos, à escassez de braços para o trabalho na lavoura da região sudeste, que crescia graças ao desenvolvimento da indústria cafeeira²⁷¹, porém é inegável que, ao propor políticas de incentivo da imigração de brancos, esses letrados também tinham em vista o branqueamento da população brasileira para contribuir com a construção de uma civilização aos moldes europeus.²⁷²

A “raça” tem uma importante relação com os locais de onde deveriam vir esses trabalhadores, pois, para Rebello, alemães, suíços e irlandeses deveriam ser a prioridade, por terem ainda mais possibilidade de contribuir para o progresso nacional. Oliveira, que escreve em 1810, não tinha a mesma certeza, apontando a Península Ibérica como ponto crucial de imigração para o Brasil. No segundo caso, a base argumentativa do autor eram os horrores da guerra na Europa, que atingia de forma mais incisiva Portugal e Espanha, com a invasão napoleônica. Mas, anos depois, com a dificuldade de adaptação e revolta de alemães e suíços pelas péssimas condições de trabalho, como ocorreu no regime de parceria estabelecido na

²⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiço. *Cienc. Cult*, vol. 64, n.1, p. 48, 2012.

²⁶⁷ LAMOUNIER, Maria Lúcia; LANZA, André Luiz. A América Latina como destino de imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). *Cadernos Prolam/USP*, 14, p. 93-110, 2015.

²⁶⁸ AZEVEDO, 1987, p. 42.

²⁶⁹ AZEVEDO, 1987, p. 60.

²⁷⁰ AZEVEDO, 1987, p. 62.

²⁷¹ BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. Brasília: Brasiliense, 1981.

²⁷² DOMINGUES, Petrônio. *Uma História Não Contada - Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição*. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

fazenda do senador Vergueiro na década de 1840²⁷³, houve uma intensa discussão sobre o incentivo à imigração de asiáticos para o Brasil²⁷⁴, como o próprio Oliveira propõe, no começo da segunda metade do século XIX.

As teorias com verniz biologizante, que consideravam negros e indígenas inferiores com base em características físicas, como veremos, só se popularizaram no Brasil a partir da década de 1870. Até esse momento, a compreensão de “civilização” que tanto Barbosa como Oliveira e Rebello utilizam para hierarquizar as “raças” ou definir o negro como um empecilho para a sociedade brasileira concentra-se em uma “espessura histórico-cultural”²⁷⁵ e não científica. Civilização era entendida como “pouco mais que a soma das realizações intelectuais de uma comunidade”²⁷⁶, um conjunto de produções que tornam essa ou aquela nação mais ou menos relevante no processo de desenvolvimento de todas as civilizações. Com marcadores como a liberdade, a lei, o trabalho e a propriedade privada, bem como as ciências, as artes e outros conceitos que orientam essa “inferioridade”, para esses homens do século XIX, os africanos e os povos indígenas eram atrasados e inferiores pela sua sociedade de origem, mesmo que a cor de sua pele seja uma “marca”²⁷⁷ “indelével” nessa relação²⁷⁸.

O próprio conceito de nação, que nesse período sofria alterações semânticas importantes, compreendia vários grupos étnicos definidos como “outros” para que fosse possível construir um “nós”²⁷⁹. “Assim, as nações, continuavam a designar o modo como na Antiguidade os romanos se referiam aos ‘bárbaros’ que habitavam o Império”²⁸⁰, eram considerados estranhos àquela civilização, que era em seu cerne; no caso brasileiro, uma sociedade com marcas de civilização europeia “migrada” para a América, mesmo que precise da miscigenação para esse fim. Os estrangeiros europeus, nesse sentido, eram parte do passado brasileiro; na verdade, a história brasileira era um “ramo” da história portuguesa, por

²⁷³ SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 127, 2002.

²⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2007.

²⁷⁵ ARAÚJO, 2008, p. 128.

²⁷⁶ ARAÚJO, 2008, p. 128.

²⁷⁷ Teríamos, desde o período colonial, mas com noções próprias do Segundo Reinado, um preconceito de cor, em contraposição aos moldes norte-americanos de hereditariedade. NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

²⁷⁸ TURNER, Victor. *Floresta de símbolos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 40.

²⁷⁹ ANDRÉ, Maria da Consolação. *O ser negro: um estudo sobre a construção de subjetividades em afro-descendentes*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 103. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Um conceito antropológico de Identidade. *Série Antropológica*, n. 06, Brasília, UnB, p. 6-8, 1974.

²⁸⁰ FERES JÚNIOR, João (Org.) *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 163.

isso a importação desses imigrantes era apenas um processo de continuidade e de garantia tanto da ordem social estabelecida quanto da monarquia que se pretendia defender, principalmente, unindo os argumentos apresentados pelos autores, a necessidade de aumento da mão de obra – mesmo com tantos nacionais – e a própria definição do Brasil como um centro de “luz” e da civilização europeia e branca nos trópicos. O projeto serviria para construir um futuro em que o negro estivesse ausente. Outro ponto levantado, sobretudo por Oliveira, diz respeito à outra justificativa para incentivar a política de branqueamento e/ou a deportação dos africanos e seus descendentes, a “ameaça negra”, largamente representada nas páginas da *Revista do IHGB*, particularmente com reproduções de relatos sobre os quilombos de Palmares.

2.3. O “inimigo interno” e o “medo” branco

Com o fim da escravidão em seu horizonte desde sua criação, o Instituto procurou representar o negro, dentro da história brasileira, como um inimigo interno. Além do incipiente movimento abolicionista, que, no final dos anos 1860, já demonstrava um crescimento importante²⁸¹, a resistência negra²⁸² que atuou em todo o período colonial também causava preocupação na elite letrada do Império. Seja pelas centenas de revoltas, algumas bem próximas da fundação da agremiação²⁸³, ou por outras formas de resistência, a presença dos negros no cotidiano e no passado nacional foi inscrita na principal publicação do IHGB como uma grave “ameaça” interna²⁸⁴. Pressionando por liberdade e direitos, esses movimentos poderiam abalar a estrutura social brasileira, pois, acima de tudo, com a possibilidade de extinção da escravidão, mesmo que gradual, a liberdade não poderia mais ser o argumento central para a restrição do ingresso dessa parcela significativa da população na sociedade e na cidadania brasileira. Fora esse fator, ainda havia exemplos de sublevações maiores em outros países, como a antiga colônia francesa de São Domingos, citada por Oliveira em sua memória.

Não pretendemos aferir o tamanho ou a relevância desse “medo” entre a elite nacional, mesmo que muitos autores tenham encontrado indícios de que havia no imaginário social

²⁸¹ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 24.

²⁸² REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁸³ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁸⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

desses letrados uma preocupação dessa ordem, sobretudo com o “haitianismo”²⁸⁵. O risco de uma “guerra civil” entre negros e brancos, citado por Rebello, ou o constante perigo lembrado por Oliveira também faziam parte da construção de uma identidade nacional. Durante todo o século XIX, o IHGB publicou diversos relatos sobre quilombos ou a participação negra em revoltas, destacando o terror e a desordem causados internamente.

Em 1859, o primeiro relato sobre a “guerra” com Palmares foi reproduzido no periódico da agremiação. O texto, oferecido ao Instituto pelo conselheiro Antônio de Menezes Drummond (1794-1874), sócio da agremiação desde 1839, inicia-se com a invasão holandesa no nordeste brasileiro, que como “inimigos de fora” foram expulsos pelo governo colonial. Com o fim dessa ameaça externa, suas atenções voltam-se para um inimigo que “das portas adentro nos infestou”, causando tantos danos quanto os estrangeiros²⁸⁶.

Segundo o autor, entre as “palmeiras agrestes” instalaram-se diversos vilarejos, onde “feras” vindas de muitas regiões, mormente para fugir de “seus delitos”, reuniam-se, em um movimento que ocorre desde o início da introdução de escravizados negros no Brasil, mas que teve um crescimento demográfico significativo durante a administração holandesa no nordeste.²⁸⁷ Com armas roubadas ou compradas, esses homens eram organizados em distintos “quartéis”, reconhecendo-se obedientes à *Ganga Zumba*, uma espécie de rei e senhor dos quilombos que tem todas as honras de majestade e vive em um palácio na “Cidade Real”²⁸⁸.

Este é o inimigo que das portas a dentro destas capitanias se conserva a tantos anos, a quem defendia mais o sítio, que a constância; os danos que deste inimigo nos tem resultado são inumeráveis; porque com eles periga a Coroa, e se destroem os moradores; periga a Coroa porque a seus insultos se despovoavam os lugares circunvizinhos; e se despejavam as capitanias adjacentes; e deste dano infalível se seguiam outros inevitáveis, como era impossibilitar-se a conservação de todo Pernambuco.²⁸⁹

Após inúmeras tentativas, “homens valorosos” venceram, “pela glória da Coroa”, os agrupamentos da província de Pernambuco e libertaram a capitania do “jugo tirano, que os oprimia”²⁹⁰. O relato, de autoria desconhecida, exalta as ações militares realizadas para

²⁸⁵ AZEVEDO, 1987. BRITO, Eleonora Zicari Costa de. O Haiti era lá, aqui e acolá. Os discursos sobre a escravidão no século XIX. In: ALMEIDA, Jaime de; CABRERA, Olga. (Org.) *Caribe: Sintonias e Dissonâncias*. Goiânia: Centro de Estudos do Cabine no Brasil, 2004. MOTT, Luiz. A revolução do Haiti e o Brasil. *História: Questões e Debates*, 3 (4), 1982, p. 55-63. MOREL, Marco. O Haiti não foi aqui. *Revista Nossa História*, ano 1, n. 11, 2014. NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840). *Dimensões*, Vol. 21, 2008.

²⁸⁶ DRUMMOND, 1859, p. 303.

²⁸⁷ DRUMMOND, 1859, p. 305.

²⁸⁸ DRUMMOND, 1859, p. 306.

²⁸⁹ DRUMMOND, 1859, p. 307-308.

²⁹⁰ DRUMMOND, 1859, p. 325.

“vencer” Palmares e confere aos perigos e “terrores” que os quilombos representavam uma ênfase especial.

Em 1876 outro texto, dessa vez oferecido por Pedro Paulino da Fonseca, seguindo os mesmos moldes do anterior, foi reproduzido na RIHGB²⁹¹. Segundo o autor, quando os holandeses foram expulsos, era imprescindível vencer Palmares, considerando-se que eram “tão perniciosos, e mais bárbaros e temidos que aqueles”²⁹². Os negros eram descritos como “estrangeiros”, ladrões e assassinos. As localidades vizinhas, seja em Pernambuco ou em Alagoas, eram constantemente roubadas, perdendo seu gado, seus pertences e, sobretudo, seus escravos, o principal fator que garantiu o crescimento populacional nesses quilombos. Assim como em *Relações*, também são relatadas as mais diversas entradas realizadas pelos brancos com a intenção de aniquilar a ameaça, utilizando inclusive “mestiços” e indígenas como aliados durante as lutas.²⁹³ O texto é muito parecido com o tratado anteriormente, mas é importante salientar que nos dois casos o “valor” e a “bravura” dos homens que entraram em guerra com Palmares são muito destacados, sobretudo os nomes de Pedro de Almeida e Fernão Carrilho. Segundo Maria Leda de Oliveira²⁹⁴, esse relato teve como base o documento anterior, reproduzido pelo Instituto 17 anos antes.²⁹⁵

Apenas dois anos depois, em sua *Memória histórica da administração provincial do Maranhão...*, Cesar Augusto Marques (1826-1900) apresenta um estudo detalhado sobre o governo de Franklin Américo de Menezes Dória naquela província²⁹⁶. Em certa altura do texto, Marques trata da “ameaça dos calhambolas”, moradores negros dos quilombos localizados nas comarcas de Alcântara e Vianna. Segundo o autor, além de cometerem “diversos crimes” contra a propriedade privada, os residentes dos mocambos causavam medo e pavor em toda a população da região. Em 1853, o capitão Guilherme Leopoldo de Freitas, por ordem de Eduardo Olympio Machado, encetou um ataque e, posteriormente, uma perseguição aos homens que se assentavam naquele local, fazendo com que se espalhassem por outras vilas e se escondessem em clareiras da mata, evitando assim o contato com outros

²⁹¹ FONSECA, Pedro Paulino. Dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombola dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678. *Revista do IHGB*, Tomo XXXIX, p. 293-322, 1876. Segundo Maria Leda Oliveira, o manuscrito oferecido por Drummond se converteu em um documento base para os outros textos sobre Palmares reproduzidos posteriormente pelo Instituto. OLIVEIRA, Maria Leda. A primeira relação do último assalto a Palmares. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 251-324, 2005.

²⁹² FONSECA, 1876, p. 297.

²⁹³ FONSECA, 1876, p. 312.

²⁹⁴ OLIVEIRA, 2005, p. 255.

²⁹⁵ DRUMMOND, 1859, p. 303-329.

²⁹⁶ MARQUES, Cesar Augusto. Memória histórica da administração provincial do Maranhão pelo bacharel Franklin Américo de Menezes Dória. *Revista do IHGB*, T. XLI, Parte Segunda, p. 05-130, 1878.

habitantes da região. Mas, em julho do mesmo ano, após abandonarem o quilombo de *S. Benedito do Céu*, cerca de cem “escravos fugidos” invadiram fazendas e vilas, “causando com isso susto e pavor, e praticando a rapina e outros atentados, menos, porém, o assassinato”. Mesmo com os boatos sobre a ameaça supervalorizando o perigo, “era necessário destruir a nuvem negra que ameaçava toldar os lindos horizontes do céu maranhense”, “destruir essa cruel e assustadora ameaça à tranquilidade pública, da qual podiam seguir-se funestíssimos resultados”²⁹⁷.

Para fazer “frente à horda de canibais”, foi necessária uma viagem do então presidente da província, Franklin Dória, à região, levando consigo 20 soldados e oferecendo à região mais 100 praças da guarda nacional, elevando os números entre os aliados, para traçar um plano de cerco e destruição dos quilombos²⁹⁸. Tudo pode ser descrito com precisão graças ao arquivo da secretaria do governo, mesmo que esses documentos “atualíssimos” não possam ser copiados nas páginas da revista por serem demasiadamente próximos do período da publicação²⁹⁹. Como era possível que os “calhambolas” fugissem para outras regiões, foram destacados homens e avisada a população de toda a vizinhança, para que pudessem impedir o assento em outro local ou mesmo a invasão das vilas próximas ao quilombo.

Com dois relatos sobre o período colonial e o estudo de Cesar Marques sobre a província do Maranhão, três dos 15 textos que tomam o negro como assunto na revista do Instituto, até o final da década de 1870, fazem uma estreita ligação entre os negros e a violência de uma ameaça interna. A representação do negro como perigo, inclusive, condiz com a criação de um “outro” interno que se deseja excluir. Todavia, alguns desses textos parecem estabelecer um vínculo simbólico entre os invasores holandeses, estrangeiros que “de fora” vêm “invadir” o solo luso-brasileiro ou brasileiro, e os negros quilombolas. Essa paridade também aparecerá em condecorações aos que lutaram contra os holandeses e os moradores dos quilombos, como demonstra o estudo de Hebe Mattos. Segundo a autora, a mesma mercê do hábito da Ordem de Santiago, concedida à Henrique Dias, notório líder do “regimento dos pretos” que atuou com o exército luso-brasileiro na luta contra os holandeses, também foi entregue à Antônio Gonçalves Caldeira, que compôs o grupo armado que enfrentou Palmares³⁰⁰. Domingues Rodrigues Carneiro também teria requerido seu título por ter lutado contra os palmarinos, afirmando inclusive que teria confrontado o próprio Zumbi

²⁹⁷ MARQUES, 1878, p. 15.

²⁹⁸ MARQUES, 1878, p. 16.

²⁹⁹ MARQUES, 1878, p. 14.

³⁰⁰ MATTOS, Hebe. Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português. In: *XXIV Simpósio Nacional de História, Anais da Associação Nacional de História* – ANPUH, 2007, p. 3.

dos Palmares durante os conflitos contra os quilombolas³⁰¹. A “presunção de equivalência dos serviços prestados contra ‘holandeses’ e na ‘campanha dos Palmares’” parece ser compartilhada pelo governo português, pois Domingos Carneiro recebeu a mercê do hábito da Ordem de Avis³⁰².

Porém, também é possível observar que com a proibição do tráfico, todos os africanos que entraram no país a partir de 1831 deveriam ser considerados livres³⁰³. Com isso e com as possibilidades de um processo de emancipação aproximando-se no horizonte desses letrados, era necessário pensar em políticas que auxiliassem no controle e coordenação desse corpo populacional que, em algum momento, se tornaria livre. Os mecanismos dessa biopolítica³⁰⁴ pretendiam encontrar um novo lugar para todos aqueles que haviam sido sequestrados em seus países de origem ou nascidos sobre o crivo do chicote em solo nacional. A imigração, o branqueamento e a construção do pânico com um inimigo comum³⁰⁵ tornam-se políticas de controle e direção sob milhões de corpos negros. Corpos negros que, para muitos desses letrados, poderiam abalar a hierarquia social que os beneficiava a ponto de transformar em uma “guerra de raças”³⁰⁶, como ocorreu em “São Domingos”, a nação que o Instituto estava contribuindo para inventar nas Américas.

Em seu projeto historiográfico, Martius admite as “relações” da “raça etiópia” com o passado brasileiro, mas não consegue julgar se foram boas ou ruins. O Instituto procura fazê-lo, delimitando a contribuição dos negros no processo de formação da história nacional como aqueles que provocam caos e terror nos quilombos e que devem significar uma *ausência* no futuro.

2.4. A identidade nacional e a ausência negra

Criado em meio a graves crises, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro procurou domesticar o passado para consolidar o Estado Nacional. Como um dos pressupostos do conceito moderno de nação e para manter o governo monárquico e o território nacional

³⁰¹ MATTOS, 2007, p. 5.

³⁰² MATTOS, 2007, p. 5.

³⁰³ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

³⁰⁴ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Ver também: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005; *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

³⁰⁵ FOUCAULT, 2005, p. 222.

³⁰⁶ FOUCAULT, 2005, p. 306.

unidos, os letrados reunidos em torno da agremiação procuraram, por meio de uma retórica da nacionalidade, produzir uma homogeneidade que apenas uma identidade nacional poderia garantir. Nesse movimento, foram estabelecidos “outros” externos, as repúblicas vizinhas da América do Sul, e “outros” internos, negros e povos indígenas.

O saber histórico, que no século XIX começa a consolidar-se, foi operado para domesticar o passado e produzir diversas camadas de pertencimento, subsumindo as diferenças e as identidades regionais em um país com séculos de colonização, presença de povos indígenas e de milhões de negros importados da África como escravos. Como o projeto de Martius esclarece, o passado brasileiro e a identidade nacional seriam resultados de uma “mescla” desses três elementos. O branco se converte em um “motor” do processo civilizacional, o agente maior para a almejada transposição da tradição europeia para os trópicos. O indígena se torna uma especificidade brasileira, uma marca de uma historicidade longínqua que localiza as origens nacionais *pari passu* com o tempo das demais nações, inserindo o Brasil no processo contínuo e unívoco da temporalidade mundial³⁰⁷. Nesse movimento, é necessário investigar o “obscuro” passado dos nativos, principalmente por meio da etnografia, para compreender se é possível trazê-los aos cômodos da civilização, impondo conceitos-chave da tradição europeia por intermédio da catequese. O negro, como símbolo de atraso, sobretudo pela sua ligação com o sistema escravocrata e sua origem africana, converte-se em um “empecilho” tanto para a socialização dos autóctones quanto para o desenvolvimento brasileiro.

Em seus primeiros 30 anos de produção, o Instituto pouco se preocupou em tomar o negro como objeto de estudo. Mesmo no projeto historiográfico de Martius, no qual as práticas historiográficas da agremiação se tornam mais claras e o objetivo de criar uma “unidade” concentra-se na “mescla” das três raças, seu lugar é diminuto e vinculado diretamente ao tráfico de escravos. Suas “relações” com o passado brasileiro se limitam ao *status* de objeto, inclusive porque, para esses homens, esse era o seu lugar na hierarquia social nacional. O discurso sobre o negro, dentro dessa retórica da nacionalidade, procuraria torná-lo ausente mesmo quando citado, produzindo uma *presença relativa*, uma *presença enquanto ausência*, que possibilitasse, dentro desse projeto historiográfico, etnográfico e econômico político, consolidar uma exclusão sócio-histórica e pragmática de todos aqueles corpos negros que compõem o corpo populacional brasileiro. O intuito era controlar, coordenar e condenar

³⁰⁷ KOSELLECK, 2006.

essa parcela da sociedade de pele retinta, que, com os avanços das políticas de emancipação, acabaria se tornando a cada dia mais livre³⁰⁸.

Ausente nesse passado, mas muito presente no cotidiano da elite letrada do Império e maioria entre a população, o negro precisava ser apagado também do futuro brasileiro. Orientando políticas públicas e ações em seu presente, os letrados do Instituto reproduzem, durante a década de 1860, dois prognósticos sobre a importância da implementação de um projeto de imigração europeia para o Brasil. O intuito era branquear a população, extirpar o “empecilho” e os “riscos” que os negros, caracterizados cada vez mais como violentos e perigosos, representavam para o desenvolvimento nacional e, principalmente, atender à demanda pelo aumento do número de braços para lavoura, que, com o fim do tráfico após a promulgação de diversas legislações, tornou-se premente.

A *retórica da nacionalidade* construída ao longo da produção da agremiação em suas primeiras décadas conferiu ao negro este lugar, entre uma *ausência* e uma *presença a ser eliminada*. Seja pela concentração exclusiva do saber etnográfico na figura do indígena ou pela pequena produção historiográfica, a identidade brasileira e o passado nacional não tinham espaço para mais da metade da população brasileira.

³⁰⁸ FOUCAULT, 2008. Ver também: FOUCAULT, 2005; FOUCAULT, 2008b.

PARTE II

CAPÍTULO 3

O NEGRO E O SOLDADO: OS “CORTESÃOS DO INFORTÚNIO”³⁰⁹

No fim da década de 1860, estavam mais delimitados os contornos do processo de emancipação dos escravizados no Brasil. Uma década antes, o tráfico havia sido efetivamente extinto e projetos de lei pela abolição – gradual e controlada – proliferavam nos debates acirrados da cena política na Capital. A preocupação com o que ocorreria após o fim do sistema escravocrata, como vimos, era constantemente abordada nas discussões do IHGB e, com o avanço do movimento abolicionista e o crescente apoio de parte da elite política nacional à causa da emancipação, era necessário planejar o futuro do Brasil. Entretanto, o mesmo período ainda demandaria outro esforço dos sócios da agremiação. Após disputas políticas, o Império entraria em um longo, árduo e impensado conflito armado contra o Paraguai, uma guerra que surpreenderia por sua duração e violência, mas também pela necessidade da formação de um exército brasileiro no calor do momento.

A cultura histórica oitocentista tinha como uma de suas características a utilização pragmática do saber histórico, produzindo um passado que atendesse a demandas específicas de seu presente³¹⁰. Inicialmente, a demanda da consolidação do Estado Nacional em torno de uma homogeneidade plural, a formação da identidade nacional que fortaleceria os laços de pertencimento e possibilitaria a unidade característica de uma “nação”, havia demandado que o passado fosse domesticado para produzir uma almejada “unidade-plural”. A identidade continuaria sendo uma chave explicativa e até mesmo mantenedora do engajamento nacional à guerra, porém não parecia suficiente para aumentar o número de soldados nas fileiras do campo de batalha. O exército nacional, mobilizado à toque de caixa, não conseguia atender à demanda de braços armados que o conflito exigia, e o alistamento de empobrecidos, negros ou não, tornou-se uma constante desde os primeiros anos do combate.

Dessa forma, durante e após a Guerra do Paraguai, o discurso sobre o negro no IHGB procurou atuar em duas frentes: exaltar diferentes momentos em que negros foram utilizados no exército luso-brasileiro ou brasileiro: a luta contra os holandeses, a Independência ou a própria Guerra da Tríplice Aliança, construindo, sobretudo com a biografia de Henrique Dias, um caminho para a liberdade e para a glória por meio da armada nacional; enquanto, ao

³⁰⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. Henrique Dias. *Revista do IHGB*, 1868, Tomo XXXI, Parte Primeira, p. 368.

³¹⁰ GUIMARÃES, 2003, p. 11.

mesmo tempo, aproveita-se da deflagração da Guerra para combinar o projeto de nação gestado no Instituto, com o sangrento campo de batalha em que se transformou parte da América do Sul. Mais uma vez, os letrados da agremiação reúnem enunciados disponíveis, pinçando, no passado brasileiro modelos que possibilitassem construir um discurso que produzisse em torno do negro/soldado uma solução para as necessidades do exército imperial e para as preocupações com o grande número de negros no Brasil. Por meio de mecanismos necropolíticos, milhares de homens e mulheres seriam “convocados” a participar, com a direção de brancos, de uma guerra mortífera marcada pela fome e pelas doenças.

3.1. “Sob a negra epiderme”³¹¹: a construção do herói

No trigésimo primeiro tomo da revista do Instituto, os sócios da agremiação decidem publicar uma biografia de Henrique Dias, notório líder do “regimento dos homens pretos”³¹², que lutou contra a invasão holandesa no nordeste brasileiro. Escrito pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), literato, jurista e político imperial³¹³, parece reunir, em um só artigo, diversos interesses políticos do Segundo Reinado e do projeto historiográfico do Instituto em torno de uma prática comum na agremiação carioca desde sua fundação: a produção biográfica³¹⁴. As biografias “dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes...” são publicadas desde o primeiro número da revista do Instituto e constituem um conjunto importante para analisar o papel da escrita das vidas dos “grandes homens” e suas relações com o conceito moderno de história³¹⁵.

Segundo Maria da Glória de Oliveira, a partir da cultura das luzes, a noção de mérito pessoal, ressignificou a compreensão de “herói”, herdando do antigo *topos* da *historia magistra vitae* a exemplaridade e as lições morais, porém, abandonando o “herói guerreiro” e se ancorando nas “qualidades pessoais e serviços prestados ao bem público e à humanidade”,

³¹¹ PINHEIRO, 1868, p. 366.

³¹² PINHEIRO, 1868, p. 365-383.

³¹³ BELCHIOR, Luna Halabi. *A religião nacional: A experiência brasileira de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018. MELO, Carlos Augusto de. *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do romantismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. NARITA, Felipe Ziotti. *O tempo sagrado do Império: História e religião na obra do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Unesp Franca, 2012.

³¹⁴ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

³¹⁵ OLIVEIRA, 2009.

principalmente quando essas trajetórias são ligadas ao “destino nacional”³¹⁶. A história desses homens agora se misturava à história da nação, encarnando “valores coletivos celebrados pela sociedade política do Segundo Reinado”³¹⁷. No caso da biografia que analisaremos, além do intuito de “criar uma linhagem de brasileiros notáveis desde os tempos coloniais”, em uma “longa duração da gênese nacional”³¹⁸, há também pelo menos duas utilizações pragmáticas para sua publicação, o reforço do projeto historiográfico de Martius – majoritário no IHGB - e a preocupação com outro conflito internacional, a Guerra do Paraguai.

Apoiada em relatos de cronistas e em documentos oficiais coletados nos arquivos portugueses e holandeses³¹⁹, a biografia de Henrique Dias pretendia consagrar ao soldado luso-brasileiro um lugar no “Panteão”³²⁰ nacional, destacando, sobretudo, suas contribuições bélicas durante a guerra contra os invasores holandeses no século XVII. Em seu texto, Pinheiro procura descrever os principais feitos de Dias ao longo das batalhas que participou, tendo como principal objetivo, ao fim de seu relato, comprovar que aquele homem merece seu “nicho” entre os grandes nomes da história brasileira. Para tanto, procura-se “comprovar” como o mestre-de-campo e seus homens detinham, “sob a negra epiderme”, um forte sentimento patriótico e uma lealdade inabalável para com o seu rei³²¹. Para Oliveira³²² e Luna Halabi Belchior³²³, as biografias escritas por Pinheiro buscavam fazer “justiça” e fixar, na memória nacional, nomes e feitos de grandes personalidades durante o desenrolar de importantes acontecimentos da história brasileira. Mas a produção biográfica sobre Henrique Dias, um homem negro, guardava suas especificidades?

Nos primeiros parágrafos de seu artigo, Pinheiro se adianta às possíveis críticas que receberia. Enquanto formula uma justificativa para sua imprescindibilidade, também constrói a sua defesa. Segundo o autor, esse “inteligente crioulo” só não tinha seu lugar garantido entre os vultos nacionais por viver em uma época em que “as diferenças das cores e das castas servia de empecilho ao galardão”³²⁴. Porém, com essa biografia, a justiça poderia ser feita. Portanto, se por um lado seus leitores desqualificassem essa produção, precisariam assumir que esses vetos ainda persistiam. Por outro lado, se o nome do “mestre-

³¹⁶ OLIVEIRA, 2009, p. 15.

³¹⁷ OLIVEIRA, 2009, p. 16.

³¹⁸ OLIVEIRA, 2009, p. 17.

³¹⁹ OLIVEIRA, 2009, p. 164.

³²⁰ PINHEIRO, 1868, p. 365.

³²¹ PINHEIRO, 1868, p. 366.

³²² OLIVEIRA, 2009, p. 143.

³²³ BELCHIOR, 2018, p. 30.

³²⁴ PINHEIRO, 1868, p. 365.

-de-campo” havia sido impedido, até aquele momento, de constar nos anais brasileiros, era por preconceitos e interdições que, agora, pareciam ter ficado para trás. No retrato construído por Pinheiro, além de um homem patriota, Dias torna-se também um herói, pois, mesmo diante de todos esses impedimentos, tornou-se “mestre-de-campo, fidalgo e cavaleiro da antiquíssima ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo”³²⁵, fatos que apenas reforçam a necessidade da composição de sua biografia.

Os preconceitos, por sua “casta” ou sua “cor”, certamente foram dificuldades que o mestre-de-campo enfrentou em seus dias. Porém, a superação desses obstáculos pregada por Pinheiro com a utilização do substantivo “época”, como sabemos, está longe de ser factual. Se nos atermos ao próprio regimento de Dias, acompanhando os estudos de Hebe Mattos, podemos perceber que neste caso, especificamente, os impedimentos por “cor” só aumentaram ao longo do século XVIII e XIX. Após a formação do chamado “terço dos Henriques”, os mesmos títulos concedidos ao mestre-de-campo seriam negados aos seus sucessores, exatamente pela cor de sua pele. No setecentos, quando Amaro Cardigo, então capitão do terço, solicitou à Mesa de Consciência e ao Conselho Ultramarino o recebimento dos hábitos e comendas às Ordens Militares, recebeu como justificativa à negativa sua descendência africana e/ou escrava³²⁶. Seguindo os relatos da autora, foi no século XVIII que as ordens militares luso-brasileiras adotaram a cor e a utilização errônea de africano e escravo como sinônimos, como uma norma de denegação a títulos oficiais. Assim, a partir desse período, “a cor se tornara formalmente em impedimento para o recebimento” de honras e soldos militares. As hierarquias e classificações racializadas que Pinheiro parece relegar à outra “época” estão tão claras em seu tempo quanto nos dias de seu biografado³²⁷.

Feitas as justificativas, começamos a conhecer a personagem, um homem pernambucano, filho de pais africanos, “muito provavelmente escravos”³²⁸, alfabetizado (como comprova sua assinatura em uma “preciosa coleção de autógrafos” e algumas cartas³²⁹) e que, ao longo de seu percurso, tornou-se também capitão e *governador dos crioulos, negros e mulatos*³³⁰. Sua jornada teria se iniciado em 1633, quando Henrique Dias, juntamente com alguns “homens pretos”, procuraram Matias de Albuquerque (1580-1647), então *Visitador e*

³²⁵ PINHEIRO, 1868, p. 365.

³²⁶ MATTOS, Hebe. Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico Português. In: *XXIV Simpósio Nacional de História, Anais da Associação Nacional de História – ANPUH*, 2007, p. 10.

³²⁷ MATTOS, 2007, p. 11.

³²⁸ PINHEIRO, 1868, p. 365.

³²⁹ PINHEIRO, 1868, p. 365.

³³⁰ MATTOS, 2007, p. 1. Grifos da autora.

Fortificador das capitâneas do Norte, para se oferecerem, “por amor à pátria”, como voluntários para o exército luso-brasileiro, instalado no forte Real de Bom-Jesus³³¹.

Naquele momento, o exército encontrava-se desfalcado e fragilizado por seguidas derrotas diante dos invasores. Para o autor, esse “desespero”, pode ser medido pela atitude de Albuquerque, que prontamente nomeou Dias capitão e pediu-lhe que incorporasse ao seu batalhão o maior número de soldados de “sua cor” que pudesse reunir, impondo apenas uma condição: que todos estivessem “isentos do cativo”. Seguindo os relatos de Duarte Coelho de Albuquerque, irmão de Matias, Pinheiro destaca novamente que o “apuro” em que se encontravam as tropas impedia o general de negar a ajuda oferecida pelo “crioulo”. Segundo o próprio autor, o relato de Duarte Albuquerque, depreciando a ajuda daqueles homens, pode ter ofendido, “por mais de uma vez”, o próprio Dias, que, devido à sua determinação, esqueceu o “desprezo”, mantendo-se no exército, ao contrário de “Calabar”³³². Assim, com desprezo, necessidade e “patriotismo”, nascia o “terço da Gente Preta”³³³.

Após essa breve apresentação geral, podemos dividir o restante da biografia em cinco partes: uma batalha inicial, onde Dias é ferido e alçado, desde já, ao heroísmo; trecho que é seguido de um intervalo em que são apresentados o treinamento do regimento e a necessidade de uma “correção” com relação a algumas imprecisões históricas sobre a personagem; para então retornarmos às pelejas com a descrição da participação mais importante do terço de Henrique Dias durante a invasão holandesa, a batalha de Guararapes; a descrição da consagrada contenda é então interrompida para mais uma “reparação”; para só então fechar o texto com o relato do restante da batalha e, de maneira bem breve, com o desfecho da própria guerra contra os holandeses.

Durante o primeiro conflito narrado, apenas uma entre tantas participações do regimento, Dias teria sido gravemente ferido enquanto lutava, com Filipe Camarão (1600-

³³¹ PINHEIRO, 1868, p. 366.

³³² Provavelmente, trata-se de Domingos Fernandes Calabar (1609-1635), senhor de engenho que se aliou aos holandeses e foi considerado, principalmente na obra de Varnhagen ao tratar do período holandês, um dos maiores traidores da Pátria: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975; *História das lutas holandesas no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. Calabar era “mestiço”, provavelmente filho de uma indígena com um português. Há obras que revisitaram, após Varnhagen, a história do senhor de engenho, inclusive Chico Buarque e Ruy Guerra: BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. *Calabar, o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. CAVALCANTE, Marília Teles. *“Calabar está onde não está”*: história, memória e mito (1869-2017). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Sergipe, 2018. CINTRA, Assis. *A reabilitação histórica de Calabar*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. NUNES, Elzimar Fernanda. As vozes de Calabar e a voz de Calabar: uma reflexão sobre o discurso histórico. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 21, p. 105-111, janeiro/junho de 2003.

³³³ Durante o século XVII e XVIII, era comum a utilização, no vocabulário português, do termo militar “terço”, que corresponde à “legião” romana ou ao “regimento” francês e alemão. MATTOS, 2007, p. 1.

1648), contra mais de mil holandeses em Porto-Calvo, no ano de 1637. Segundo a descrição, durante a batalha, o capitão teria sido atingido por um tiro em sua mão esquerda. Com o fim do embate, o “crioulo” teria alcançado sua “glória” quando, aos moldes de “Múcio Scoevola”, pediu pela amputação do membro para apressar o seu retorno às fileiras do exército. Nesse momento, Dias teria proferido suas palavras mais importantes; segundo o literato, o mestre-de-campo teria dito necessitar apenas de uma mão para servir ao seu rei e à sua pátria. Porém, por “amor à verdade”, o instante de glória é interrompido por uma advertência do autor: devido aos diferentes relatos do ocorrido, a frase transcrita tratava-se de uma compilação que reunia diversas descrições que haviam sido coletadas de cronistas, portanto não era possível atestar sua fidedignidade³³⁴. De qualquer maneira, a “fala heroica” do “galardão” “transpôs o Atlântico”, fazendo com que o governo de Madrid o recompensasse por sua bravura, concedendo-lhe o “hábito de Cristo” e o “foro de fidalgo”³³⁵.

Apesar de descrever rapidamente outras batalhas, Pinheiro se detém em um “breve intervalo” de paz, quando o mestre-de-campo pôde treinar seus homens no manuseio das armas e na “tática europeia”, submetendo-se, ele mesmo, ao “jugo da disciplina” militar, o verdadeiro “talismã da vitória”³³⁶. Esse trecho traz um detalhe interessante. O terço de Henrique Dias, segundo Mattos, não utilizava táticas comuns na Europa, ainda que fossem, mesmo assim, estratégias “europeias”. Com o regimento dos negros durante a guerra contra os holandeses, os portugueses puderam instituir no Brasil uma técnica que haviam utilizado amplamente na África Central, mais ou menos no mesmo período. Durante as chamadas “guerras pretas”, líderes negros locais eram recrutados para comandar uma pequena tropa autóctone que avançava de forma inesperada sobre os inimigos, mesmo assumindo o risco de, com a exposição desenfreada, ocorrerem muitas baixas. No caso africano, esses capitães eram grandes conhecedores do terreno, o que tornou a tática uma “importante instituição militar”, principalmente para as “guerras angolanas” do século XVII³³⁷. O modelo de recrutamento, as estratégias de ataque e a organização do terço durante a Guerra Brasílica seguem o mesmo modelo, ainda que detenham algumas especificidades.

A descrição desse “breve intervalo” não é fortuita. Esse trecho servirá a um propósito específico, pois tanto a “disciplina” falha quanto o “treinamento” reduzido dessas tropas se

³³⁴ PINHEIRO, 1868, p. 367.

³³⁵ PINHEIRO, 1868, p. 367.

³³⁶ PINHEIRO, 1868, p. 368.

³³⁷ MATTOS, 2007, p. 01.

converterão, posteriormente, em uma justificativa para apagar uma das “manchas” históricas do biografado. Retornaremos depois a essa questão.

Depois desse efêmero desaparecimento dos “heróis pernambucanos” – aqui incluídos Camarão e Vidal de Negreiros (1606-1680) –, João Fernandes Vieira (1610-1681) convocou novamente o trio e seus soldados, obrigando o mestre-de-campo a adiar o recebimento de seu hábito de Cristo, que seria entregue pelo Rei de Portugal³³⁸. Durante esse hiato, o “silêncio da história, que, como dizia Voltaire, é a felicidade dos povos” quase nos fez “perder o vestígio dos seus passos”, mas Dias e seu terço voltam à cena, atendendo ao chamado do “arcanjo da liberdade”³³⁹.

Com o retorno dos “heróis” ao exército, esperava-se um retorno à narrativa das batalhas. Mas Pinheiro tinha outros planos. Desconsiderando alguns combates importantes, o literato se detém longamente em um “mal-entendido” historiográfico, procurando corrigir “imprecisões” enquanto torna ainda mais notável a atuação de seu biografado.

Acompanhando uma carta de Gonçalo Pinto de Freitas, escrita a pedido de Antônio Telles da Silva, então governador da capitania, enviada ao Rei de Portugal, tem-se a notícia de que Dias e seus homens haviam desertado em março de 1645. No texto, Telles da Silva informa a “traição” de Henrique Dias e seus homens após uma discussão entre o mestre-de-campo e outros superiores, por terem negado um pedido seu de dispensa em razão do adoecimento de sua mulher e filhos. Na ocasião, Dias também teria reclamado de seus pagamentos e da maneira como era tratado pelo governo da capitania, que, servindo-se dele como se fosse um “cativo”, aplicava-lhe punições severas apenas pela sua cor, dizendo-lhe que “como negro que era, merecia um grande castigo como exemplo dos [de]mais”³⁴⁰.

Na mesma noite, o capitão e seus homens teriam fugido da fortificação instalada ao lado do Rio Real, sendo seguidos de perto por Camarão e seus “índios”, a pedido de Negreiros. Como seu destino era desconhecido, era possível que tivessem migrado para o lado holandês de Pernambuco ou se reunido com outros negros nos quilombos da região. A carta solicitava a permissão da Coroa para sua punição e o envio de outra correspondência ao Supremo Conselho do Recife, a junta do governo holandês da região, para que também procurassem pelo regimento e, caso os prendessem, os entregassem aos responsáveis para que fossem aplicadas as penas adequadas. O caminho dos traidores, segundo Negreiros, poderia

³³⁸ PINHEIRO, 1868, p. 369.

³³⁹ PINHEIRO, 1868, p. 369.

³⁴⁰ PINHEIRO, 1868, p. 370.

ser rastreado pelos saques e “outros malefícios” relatados pelos moradores da região³⁴¹. O documento em questão, extraído dos arquivos do próprio IHGB, segundo o autor, foi reproduzido integralmente em nota. Em seguida, Pinheiro reproduz mais uma comunicação oficial, mas dessa vez enviada pelos delegados holandeses³⁴².

Surpreendido pela Insurreição Pernambucana (1645-1654), o conselho holandês enviou essa missiva à João IV, questionando a presença de Dias, Camarão e seus homens entre os sublevados nordestinos, já que os conflitos na região haviam sido interrompidos após um acordo firmado entre portugueses e holandeses na Europa. Enquanto ocorria a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e mantinha-se a União Ibérica, os holandeses tinham um conflito mais importante para lutar. Dessa forma, o Conselho pedia ao governo português que tomasse providências e convocasse seus soldados, pois eles haviam chegado à Bahia e invadido “de pancada” a capitania, ignorando “o direito público e geral”, enquanto traziam “guerra” e desordem como “desumanos, ladrões e piratas”³⁴³.

O conjunto de documentos, tratado como “curioso” pelo autor, foi recolhido no arquivo da Instituição e ocupa, em nota, seis páginas da biografia³⁴⁴. Mas, antes mesmo de transcrever as cartas, Pinheiro já tecia uma defesa. Toda essa “artimanha”, que teria valido mais “à causa da restauração do que a remessa de um exército”, fazia parte de um plano arquitetado por Telles da Silva, Vieira e o próprio João IV. Com o armistício e a paz selados temporariamente, o governo luso-brasileiro decidiu desestabilizar por dentro o território holandês. Enganando o Conselho, inventaram a traição de Dias e seus homens para infiltrar seu regimento e o de Camarão no lado holandês, insuflando a revolta sem que, com isso, o acordo fosse quebrado³⁴⁵. A descrição pormenorizada do ocorrido, bem como a reprodução das cartas, pretendia provar que o “fidelíssimo” Dias não havia desertado, mas contribuído de maneira ímpar para a concretização de uma manobra arriscada e bem planejada da Coroa portuguesa. A comunicação de Telles da Silva e do Conselho holandês “comprovavam” a tese de Pinheiro. Mas ele vai além. O literato afirma que a própria insurreição não ocorreu espontaneamente como se tem “querido atribuir”, mas sim pela contribuição essencial de Dias, que teria insuflado os revoltosos a se reunirem. Com o tempo e uma “má inteligência

³⁴¹ PINHEIRO, 1868, p. 370.

³⁴² PINHEIRO, 1868, p. 370.

³⁴³ PINHEIRO, 1868, p. 372.

³⁴⁴ PINHEIRO, 1868, p. 369-375.

³⁴⁵ PINHEIRO, 1868, p. 371.

dos documentos”, recaiu sob o herói a “nódoa da traição”, contribuindo para que seu nome fosse ignorado por outros cronistas e historiadores do Brasil³⁴⁶.

Comprovada sua “inocência”, destacado ainda mais seu heroísmo, Dias estava redimido. “Urgido pelas circunstâncias, [ele] escondeu por um instante as garras do leão debaixo da pele de raposa”³⁴⁷, para depois reunir-se no vale do São Francisco com outros soldados, atacando os holandeses de surpresa com “suas correrias”, fazendo com que o conselheiro Baltasar Van de Voorde reconhecesse nos negros um outro “gênero de guerra”, superior ao de seus homens³⁴⁸.

Feita a “correção”, retornamos às batalhas. Após descrever rapidamente outros enfrentamentos, Pinheiro pôde iniciar o relato dos dois episódios mais conhecidos da participação de Henrique Dias e seu regimento: as batalhas de Guararapes. Em 1648, o exército da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais precisava reconquistar o Porto de Nazaré, importante rota de abastecimento de suas tropas. No entanto, sabendo com antecedência o curso de seus inimigos, Vieira, Negreiros e Dias instalaram seus regimentos em pontos estratégicos do monte Guararapes, onde puderam surpreender os holandeses, impingindo-lhes uma derrota importante. Dias e seus homens foram posicionados no flanco esquerdo, ao lado dos homens de Vieira, o local mais atacado pelos oponentes.

Todavia, após a vitória parcial, tanto os homens do regimento de Dias como os de Camarão, respectivamente negros e indígenas, “lançaram-se sobre os despojos dos inimigos mortos; devendo-se a esta circunstância a perda da artilharia, que bem funesta nos poderia ser”³⁴⁹. Essa “vergonha”, entretanto, não poderia recair sob nosso herói. Como o literato já havia destacado antes, suas tropas eram “irregulares, acostumadas as depredações da guerra *sui generis* que então se fazia em Pernambuco”, eram homens que careciam de “força moral”, “disciplina”, e por isso dedicavam-se à pilhagem em vez da vitória, algo reprovado veementemente por seu valoroso líder³⁵⁰.

Contudo, na “aurora de 19 de fevereiro de 1649”, o “valente cabo dos pretos” pôde, finalmente, “lavar a vergonha passageira dos seus no sangue dos contrários”³⁵¹ em outra batalha, nas mesmas montanhas de Guararapes. Invertendo a lógica do conflito ocorrido no ano anterior, dessa vez era o exército holandês, comandado pelo coronel Van der Brincke, que

³⁴⁶ PINHEIRO, 1868, p. 374.

³⁴⁷ PINHEIRO, 1868, p. 374.

³⁴⁸ PINHEIRO, 1868, p. 375.

³⁴⁹ PINHEIRO, 1868, p. 379.

³⁵⁰ PINHEIRO, 1868, p. 380.

³⁵¹ PINHEIRO, 1868, p. 380.

aguardava os regimentos luso-brasileiros nos desfiladeiros. Percebendo o perigo, Francisco Barreto de Meneses (1616-1688), então mestre-de-campo-General, ordenou que suas fileiras aguardassem, fazendo com que os holandeses descessem e os enfrentassem em “campo raso”³⁵². Após muitas horas de batalha, o exército de Brincke foi totalmente derrotado.

Por fim, o leitor é lembrado da importante participação de João IV, além da frota de Pedro Jacques de Magalhães, que impôs a derradeira derrota aos holandeses. Com o fim da guerra, “desce o pano sobre o palco histórico” e “desaparecem os protagonistas”, que agora, em sua vida privada, retornam às suas casas para dispor “sobre o berço de seus filhos os lauréis adquiridos no campo de batalha”³⁵³. Dias, o “Scoevo brasileiro” de quem “ninguém mais fala”, não poderia ter os momentos de sua vida pós-guerra contados, não se sabe como transcorreu sua “honrada velhice”. Para o autor, muito provavelmente tenha passado seus últimos dias “reclamando o pagamento de atrasados soldos, pedindo indenizações que nunca chegaram e deixando a sua mulher e filhas por único legado a herança de seu nome”³⁵⁴. Redimidas as injustiças e corrigidos os erros, “mais esse brasão da nossa tão moderna e já tão brilhante história”³⁵⁵ poderia ocupar o seu lugar no panteão nacional³⁵⁶.

3.2. A Batalha de Guararapes: cores e valores

Pinheiro considerou a “batalha de Guararapes” um dos mais importantes acontecimentos da história nacional. Para ele, esse instante de glória ainda aguardava que um “Horácio Vernet brasileiro”³⁵⁷ a imortalizasse. Onze anos após a publicação da biografia, Victor Meirelles tornou-se nosso Vernet. O quadro, realizado entre 1875 e 1879, traz em tons fortes e imponentes a força da batalha, imprimindo inclusive a participação do terço dos Henriques. Não pretendemos abordar a obra, seus aspectos técnicos ou suas ligações com o período, mas sim utilizá-la como mote para discutirmos mais detalhadamente o “retrato” construído por Pinheiro³⁵⁸.

³⁵² PINHEIRO, 1868, p. 381.

³⁵³ PINHEIRO, 1868, p. 382.

³⁵⁴ PINHEIRO, 1868, p. 382.

³⁵⁵ PINHEIRO, 1868, p. 382-383.

³⁵⁶ A história, vista como a responsável pela justiça. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história tem juízo: o juiz e o inquérito como modelos de autoria e procedimento analítico na escrita historiográfica. *História da Historiografia*, v. 13, n. 34, p. 17-40, 2020. Ver também: MENONCELLO, Aline Michelini. Um guia de leitura: A concepção de ciências sociais e história do jurista Pedro Lessa. *Expedições: teoria da história e historiografia*, v. 11, p. 1-18, 2020; Julgamentos a serviço da História. *História da historiografia*, v. 9, n. 22, p. 238-257, 2017.

³⁵⁷ PINHEIRO, 1868, p. 381.

³⁵⁸ Nós nos baseamos aqui nas análises de Lúcia Klück Stumpf, sobre o quadro “Batalha de Guararapes”. STUMPF, Lúcia Klück. *Fragmentos da guerra: imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-*



Imagem 1: Batalha de Guararapes. Victor Meirelles. 1879. Óleo sobre tela, 923x494cm. MNBA/RJ.

Em todo o texto, a produção desse “retrato” parece ao leitor uma tarefa espinhosa. Pinheiro parece manter-se na defensiva, preocupado com as críticas que poderia receber. A divisão que propomos no início – que não é utilizada pelo autor – parece expor algumas preocupações características de uma composição sobre um homem negro no século XIX. Dias conquista seu lugar no “panteão de papel”³⁵⁹ nacional após ser ferido em combate. Mesmo sem uma de suas mãos, heroicamente continua a lutar pelo seu rei e pela sua pátria. A partir daqui, Pinheiro pode pintar em sua silhueta uma armadura de soldado. Um homem negro que, no exército, pode tornar-se o destaque de uma pintura. Feito o esboço, era necessário corrigir algumas imperfeições, erros que foram cometidos em “retratos” anteriores. Porém, a pecha de desertor, que por uma má interpretação dos documentos manchou a imagem do mestre-de-campo, só pode ser refutada pelo Pinheiro historiador. Reproduzindo documentos, remetendo a outras obras e descrevendo solenemente mesmo aquilo que desejava esconder, o historiador reforça sua busca pela “verdade” e pela “justiça”, características da cultura historiográfica oitocentista.

Com tudo em seu devido lugar, retorna o artista. Agora é possível continuar a pintura, dessa vez desenhando, com cuidado, o fundo que comporá o quadro e possibilitará destacar com louvor o próprio retratado. As mãos e o estilo são “europeus”, como os de Meirelles,

1881). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 338-340.

³⁵⁹ ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, n. 25, p. 42, 2000.

procura-se atender às necessidades da escola idealista romântica³⁶⁰, todavia com um tom “passadista”³⁶¹, característico do período. A batalha, o fundo caótico e as cores vivas procuram ressaltar todo o entorno do herói, tendo inimigos e compatriotas dispostos frente a frente. Mas, abandonando o pincel e retomando sua pena, Pinheiro volta-se novamente ao passado. A “vergonha” sem rosto, nem nome, não pode ser representada. Mas, mesmo sem rosto ou nome, ela parece ter uma cor. Se os homens se lançam aos despojos, não podem ser soldados, filhos da disciplina; convertem-se, portanto, em “despreparados” *sui generis*. Os documentos demonstram que houve pouco treinamento, “comprovam” que o líder valoroso comandava homens pouco valorosos. Sem “força moral”, os “pretos” do regimento são sempre tratados apenas como “pretos”. Há outras publicações do Instituto que relatam a guerra contra os holandeses. Em alguns casos, os relatos ocupam muitos tomos e centenas de páginas. Em todos eles, o terço de Henrique é citado³⁶², mas em apenas um encontramos o nome de *um* de seus soldados, Henrique de Mendonça³⁶³.

De qualquer maneira, mesmo com a “vergonha”, era inevitável que, ao fundo do comandante, houvesse comandados. A estratégia foi pintá-los sob uma penumbra, uma sombra que os cobria, da mesma forma que seus inimigos. Essa escuridão, que também se projetava sobre Dias, parecia atingi-lo de outra forma, havia sobre seu rosto um pouco menos tinta. O “crioulo” parece diferente dos “pretos” que comanda. Nas ações em curso, ele sempre parece mais próximo de Negreiros – branco – e de Camarão – indígena – que de seus próprios soldados. A utilização do vocábulo “crioulo”, ao longo de toda a biografia, parece reforçar uma diferença importante; Dias seguramente era “brasileiro”, nascido em Pernambuco, mesmo que filho de pais africanos. No oitocentos, o vocábulo “crioulo” poderia ser utilizado como um sinônimo de “negro”, porém, na maioria dos casos, era uma designação específica

³⁶⁰ STUMPF, 2019, p. 342.

³⁶¹ STUMPF, 2019, p. 342.

³⁶² MATTOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da província de Goiás. *Revista do IHGB*, Tomo XXXVII, p. 213-394, 1874; Corografia histórica da província de Goiás. *Revista do IHGB*, Tomo XXXVIII, p. 05-150, 1875. SANTIAGO, Diogo Lopes de. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra., *Revista do IHGB*, T. XXXVIII, Parte 1, p. 249-332, 1875; História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra., *Revista do IHGB*, T. XXXIX, Parte 1, p. 96-190, 1876; História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra., *Revista do IHGB*, T. XL, Parte 1, p. 304-450, 1877; História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra., *Revista do IHGB*, T. XLI, Parte 1, p. 143-175, 1878; História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra., *Revista do IHGB*, T. XLII, Parte 1, p. 91-99, 1879; História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra., *Revista do IHGB*, T. XLIII, Parte 1, p. 05-76, 1880.

³⁶³ SANTIAGO, 1877, p. 493.

para descendentes de africanos que nasceram e/ou se criaram no Brasil³⁶⁴. Um sinônimo para “negro ladino”, em oposição ao “negro boçal”, um termo pejorativo que era utilizado para se referir aos africanos desembarcados deste lado do Atlântico³⁶⁵.

A batalha segue e a vitória, que antes fora parcial, torna-se completa. Com o descansar dos pincéis ou o cair das cortinas, esvazia-se o palco histórico. Dias, como a pintura, mantém-se sempre jovem, seu destino só pode ser traçado pela imaginação. Finalizada a obra, o mestre-de-campo que antes era apenas uma silhueta torna-se uma imagem nítida. Pintado entre os vultos do panteão nacional, sua exemplaridade seria direcionada para o presente.

Desviante das obras expostas cotidianamente na galeria de “brasileiros ilustres”, esse retrato não poderia ser apresentado sozinho. A biografia de Dias faz parte de um conjunto de publicações do mesmo autor, todas descrevendo a vida de personagens que lutaram contra um invasor estrangeiro. Há um estudo sobre Filipe Camarão³⁶⁶, líder indígena dos potiguares, e outro artigo sobre André Vidal de Negreiros³⁶⁷, político e militar português. Em três retratos de uma guerra, o Pinheiro “pintor” coloriu a nação de branco, vermelho e preto. O historiador, por seu turno, apresentou um capítulo heroico da história nacional enquanto reforçava o projeto historiográfico majoritário do Instituto: o brasileiro como produto da mescla das três raças. Martius³⁶⁸, Pinheiro e Meirelles pintaram quadros parecidos. Em 1844, 1868 ou em 1872, o homem branco se mantinha ao centro, sempre mais elevado, guiando negros e indígenas em direção ao futuro ou ao inimigo.

De qualquer maneira, na segunda metade do século XIX, as preocupações de Pinheiro e Meirelles com o seu presente eram relativamente parecidas. O primeiro “pintava” suas biografias em prol do Império e do Instituto, enquanto convivia com a cruel Guerra da Tríplice Aliança e observava o ínfimo recrutamento das tropas nacionais. O segundo compôs

³⁶⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 22.

³⁶⁵ Há divergências quanto à origem desse vocábulo. Em alguns casos, autores como Aurélio Buarque de Holanda consideram que sua origem seja baseada no verbo “criar”, porém, para Fernando Lázaro Carreter e Paul Teyssier, o termo teria se originado, na língua francesa, de “créole” ou “créoliolisé”, que pode ser traduzido como “adaptado às colônias”. CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de Términos Filológicos*. Madrid: Editorial Gredos, 1981, p. 121-122. TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.

³⁶⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. D. Antonio Filippe Camarão. *Revista do IHGB*, Tomo XXXII, p. 201-208, 1869.

³⁶⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. André Vidal de Negreiros. *Revista do IHGB*, Tomo XXXII, p. 329-342, 1869.

³⁶⁸ MARTIUS, 1844, p. 389-411.

sua obra a pedido do Imperador, alguns anos após o fim do conflito, para que todos pudessem lidar com as consequências e os resquícios da conflagração³⁶⁹.

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos letrados do Segundo Reinado procuraram *domesticar* o passado para atender às demandas urgentes e pragmáticas do seu presente. As atenções de Varnhagen, outro sócio ilustre do Instituto, também se voltaram para esse conflito. Em sua “História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654”³⁷⁰, preocupado com o conflito do seu período³⁷¹, procurou fortalecer o patriotismo, criar laços de pertencimento que remetessem a um passado longínquo, inclusive considerando as batalhas contra os holandeses como um momento crucial para o nascimento do nacionalismo brasileiro³⁷². Em ambos os casos, o intuito era fomentar o alistamento nas fileiras do exército.

3.3. Os “voluntários” e a Pátria.

A utilização de negros escravizados, libertos ou livres no exército era uma tradição da colonização portuguesa que teve continuidade no Brasil independente³⁷³. Segundo Charles Boxer, o recrutamento de escravos para as “milícias” bragantinas foi uma das “medidas extremas” adotadas pelos portugueses para fortalecer o poderio militar colonial em diversos momentos³⁷⁴. Esses regimentos, divididos em uma hierarquia de cor, normalmente eram comandados por homens de pele mais clara, “mestiços” que Boxer chamou de “brancos amorenados”³⁷⁵. Mesmo em conflitos menores por terra ou em movimentos de expansão de fronteiras, alguns escravizados eram utilizados como força armada dos próprios senhores, uma organização que não era, necessariamente, eventual. Esse recrutamento possibilita aos escravizados uma ascensão social significativa, além de proporcionar uma proximidade

³⁶⁹ STUMPF, 2019, p. 345.

³⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Histórias das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

³⁷¹ SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 9, p. 99, 2012.

³⁷² WEHLING, Arno. Varnhagen, história e diplomacia. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.) *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, p. 45. Ver também: SANTOS, 2012, p. 98-99.

³⁷³ LIMA, Carlos A. M. Escravos na peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850). *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 18, p. 131-152, 2002.

³⁷⁴ BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969, p. 142. Ver também: IZECKSOHN, Vitor. O recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 96-110, 2015.

³⁷⁵ BOXER, 1969, p. 143.

importante com os proprietários. Em muitos casos, esse engajamento garantia a sobrevivência e até mesmo a alforria³⁷⁶ desses escravizados.

Essa é uma relação que é em si paradoxal, negros e/ou escravizados não podiam se alistar no exército³⁷⁷ e havia leis que proibiam que libertos e escravos empunhassem armas³⁷⁸. Porém, diante do grande número de cativos, da dificuldade financeira e da escassez de braços para compor o apoio militar português ou brasileiro, a prática se estendeu por toda a colonização, como demonstra o exemplo dos batalhões de Henriques; as lutas de Independência, do início do século XIX, sobretudo no Rio de Janeiro e na Bahia³⁷⁹; e a Guerra da Tríplice Aliança³⁸⁰.

O próprio Instituto reproduziu um documento em 1897 sobre o “recrutamento” de negros durante as guerras pela independência. O ofício, escrito por José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836), então Ministro dos Negócios do Império do Brasil, solicitava aos moradores da província da Bahia a libertação de todos os escravizados que lutaram contra os portugueses por ocasião da guerra de independência, em 1823³⁸¹. De acordo com o documento, sua “Majestade Imperial”, Pedro I, havia decidido, em “consideração aos serviços prestados pelos escravos habitantes da Bahia”, que todos que lutaram pela “sagrada independência deste Império” poderiam desfrutar da “mesma liberdade, para que tanto concorreram”³⁸².

Mas o ofício não determinava a emancipação dos cativos, apenas “convocava” os senhores a libertarem seus escravizados que participaram do conflito, para que, “forros e livres”, pudessem “continuar a servir nos corpos militares, em que tiveram praça”. A alforria seria assinada mediante um pagamento “razoável” feito pela “respectiva junta de fazenda” a todos os proprietários que assim desejassem. Ou seja, nenhum homem ou mulher escravizada

³⁷⁶ IZECKSOHN, 2015, p. 97. Ver também: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A Nobreza vive em bandos. A economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVI, algumas notas de pesquisa. *Tempo*. Niterói, n. 15, p. 11-25, 2003.

³⁷⁷ Apenas em novembro de 1837, com a Lei nº 560, a segregação no exército imperial foi finalmente abolida. IZECKSOHN, 2015, p. 98.

³⁷⁸ LIMA, 2002, p. 142.

³⁷⁹ CARVALHO, Marcus de. O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-1823. *Luso-Brazilian Review*. Wisconsin, n. 1, vol. 43, p. 1-30, 2006. KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra de independência na Bahia. Chicago (EUA), *Conference on Latin American History*, 2000.

³⁸⁰ Há ainda estudos que consideram outros momentos, como a pesquisa de Francis Cotta sobre as milícias de Minas Gerais no setecentos: COTTA, Francis. *No rastro dos dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

³⁸¹ CAMPOS, José Joaquim Carneiro de. Libertação de escravos por ocasião da Guerra de independência nacional. *Revista do IHGB*, Tomo LX, p. 159-160, 1897.

³⁸² CAMPOS, 1897, p. 159.

que lutou pela independência da nação tornou-se livre automaticamente, todos dependiam da vontade de seu senhor, algo que o próprio Campos, e provavelmente também o Imperador, admitia ser bastante complicado. Mesmo anunciando o pagamento, o ministro apela aos “sentimentos” dos senhores e à identificação com os desejos do próprio Pedro I para que os proprietários, de “bom grado”, concedam-lhes a liberdade da qual foram “dignos”, gratuitamente, em atenção e respeito “ao serviço público”³⁸³.

Ainda no século XIX, durante as revoltas das décadas de 1830 e 1840, o exército nacional passou a ser majoritariamente negro³⁸⁴. A maioria dos batalhões eram compostos por homens empobrecidos, pretos e pardos livres ou libertos, que encontravam no alistamento alguma garantia de sobrevivência. Considerados pela lei como propriedades, escravizados não podiam se alistar ou mesmo ser recrutados pelo Estado, já que o direito de seus senhores seria prejudicado. Dessa forma, mesmo que o governo imperial os recrutasse, era necessário que estes recebessem, antes do alistamento, sua carta de alforria³⁸⁵.

Portanto, não poderiam existir escravizados lutando pelo exército brasileiro na Guerra do Paraguai, no máximo homens e mulheres que até então se encontravam em situação de cativo e que foram libertados por ocasião de seu engajamento nas tropas. Em alguns casos, os cativos foram recrutados à força, doados ao governo por seus proprietários para substituírem seus filhos que haviam sido convocados. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, essa prática tornou-se corriqueira. Em diversas localidades, proprietários e aparentados se recusavam a atender ao chamado do exército e, em “compensação”, enviavam seus escravos em seu lugar, livrando-se, dessa maneira, da obrigação militar³⁸⁶. Em casos mais raros, escravizados fugidos se engajaram na guerra como libertos, principalmente nos primeiros anos do conflito. A promessa de alforria e insalubridade da vida de escravizado na cidade ou no campo faziam com que algumas pessoas fugissem e se instalassem como soldados. Ricardo Salles encontrou alguns desses casos nos relatórios de tropas enviados ao governo no período. Nessas listas, esses soldados são descritos como “elemento servil”, porém o autor não acredita que os números expostos sejam precisos³⁸⁷.

³⁸³ CAMPOS, 1897, p. 160.

³⁸⁴ CASTRO, Jeanne Berrance de. “O Negro na Guarda Nacional”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. 3, 1969, p. 149-172.

³⁸⁵ CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; *Os Voluntários da Pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983, p. 27.

³⁸⁶ SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996, p. 63.

³⁸⁷ No relatório, os “escravos” somavam pelo menos 5,49% das tropas no ano de 1868, mas o próprio autor questiona esses números. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 64-65.

Com a escassez de soldados diante do prolongamento do conflito, cada vez mais, “voluntários da pátria”³⁸⁸, em sua maioria libertos que viviam nas cidades, começaram a compor as fileiras do exército nacional – inclusive menores³⁸⁹. Em alguns casos, negros eram enviados forçosamente para o conflito por serem “truculentos”, em sua maioria praticantes da capoeira, uma forma de “punição” que fez com que muitos soldados, inclusive brancos, aprendessem a expressão cultural durante o conflito. Em diversos momentos, a utilização de negros nas milícias coloniais e no exército brasileiro se relacionou à prática da capoeira, procurava-se “punir” os “desordeiros” e, ao mesmo tempo, utilizá-los como capangas ou soldados³⁹⁰.

Alguns anos após o início da Guerra, o Império recrutou a Guarda Nacional – força que atuava internamente, inclusive no combate às rebeliões escravas –, editando um decreto que permitia que esses soldados operassem fora do território brasileiro. Mesmo tendo relativo sucesso, o número de soldados tornou-se insuficiente ainda em 1867. Então, outra medida do Império desagradou parte da elite que compunha o alto escalão do exército e da Guarda Nacional. Para aumentar o recrutamento, as bonificações e o *status* dos membros dos “Corpos Destacados ou Voluntários da Pátria” foram alterados, tornando a diferença *oficial* da elite militar para com os “voluntários” praticamente nula³⁹¹. Mas, se havia paridade “oficial”, mantiveram-se diferenças veladas de raça, de gênero e sociais, tanto na hierarquia militar como durante o conflito. Segundo os relatos de Alfredo Taunay, até mesmo no desfile da vitória o batalhão dos “voluntários”, em sua maioria composto por negros, teria desfilado por “último” durante as comemorações³⁹².

Com o novo decreto, pretos e pardos empobrecidos tornaram-se soldados e, com essa pretensa igualdade, fomentou-se a criação de um mito em torno do exército nacional que perdurou pelo restante do Segundo Reinado e alcançou a Proclamação da República: a

³⁸⁸ Termos que são questionados por SOUZA, 1996, p. 57-59. Ver também: CHIAVENATO, 1983. Sobre o crescimento da participação de negros no conflito, ver: JEHA, Silvana. Cores e marcas dos recrutas e marujos da armada, c. 1822-c. 1860. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 36-66, 2013. Ver também: KRAAY, Hendrik. “O Abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. *Afro-Ásia*, n. 17, p. 29-56, 1996.

³⁸⁹ SOUZA, 1996, p. 76.

³⁹⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudo Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 244.

³⁹¹ SOUZA, 1996, p. 58.

³⁹² Utilizo as aspas por ser o termo empregado pelo autor, pois, segundo o próprio Taunay, os “voluntários” foram seguidos por carregadores de bagagens, comerciantes e mulheres. PEDRO, Vanessa Lehmukuhl. *Morte e liberdade na Guerra do outro: os negros em narrativas sobre a Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 16.

inexistência de desigualdade racial e social no exército brasileiro³⁹³. O número de pretos e pardos no exército apenas aumentou até 1870, tanto devido ao prolongamento do conflito quanto pela própria demografia brasileira. É nesse momento final, quando os números de negros, libertos ou não, crescia vertiginosamente na Guerra da Tríplice Aliança, que Pinheiro escreve a biografia de Henrique Dias. O período, de crescente necessidade de braços para o exército, mas de muita resistência dos senhores, sobretudo dos fazendeiros em ceder a mão de obra de sua lavoura, parece propício para a exaltação de um homem negro que lutou pela “libertação” de sua pátria do “jugo” estrangeiro.

Como tratamos anteriormente, no mesmo tomo XXXI em que a biografia de Henrique Dias foi publicada, o Instituto também reproduziu a “memória” de Antônio Rodrigues de Oliveira sobre a necessidade da importação de imigrantes europeus diante da “impossibilidade” de uma contribuição dos negros, “em qualquer época”, para o desenvolvimento do país³⁹⁴. Não nos parece haver contradição na decisão da Redação da Revista. Eles delimitam, claramente, onde e quando os negros podem contribuir ou participar do desenvolvimento nacional. Oliveira veta a contribuição negra/africana nas artes, na ciência, na cultura e na “indústria”, mas, no mesmo número, pelas mãos de Pinheiro, a entidade determina o lugar de milhões de homens e mulheres brasileiros, inclusive para os que se encontravam em situação de cativo: entre a escravidão e a morte³⁹⁵.

O discurso do negro como soldado e da liberdade por meio da guerra manteve-se na ordem do dia no Instituto, mesmo após o fim da Guerra do Paraguai. Em 1872, a agremiação dedicou muitas páginas ao longo estudo de Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938)³⁹⁶. O artigo procura traçar um detalhado relato sobre as ordens beneditinas e seu estabelecimento no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, citando cada uma das presidências, os principais detalhes do mandato e as ligações entre essas ordens e alguns acontecimentos da história do Brasil. Mas, acompanhando o estudo, nós nos ateremos à passagem que mais nos interessa, quando o autor relata parte do cotidiano do Frei José da Purificação Franco, eleito para sua administração em 1868.

Esbarrando em eventos bem recentes do passado nacional, Galvão destaca a “contribuição” do religioso na “infeliz guerra do Brasil com o pérfido governo do

³⁹³ SOUZA, 1996, p. 58-70.

³⁹⁴ OLIVEIRA, 1868, p. 76.

³⁹⁵ SOUZA, 1996.

³⁹⁶ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Apontamentos históricos: sobre a Ordem Beneditina em geral e em particular sobre o mosteiro de N. S. do Monserate da Ordem do Patriarca S. Bento, desta cidade do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, T. XXXV, Parte Segunda, p. 249-676, 1872.

Paraguai”³⁹⁷. Franco teria sido um exemplo de “amor à causa do Estado” ao dispor de “peitos brasileiros” às fileiras do exército nacional. “Abrindo os horizontes da liberdade aos seus escravos”, o abade lhes teria dado a “opção” do alistamento na “armada” para lutar contra o vizinho americano³⁹⁸. O estudo de Galvão, publicado no mesmo ano em que se firmou o tratado de paz entre Brasil e Paraguai, realça novamente como o ingresso no exército abriria o “horizonte da liberdade” para todos os cativos que “gentilmente” fossem cedidos ao Estado.

Durante o maior conflito armado da América do Sul, parte dos sócios da agremiação carioca acionaram enunciados disponíveis desde, pelo menos, o século XVII para construir um discurso diferente sobre o negro. A utilização pragmática *desse* passado condiz com a *retórica da nacionalidade* construída ao longo de todo o século XIX pela agremiação, primeiro porque reforça laços de pertencimento e a constituição de uma identidade homogênea, hierarquizada e racializada, que pretende conciliar o diferente em torno de uma unidade. O passado vitorioso, seja sobre os holandeses, portugueses ou paraguaios, também reafirma uma convivência harmoniosa, constitutiva do próprio brasileiro, apresentada no projeto premiado pela instituição em 1847³⁹⁹. No mesmo movimento, a ausência negra, construída ao longo das primeiras décadas da entidade, dá lugar a outra formação discursiva. O negro é “inserido” na história, agora ele pode ter sua liberdade por meio do alistamento. Pode ser “imortalizado” como herói e alçado ao panteão de brasileiros ilustres, como um soldado. Entrando no exército, homens e mulheres que antes eram ausentes podem ser “retratados” como símbolos de patriotismo e lealdade por um grande literato de uma renomada instituição.

3.4. A necropolítica e o “infortúnio”.

Essa mudança não ocorreu apenas para atender a demanda de braços armados para a Guerra da Tríplice Aliança. Durante as décadas de 1860 e 1870, as atenções da elite letrada e política do Segundo Reinado se dividiam entre o conflito e a inevitável emancipação.

A derrocada do sistema escravocrata, ainda que em um processo controlado, podia ser vislumbrada pelos sócios do Instituto desde a sua fundação⁴⁰⁰. Inegavelmente, esse processo se aprofundou durante os anos 1850, com a aprovação de uma nova lei pela extinção do

³⁹⁷ GALVÃO, 1872, p. 411.

³⁹⁸ GALVÃO, 1872, p. 411.

³⁹⁹ IHGB, 1847, p. 279.

⁴⁰⁰ Basta observarmos a aprovação da Lei Feijó-Barbacena, anos antes da fundação, e a própria condenação à escravidão, presente no artigo que encontramos no primeiro tomo da Revista, quando Barbosa propõe a utilização da mão de obra indígena como uma opção para substituir os braços escravos na lavoura. BARBOSA, 1839b, p. 123-129.

tráfico⁴⁰¹, e foi reforçado por projetos de lei pela emancipação do cativo, que se proliferaram a partir da década de 1860⁴⁰². A maioria dessas propostas só não foram aprovadas nesse período pela preocupação com revoltas e conflitos internos, em um momento em que grande parte do contingente de soldados da Guarda Nacional e do exército encontravam-se nas fronteiras ou no país vizinho⁴⁰³. Na década de 1870, a maioria dos escravizados já havia se tornado liberto⁴⁰⁴ e, em 1871, a aprovação da Lei do Ventre Livre parecia firmar o prazo definitivo para o fim do trabalho escravo no Brasil. A perspectiva de futuro que parece avizinhar-se nos textos de Barbosa⁴⁰⁵, Rebello⁴⁰⁶ e Oliveira⁴⁰⁷ foi se tornando uma realidade mais palpável nas décadas finais do oitocentos.

Fora as novas legislações apresentadas ao longo dos primeiros 70 anos do século XIX, havia, como salientamos anteriormente, uma preocupação premente com revoltas negras e uma possível “guerra racial”, além de um projeto contínuo de branqueamento da população nacional. O “medo” de uma onda negra⁴⁰⁸, o projeto de transposição de uma civilização europeia para os trópicos⁴⁰⁹ e a mudança de *status* de milhões de homens e mulheres que residiam no território nacional fez com que tecnologias e mecanismos coloniais fossem aprofundados inclusive durante a Guerra do Paraguai. Com todas essas alterações sociais, políticas e econômicas, como o discurso do Instituto – uma entidade que pretendia construir *uma* identidade nacional e promover a manutenção da monarquia – poderia auxiliar o Segundo Reinado a “gerir” esse corpo populacional que, ao longo do século XIX, passou a “integrar” milhões de pessoas anteriormente consideradas propriedades e que agora são encaradas, pelo menos legalmente, como um conjunto de “quase-cidadãos”⁴¹⁰?

⁴⁰¹ Lei Eusébio de Queirós (nº 581).

⁴⁰² ALONSO, 2015, p. 32.

⁴⁰³ CARVALHO, 2019, p. 307.

⁴⁰⁴ Segundo o censo de 1872, os cativos somavam 15,2% da população nacional, com as maiores concentrações em regiões como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro (1,67 livre para cada cativo) e Bahia. ALONSO, 2015, p. 33. ALBUQUERQUE, 2009, p. 96. Ver também alguns dos caminhos que esses cativos trilhavam para conseguir sua liberdade: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores da liberdade: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 199-240.

⁴⁰⁵ BARBOSA, 1839b, p. 123-129.

⁴⁰⁶ REBELLO, 1867, p. 05-43.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, 1868, p. 05-103.

⁴⁰⁸ AZEVEDO, 1987

⁴⁰⁹ GUIMARÃES, 1988.

⁴¹⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Seguindo os estudos de Joseph-Achille Mbembe, filósofo, historiador e teórico político camaronês, desenvolvidos a partir das reflexões de Michel Foucault sobre a emergência de uma nova tecnologia de governo na modernidade, a biopolítica⁴¹¹, é possível analisarmos o engajamento, forçado ou não, de negros e negras no exército, nas milícias e nas organizações armadas nacionais, como um meio de controle e destruição de corpos negros. Essa “necropolítica”⁴¹² cria e organiza mecanismos próprios da modernidade, tornando viável a divisão do corpo populacional em dois grupos, os que devem viver e os que devem morrer⁴¹³. O poder, impresso aqui pelo Estado e por outras instituições, pressupõe essa segmentação da população, interna e externamente, por meio do campo biológico. A política que decide “deixar morrer” ou “deixar viver”, localizada por Foucault no século XVIII, converte-se no oitocentos em um “direito soberano de morte”⁴¹⁴; dessa forma, o racismo auxilia na “distribuição de morte” e legitima as “funções assassinas do Estado”⁴¹⁵. Essa partição racializada do corpo populacional faz com que o racismo, o homicídio e o suicídio tornem-se indistinguíveis, pela percepção de que a “existência do outro” é um “atentado contra minha vida”, uma “ameaça mortal ou perigo absoluto”, e assim sua “eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança”⁴¹⁶.

O autor camaronês considera o sistema escravocrata e a colonização como as “primeiras instâncias da experimentação biopolítica” no mundo moderno⁴¹⁷. A estrutura colonial e a figura do escravo em uma condição de “tripla perda”, “perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político”⁴¹⁸, torna esse indivíduo um “morto-vivo”, dissolvendo sua “humanidade” até ser possível convertê-lo em uma propriedade de outro. Para o autor, o escravo é a imagem “perfeita de uma sombra personificada”⁴¹⁹.

Poderíamos encontrar mecanismos e tecnologias bionecropolíticas em diversos discursos dos letrados oitocentistas. Porém, atendo-nos aos textos que analisamos até aqui e privilegiando, sobretudo, a emergência de um discurso que constitui o negro/soldado como

⁴¹¹ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. Ver também: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005; *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

⁴¹² MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*: Rio de Janeiro, n. 32, p. 131, 2016.

⁴¹³ MBEMBE, 2016, p. 128.

⁴¹⁴ MBEMBE, 2016, p. 128.

⁴¹⁵ MBEMBE, 2016, p. 128.

⁴¹⁶ MBEMBE, 2016, p. 128-129.

⁴¹⁷ MBEMBE, 2016, p. 130.

⁴¹⁸ MBEMBE, 2016, p. 131.

⁴¹⁹ MBEMBE, 2016, p. 132.

uma figura presente no passado nacional, a Guerra do Paraguai nos parece um evento ímpar nessa aplicação. Os letrados do Instituto, que, em grande medida, compunham o poder político do Segundo Reinado, procuraram justificar, por meio do “dispositivo de raça”⁴²⁰, o recrutamento e o envio de tropas compostas por negros para os campos de batalha. Aproveitando-se de um grande conflito, produzem um discurso que legitima e enaltece o engajamento negro às fileiras do exército, construindo um herói/soldado que parece transpor todos os limites impostos pelo próprio Instituto, para que todo esse corpo populacional “descartável” seja utilizado, controlado e, em certa medida, aniquilado por seus inimigos. Durante a luta contra o “outro” externo, procura-se eliminar o “outro” interno⁴²¹.

A guerra não foi criada por essa lógica, foi aproveitada por ela. Mesmo se considerarmos as dificuldades de recrutamento⁴²², a apressada formação do exército nacional⁴²³ e o prolongamento inesperado do conflito, não podemos ignorar os mecanismos de recrutamento⁴²⁴, o “voluntarismo”⁴²⁵ e a manutenção de um engajamento cada vez maior de negros e negras nas forças armadas nacionais. As biografias de Pinheiro, sobretudo a de Henrique Dias, são indícios de um duplo chamamento. Primeiro, busca-se *domesticar* o passado para reafirmar a possibilidade de ascensão social dos negros, para, em contrapartida, enviar à guerra todos esses homens e mulheres⁴²⁶ “indesejáveis” e mantê-los expostos à morte, seja pelas armas – estima-se mais de 23 mil mortos em combate⁴²⁷ –, pelas doenças⁴²⁸ ou pela fome⁴²⁹. O Henrique Dias de Pinheiro, seu “cortesão do infortúnio”⁴³⁰, serviria para enviar ao infortúnio muitos outros cortesãos.

⁴²⁰ FOUCAULT, 2005, p. 306.

⁴²¹ GUIMARÃES, 1988, p. 6.

⁴²² GOLDONI, Aline Cordeiro. *Conflito e negociação: as dificuldades de realização de recrutamento de Guardas Nacionais durante a Guerra do Paraguai na província do Rio de Janeiro*. XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

⁴²³ SALLES, 1990, p. 55-59.

⁴²⁴ SOUSA, 1996, p. 55.

⁴²⁵ SOUSA, 1996, p. 37.

⁴²⁶ DOURADO, Maria Teresa Garritano. Tropas femininas em marcha. *Revista Nossa História*, Ano 2, n. 13, p. 38-41, 2004; *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis*. A presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

⁴²⁷ SALLES, 1990, p. 12.

⁴²⁸ SOUSA, Jorge Prata. A presença da cólera, da diarreia e as condições sanitárias durante a guerra contra o Paraguai: registros médicos e memórias. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

⁴²⁹ DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Ver também: GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *“A espuma das províncias”*: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

⁴³⁰ PINHEIRO, 1868, p. 368.

Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, as atenções do Instituto se voltariam para a escravidão. O conflito ajudou a escancarar a “vergonha” e a necessidade da extinção desse sistema. Nesse ínterim, o IHGB procurou “fazer morrer” de uma outra maneira. Se a escravidão é uma “dominação absoluta” e uma “morte social”⁴³¹, como demonstrou Mbembe, o discurso sobre o negro na agremiação carioca se esforçou, a partir do início da década de 1870, para, em mais de seis décadas de muita produção, confinar o negro em *um* passado que não passa, construindo o binômio negro/escravo. Mas, além dos anseios pela abolição, o final do século XIX também reservava outra grande mudança no cenário político, econômico e social brasileiro. O armistício, a abolição e outros acontecimentos políticos aceleraram a crise imperial, fazendo com que a entidade carioca que, desde 1849, encontrava-se “debaixo da imediata proteção” do Imperador, atuasse para afastar a escravidão condenada da monarquia em declínio.

⁴³¹ MBEMBE, 2016, p. 131.

CAPÍTULO 4

O PASSADO PRESENTE DA ESCRAVIDÃO E A NOSTALGIA IMPERIAL⁴³²

As duas últimas décadas do século XIX foram extremamente conturbadas no Brasil. Os diferentes movimentos que se desenrolaram nesse período, seja entre a elite letrada, política ou na sociedade brasileira de modo geral, foram sentidos, repercutidos e rearticulados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As principais preocupações com a crise do Segundo Reinado e o desenrolar dos acontecimentos posteriores à promulgação da lei Áurea serão nossos pontos de ancoragem para compreender como o fim do cativo e a derrocada da monarquia podem ou não ter alterado o discurso sobre o negro no IHGB. Porém, não nos deteremos na passagem do Império para a República, pois, em alguma medida, o mesmo discurso que foi se construindo a partir da consolidação das políticas de emancipação dos escravizados manteve-se hegemônico na agremiação até pelo menos o início da década de 1930.

Desde a sua fundação, a maioria dos sócios da entidade carioca condenava a continuidade da importação de africanos ou mesmo a manutenção do sistema escravocrata. Os argumentos reunidos por esses letrados passavam pela degradação moral da sociedade, pelos riscos que a presença massiva de “africanos” representa à ordem interna e externa ou pela impossibilidade da contribuição negra para o processo civilizatório brasileiro. Em diferentes momentos, discursos sobre o negro na agremiação procuraram responder a essa “necessidade”, mobilizando, cada um a seu modo, uma pretensa inferioridade cultural e civilizacional dos negros. Porém, esses discursos que produzem uma *ausência* do passado e do futuro, ou *um* negro que poderia alcançar a glória por meio do alistamento para então se tornar ausente, sempre reativavam uma parte específica da memória de Brasil, a escravidão.

No fim da década de 1880, a maioria dos escravizados já havia conquistado sua liberdade⁴³³. Mas a escravidão era uma chave de tratamento do negro no Instituto, seja tornando-o ausente por conceber que seu lugar na hierarquia social estava definido, por conclamá-lo à guerra para ter sua liberdade ou para confiná-lo no passado escravista. O IHGB não racializou o debate após a emancipação, não adotou os pressupostos biológicos de “inferioridade” que se popularizaram nos Estados Unidos após a abolição ou em parte das

⁴³² SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação de identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

⁴³³ ALBUQUERQUE, 2009, p. 97.

instituições brasileiras a partir de 1870⁴³⁴. Sem o *status* de elemento servil para justificar a ausência, o Instituto o tornou ausente do processo de emancipação por meio de uma atualização e produzindo um discurso em que o passado não passa, o negro se tornou novamente escravo, retratado como inapto e passivo, enquanto o branco, como em Martius, seguia conduzindo o processo civilizatório e se converteria em “redentor”.

Enquanto as discussões pelo fim da escravidão chegavam às “praças públicas”⁴³⁵, o Império entrava em crise, inclusive, pelas disputas sobre a extinção ou manutenção da escravidão. Muitos deixaram de apoiar o governo do Rio de Janeiro após a assinatura da Lei do Ventre Livre, outros, no decorrer da década de 1880, passaram a considerar a monarquia e a escravidão um só monstro com duas cabeças, dessa forma, as duas tinham que ser decepadas⁴³⁶. Com fortes ligações com o Império desde a sua fundação, o Instituto procurou construir, mesmo após a Proclamação da República, uma imagem revitalizada da família Bragança, procurando afastá-la da pecha da escravidão. Trataremos esse ângulo específico dessa *nostalgia imperial* principalmente porque esse aspecto também faz parte de um discurso sobre o negro, mesmo quando o torna novamente ausente.

O processo de extinção do cativo no Brasil foi controlado, gradual e coordenado pelo Estado, não apenas pelo governo imperial, mas por muitas mãos, em sua maioria brancas. Porém, para que todo esse processo ocorresse, para que houvesse liberdade, milhares de negros e negras agiram, pelo menos desde o século XVI, de todas as formas possíveis. Mas, mesmo com tantos aquilombados(as), advogados(as), rábulas, políticos(as), engenheiros(as) e revoltosos(as) negros(as) que lutaram por sua liberdade e pela dos demais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro procuraria produzir uma história da abolição que atendesse às duas principais demandas do período: ressignificar a atuação da família imperial, afastando-a do estigma escravocrata; e controlar os resultados do pós-abolição com a construção de uma história branca – e por que não europeia – do árduo caminho que culminou no fim da escravidão no Brasil. Os Bragança se converteriam no símbolo da “raça emancipadora”⁴³⁷, branca, enquanto os negros, convertidos ou reatualizados como “escravos”, “cativos”, “elemento servil”, seriam presos em um passado específico para que, dentro desse discurso em que são retratados como inaptos e passivos, pudessem continuar a serem conduzidos pelos brancos.

⁴³⁴ SCHWARCZ, 1993.

⁴³⁵ COSTA, 2010, p. 57.

⁴³⁶ ALONSO, 2015, p. 363.

⁴³⁷ ALBUQUERQUE, 2009, p. 183.

4.1. A “vergonha” do protetor e o “embaraço” dos protegidos

Em 1888, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro completou 50 anos. Porém, as atenções às comemorações pelo jubileu da entidade foram divididas com um acontecimento ainda maior. No Tomo LI, a comissão de editores da agremiação decidiu publicar integralmente a Lei Áurea⁴³⁸. Acompanhado de comentários de dois sócios da instituição, Rodrigo Augusto da Silva (1833-1889) e Franklin Távora (1842-1888), o texto foi apenas uma parte da grande celebração realizada pelo Instituto em homenagem à aprovação da legislação. Em uma sessão extraordinária, os letrados decidiram realizar diversas ações: primeiro, enviariam um “telegrama” ao Imperador, parabenizando-o pela extinção da escravidão, congratulações que também seriam estendidas à então princesa regente e signatária da lei, Isabel (1846-1921), e ao seu marido, Gastão de Orléans (1842-1922). Também foram remetidas mensagens de agradecimento ao parlamento e ao ministério, além de um “voto de louvor” à imprensa pela sua atuação em defesa da “causa da abolição”. Os letrados também propunham a instalação de dois bustos em tributo a dois consócios, José Maria Paranhos, que contribuiu para a consolidação da Lei do Ventre Livre, e Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1824-1881), que teria lançado “os fundamentos da extinção do cativeiro”, por meio de sua obra *A Escravidão no Brasil*⁴³⁹.

O Instituto também organizou uma comissão, composta por “Escragnolle Taunay, Beurepaire Rohan, Cesar Marques, Sacramento Blake, Garcez Palha, Pinheiro de Campos e Marques de Carvalho”, para acompanhar a missa campal, realizada na praça D. Pedro I; e outra, integrada por “Escragnolle Taunay, Alencar Araripe, Aquino e Castro, Franklin Távora, Cesar Marques, Severiano da Fonseca e Pinheiro de Campos”, para prestigiar a “marcha cívica” organizada pela imprensa carioca⁴⁴⁰.

Durante a cerimônia oficial, realizada no Paço de São Cristovão, esse último grupo “recitaria” alguns agradecimentos em nome do Instituto. Segundo a transcrição, o intuito era reforçar o “intensíssimo júbilo” que dominava a agremiação diante do nascimento de uma “nova era”, uma era em que, extinta a escravidão, cessavam também “todas as consequências dessa nefanda organização”⁴⁴¹. De acordo com os sócios, ninguém seria mais apto a

⁴³⁸ Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888. IHGB. A extinção da escravidão no Brasil. - Princesa imperial regente. Revista do IHGB, Tomo LI, p. 17-18, 1888.

⁴³⁹ IHGB, 1888, p. 19. A obra em questão é: MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887.

⁴⁴⁰ IHGB, 1888, p. 19-20

⁴⁴¹ IHGB, 1888, p. 20.

“apreciar” esse resultado que a própria entidade, que, pela sua “contínua indagação do passado”, conseguia compreender de maneira mais ampla a importância da retirada desse tremendo “empecilho” que, como uma “imensa rocha”, “obstruía o caminho” dos “mais altos destinos” da Pátria⁴⁴². A solução desse “temeroso problema” “que tanto entenebreceu a magnânima alma” de Pedro II abriu os horizontes da nação ao progresso e atirou ao “abismo do esquecimento” o principal entrave para o desenvolvimento brasileiro⁴⁴³.

No entanto, mesmo essa inebriante alegria era obscurecida por um momento de dor. A mesma instituição que detinha os mais competentes “juízes” sobre a Abolição também reunia os mais ressentidos pela “penosa e insistente enfermidade” do imperador. Mais do que um mero “protetor”, Pedro II era um “pai” para o Instituto. Seus “filhos” desejavam não só sua pronta recuperação, como também seu “retorno” à “terra natal”, provavelmente para tentar restabelecer a saúde da própria monarquia nacional⁴⁴⁴.

Com os desejos de melhora devidamente colocados, os letrados agradecem a Gastão, o príncipe que também teria favorecido a luta contra a “secular instituição”, sobretudo nos “campos do Paraguai”, onde haveria desferido os “últimos golpes ao edificio da tirania”, varrendo da República tanto o “déspota” quanto a escravidão⁴⁴⁵. As mensagens à Câmara e ao Senado foram mais modestas, aqui foram destacados principalmente o patriotismo dos eleitos e a atuação... do próprio Instituto. A escrita da história, que parece ser uma exclusividade da entidade, teria contribuído, “implicitamente”, para a consolidação da lei. Além disso, alguns sócios ilustres haviam lutado efetivamente pela extinção do cativo, como Paranhos e o então Conselheiro de Estado, João Alfredo Corrêa de Oliveira (1835-1919), “vultos tão distintos pelo amor à pátria” que teriam amadurecido, ao longo de 17 anos, o “fruto da abolição”⁴⁴⁶.

O texto deixa transparecer a maioria dos enunciados que o Instituto reuniria, a partir do fim da guerra contra o Paraguai, em torno de seu discurso sobre o negro. O primeiro seria a incansável e importantíssima atuação da monarquia para a extinção do cativo. Nessa esteira, o Instituto também se converteria em uma instituição antiescravocrata, em consonância com seu “protetor”. No mesmo movimento, tanto no processo de emancipação quanto na extinção total do cativo, os negros, principais vítimas do sistema, seriam representados como agentes passivos, inaptos para coordenar ou dirigir o seu destino. A

⁴⁴² IHGB, 1888, p. 21.

⁴⁴³ IHGB, 1888, p. 20-21.

⁴⁴⁴ IHGB, 1888, p. 21.

⁴⁴⁵ IHGB, 1888, p. 21-22.

⁴⁴⁶ IHGB, 1888, p. 23-24.

produção do IHGB também confinaria o negro em um lugar do passado, um passado específico e recortado, aquele em que seus atos e seu futuro pertenciam a outrem. Os letrados em torno da agremiação carioca produziram um passado em que o negro seria *apenas* escravo. Seus grilhões seriam recolocados pela história.

Mas comecemos pelo início. Ao agradecer o Imperador, os sócios procuravam destacar como o sistema escravocrata sempre “entenebreceu” a alma seu “magnânimo” protetor e de toda a sua família. Porém, a dinastia Bragança havia convivido com o cativo por mais de 60 anos, se contarmos apenas o período pós-independência, e, por mais que não seja desprezível a atuação do monarca, não havia razões tão humanitárias como apregoava o Instituto.

Em *Um estadista no Império*⁴⁴⁷, Joaquim Nabuco (1849-1910)⁴⁴⁸ apresentou um episódio que pode resumir, com alguma precisão, as preocupações do Imperador com a manutenção da escravidão durante o conturbado desfecho do século XIX. Em um encontro realizado em Uruguaiana, quando se pretendia discutir os próximos passos da Tríplice Aliança no conflito, Bartolomé Mitre e Venâncio Flores, então presidentes da Argentina e do Uruguai, respectivamente, teriam ofendido Pedro II ao questioná-lo sobre a massiva presença de negros em seu exército. Além disso, também teriam ridicularizado o Brasil por ser, ainda, uma nação escravocrata. O “escárnio” e a “humilhação”, que também vinha dos “inimigos”, como demonstram os textos publicados no periódico *Semanário* e que ecoavam pela imprensa internacional, seja na *Reveu des Deux-Mondes* ou nas “caricaturas porteñas”, também atingiam outros membros do governo. Paranhos, em um discurso proferido na Câmara dos Deputados em 1871, pediu uma solução para essa “instituição odiosa”, diante do “desdém” e das “antipatias” que ela inspirava nos vizinhos sul-americanos⁴⁴⁹.

A “vergonha” e as humilhações sofridas teriam insuflado Pedro II a enviar, por intermédio de José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878), cinco projetos de lei que previam modelos diferentes de emancipação, textos que foram prontamente negados pelo presidente

⁴⁴⁷ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: Editora H. Garnier, 1899.

⁴⁴⁸ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu em Recife em 1849. Filho do político e jurista baiano José Tomás Nabuco de Araújo Filho e de Ana Benigna de Sá Barreto Nabuco de Araújo, o pernambucano foi diplomata do governo imperial e escreveu diversas obras históricas. Além disso, foi um dos abolicionistas mais importantes do fim do século XIX. ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴⁴⁹ NABUCO, 1899, p. 390-391. Ver também: CARVALHO, 2019, p. 305. ALONSO, 2015, p. 36. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

do Conselho, o conservador Pedro de Araújo Lima (1793-1870)⁴⁵⁰. Os artigos apresentados em 1866 foram discutidos um ano depois, momento em que, segundo o Conselho de Estado, seria impossível aprovar qualquer tipo de legislação que libertasse uma parcela dos escravizados no Brasil, enquanto a maioria dos soldados nacionais atuavam nas fronteiras e nos países vizinhos⁴⁵¹.

Com o decorrer da Guerra Grande, o Brasil “civilizado” havia se tornado uma nação pequena. Todavia, o embaraço pela manutenção do sistema escravocrata no Império não começou com o conflito. Além das pressões de governos internacionais, que tratamos anteriormente, a partir de meados do oitocentos, parte da elite letrada do Império já se posicionava a favor da extinção – controlada – do cativeiro⁴⁵².

Na década de 1850, sociedades e instituições antiescravistas começaram a pipocar no Império, como a Sete de Setembro – Sociedade Ypiranga, fundada em 1857, e a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Índios, criada no início da década. No Nordeste, havia a Sociedade Libertadora 2 de julho e outros centros de discussão em Pernambuco⁴⁵³. Um dos sócios do Instituto, o médico e professor Abílio Borges, mantinha contato constante com a *British and Foreign Anti-Slavery Society* e com a Sociedade Francesa pela Abolição da Escravidão e chegou a enviar, em conjunto com essas organizações, uma carta ao próprio Imperador. A petição teria “embaraçado” Pedro II, que, em rápida resposta, afirmou ser importante estabelecer o fim do cativeiro no Brasil, algo que, naquele momento, era apenas uma questão de “forma e oportunidade”⁴⁵⁴. O Imperador também prometeu às organizações assinantes da petição que, após o término do conflito com o Paraguai, essa se tornaria uma prioridade do governo. Retornando à Nabuco, segundo o político, tanto a resposta do Imperador aos franceses quanto as propostas de lei enviadas ao Conselho, em 1866, tiveram “o efeito de um raio caindo de céu sem nuvens”. Para ele, a maneira como a Coroa tocou no assunto “pareceu a muitos, na perturbação do momento, uma espécie de sacrilégio histórico, de loucura dinástica, de suicídio nacional”⁴⁵⁵.

⁴⁵⁰ CARVALHO, 2019, p. 305. NABUCO, 1899, p. 392.

⁴⁵¹ CARVALHO, 2019, p. 305.

⁴⁵² Estudos demonstram que, mesmo antes desse período, havia manifestações a favor do fim do escravismo, ainda que fossem vozes dissonantes da grande maioria. MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. ROCHA, Antônio Penalves. Ideias antiescravistas da ilustração na sociedade brasileira escravista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 20, n. 39, p. 43-79, 2000.

⁴⁵³ ALONSO, 2015, p. 36.

⁴⁵⁴ ALONSO, 2015, p. 36.

⁴⁵⁵ NABUCO, 1899, p. 393. CARVALHO, 2019, p. 305.

Com “embaraço” e “loucura”, parte da elite letrada e política do Segundo Reinado procurava traçar os contornos da Lei do Ventre-Livre. Mas, entre tantos motivos e contextos para o início desse prolongado processo que culminou na abolição, assinada em 1888, por que destacar o rubor no rosto do “magnânimo” Imperador? Porque o mesmo sangue que avermelhava as faces do “Protetor” parecia tingir o semblante “civilizado” de seus “protegidos”.

O IHGB não havia atuado “implicitamente” e “efetivamente” contra a escravidão como apregoava em 1888⁴⁵⁶. Na SAIN, sociedade que criou o Instituto, já havia letrados que defendiam o fim do tráfico e, em alguns casos, a extinção da própria escravidão pelo menos desde 1849⁴⁵⁷. O argumento utilizado pelos letrados da entidade era, sobretudo, econômico. Segundo os sócios, o trabalho escravo era mais caro, menos eficiente e mais “perigoso”⁴⁵⁸. O “remédio” para os males causados pelo sistema era “colonizar” uma nação em solo africano, como fez a “norte-américa”, para que, após extinguímos a escravidão, pudéssemos enviar à nossa “Libéria” todos os “africanos e seus filhos”⁴⁵⁹. Deveríamos, portanto, “expurgar-nos” dos libertos, enquanto tomávamos medidas para substituí-los por trabalhadores livres⁴⁶⁰. A sociedade chegou a realizar um chamado a mais de cinco mil proprietários para que libertassem seus cativos em prol do “progresso” e da “civilização” brasileira⁴⁶¹. A convocação, no entanto, foi um fracasso. Pouco mais de cem proprietários se inscreveram no programa ao longo de mais de dois anos⁴⁶². O próprio autor do artigo, Antônio Vale Caldre Fião (1821-1876), admitiu aos associados que apenas uma ação efetiva “do governo” poderia alterar a situação em todo o território nacional⁴⁶³. Todavia, é importante ressaltar que a posição de Fião e outros membros da SAIN poderia ser majoritária, mas não era a única. José Silvestre Rebello, escravista e diplomata brasileiro, também compunha os quadros da instituição e defendia abertamente a manutenção do tráfico e da escravidão⁴⁶⁴.

⁴⁵⁶ IHGB, 1888, p. 23.

⁴⁵⁷ FIÃO, José Antônio do Valle Caldre e. A substituição dos braços escravos pelos livres. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 7, p. 233-252, 1849; FIÃO, José Antônio do Valle Caldre e. A substituição dos braços escravos pelos livres. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 8, p. 273-283, 1850.

⁴⁵⁸ FIÃO, 1849, p. 234.

⁴⁵⁹ FIÃO, 1849, p. 234.

⁴⁶⁰ FIÃO, 1849, p. 235.

⁴⁶¹ CARVALHO, 2019, p. 303.

⁴⁶² CARVALHO, 2019, p. 303.

⁴⁶³ FIÃO, Antônio Valle Caldre e. A substituição dos braços escravos pelos livres. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 9, p. 225, 1852.

⁴⁶⁴ FERRETTI, 2020, p. 114-115. COSTA, Emília Viotti. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil. Liberalismo: teoria e prática. In: *Da monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 276-278. CRUZ, Abner Neemias da. *As práticas políticas de Silvestre Rebello: um diplomata*

Mesmo que professassem o desejo pela abolição por “questões econômicas”, apresentando as vantagens e os possíveis lucros com a mão de obra assalariada, a maior parte da SAIN sempre mobilizava conceitos comuns de um discurso de branqueamento. A “civilização” melhoraria sem o sistema escravocrata, que naquela altura já era condenado pela maioria das nações “modelo”, porém o plano também incluía a expatriação dos negros, mesmo aqueles que nasceram no Brasil. O principal “argumento” não era econômico, mesmo porque este era indubitavelmente falho diante dos exorbitantes lucros do tráfico interno de escravizados, ele era civilizacional, moderno.

Januário da Cunha Barbosa, sócio da SAIN e fundador do Instituto, condenou a escravidão em 1839, no primeiro número da revista do Instituto, como pudemos acompanhar⁴⁶⁵. Segundo Danilo José Zioni Ferretti, em diversos momentos, o cônego procurou apontar soluções para a substituição dessa mão de obra, angariando orientações e exemplos internacionais e, ao mesmo tempo, aproveitando especificidades nacionais⁴⁶⁶. Dessa forma, propõe a utilização de trabalhadores indígenas livres na lavoura⁴⁶⁷, principal programa do cônego, e a importação de imigrantes europeus. Porém, o mesmo Barbosa havia defendido, em 1821, a utilização e a manutenção da mão de obra cativa, contrapondo-se às pressões inglesas pelo fim do tráfico no Brasil⁴⁶⁸. No mesmo período, o periódico criado pelo autor, *Reverbero Constitucional Fluminense*, havia ridicularizado a possibilidade, levantada sobretudo por José Bonifácio, desafeto político de Barbosa, de uma grande sublevação de escravos em território nacional. Em editorial, afirmou que em “nada receiam os brasileiros” as “prováveis” ações dos cativos⁴⁶⁹. Todavia, a postura de Barbosa se alterou ao longo dos anos, fazendo com que se tornasse um defensor do fim do cativeiro e outro “alarmista”, epíteto que havia imputado a Bonifácio anos antes.

Em “Visão achada entre os papéis de um solitário”, texto profético publicado no *Diário Fluminense*, jornal do qual Barbosa era redator, podemos acompanhar uma “visão” bem mais assustadora. Na crônica, um homem descrevia uma alucinação que teria lhe revelado o futuro do Brasil. Segundo ele, havia uma “nuvem negra” que ameaçava a nação,

brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista FCHS, Franca, 2015, p. 72.

⁴⁶⁵ BARBOSA, 1839b, p. 123-129.

⁴⁶⁶ FERRETTI, Danilo José Zioni. O experimentalismo de Januário da Cunha Barbosa: projeções de futuro nacional, escravidão e a criação do IHGB (1834-1839). *História da Historiografia*, v. 13, n. 34, p. 106, 2020.

⁴⁶⁷ BARBOSA, 1839b, p. 125.

⁴⁶⁸ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824*, Bragança Paulista: EDUSF, 1999, p. 161.

⁴⁶⁹ FERRETTI, Danilo José Zioni. Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830-1836). *Revista Tempo*, vol. 20, p. 04, 2014.

uma escuridão que “crescia”, dia após dia, trazendo do mar “espumas” de “sangue”, que gritavam “liberdade ou morte”⁴⁷⁰. O resultado da clara referência a um levante negro, em alusão, provavelmente, à Revolução Haitiana (1791-1804), seria o “desaparecimento de todo um povo” e a “morte da nação”⁴⁷¹. Publicado em 1831, o texto parecia induzir o leitor a compreender os “perigos” da manutenção do tráfico para o futuro do Brasil. Mas também procura salientar a importância de uma liderança firme “em um país com tantos escravos”⁴⁷². O início da década de 1830 foi marcado por grandes incertezas sobre a continuidade da família Bragança no poder⁴⁷³, portanto, o cônego já reunia dois enunciados em um só discurso. Barbosa voltaria a mobilizar o medo para combater os escravistas⁴⁷⁴, enquanto reforçava uma imagem do escravo bárbaro e animalesco, convertendo-os em verdadeiros “inimigos”⁴⁷⁵.

O marechal Cunha Matos, outro sócio da SAIN e signatário da fundação do Instituto, também mudaria sua opinião sobre a escravidão ao longo dos primeiros anos do oitocentos. Em artigos publicados na imprensa, após a Independência, Matos havia defendido abertamente a continuidade do tráfico e a necessidade do trabalho escravo para a lavoura brasileira. Porém, em 1837, considerava o sistema pernicioso e extremamente perigoso. Diferentemente de seu colega, mantinha-se pessimista com relação à utilização de indígenas como trabalhadores livres e não acreditava que a imigração atenderia a toda a demanda de braços na agricultura. Dessa forma, mesmo considerando o sistema muito prejudicial, a escravidão lhe parecia um mal incontornável⁴⁷⁶.

Se o tema não era uma unanimidade na Sociedade Auxiliadora, “mãe” do Instituto, nem entre seus fundadores, também não era unânime nas páginas da Revista. Há apenas alguns centímetros do programa de Barbosa⁴⁷⁷, que criticava abertamente a escravidão e a importação dos negros, Silvestre Rebello, outro criador da entidade, responderia ao colega em tom de ataque⁴⁷⁸. Para ele, todos aqueles “bárbaros” haviam sido escravizados de maneira destra, “em legítima guerra”, sendo “convertidos, batizados e postos em caminho da salvação” pelas mãos de homens que não percebiam as “injustiças” que cometiam “naquele

⁴⁷⁰ ANÔNIMO. Visão achada entre os papéis de um solitário. *Diário Fluminense*, 1831, p. 68. Em: FERRETTI, 2014, p. 07.

⁴⁷¹ FERRETTI, 2014, p. 07.

⁴⁷² MARTIUS, 1844, p. 405.

⁴⁷³ WEHLING, 2012, p. 07.

⁴⁷⁴ Ferretti cita publicações de 1834, 1835 e 1836. FERRETTI, 2014, p. 10-17.

⁴⁷⁵ FERRETTI, 2014, p. 13.

⁴⁷⁶ FERRETTI, 2020, p. 119.

⁴⁷⁷ BARBOSA, 1839b, p. 123-129.

⁴⁷⁸ REBELLO, José Silvestre. Novo trabalho. *Revista do IHGB*, Tomo I, p. 129-133, 1839.

momento”⁴⁷⁹. Diante dos custos e “despesas” da colonização, o diplomata considera “justo” “indenizar o tesouro dos soberanos” com a venda de africanos⁴⁸⁰, dessa forma, escravizar pessoas era, na verdade, um “ato meritório”⁴⁸¹. Assim como observamos na SAIN, Barbosa havia imposto um argumento econômico para o fim do tráfico, o trabalho escravo era mais custoso e menos eficaz. Dessa forma, Rebello inverte a lógica e imputa à ignorância dos administradores a necessidade da manutenção da escravidão para evitar que a “vergonhosa diferença de preços” entre os produtos brasileiros e europeus aumentasse ainda mais⁴⁸².

Ao longo do processo de extinção do tráfico, o Instituto estava dividido, mas, a partir de 1870, o discurso de Barbosa parece ter se tornado hegemônico. Nas últimas décadas do século XIX, o Instituto trataria da liberdade como nunca. Diversas leis, cartas e documentos oficiais seriam reproduzidos, trazendo às páginas da Revista linhas e mais linhas sobre diferentes fases da emancipação dos escravos, um discurso alinhado com a crescente necessidade de uma defesa da monarquia e do controle, característico do processo de extinção da servidão no Brasil, que parece sempre destacar como a “raça emancipadora”⁴⁸³, “com ânimo gentil e patriótico”, transmutou o “cativeiro em eterna alegria e liberdade”⁴⁸⁴.

As reproduções que analisamos antes, de Oliveira⁴⁸⁵ e do outro Rebello⁴⁸⁶, criticavam a continuidade do tráfico e a presença dos africanos/negros no território nacional, evocando o haitianismo e as desvantagens econômicas de maneira bem parecida com Barbosa. Todavia, tanto a mudança de postura do cônio quanto outros argumentos mobilizados pela extinção do cativeiro parecem indicar como a concepção moderna de história e o regime de historicidade moderno ganharam mais espaço no discurso do Instituto ao longo do século XIX⁴⁸⁷. A escravidão era vista como um “obstáculo”⁴⁸⁸, uma “imensa rocha”⁴⁸⁹ que “obstruía” os caminhos da civilização no Brasil⁴⁹⁰. Apenas com a derrocada desse “empecilho”⁴⁹¹ era possível elevar a nação aos “mais altos destinos”⁴⁹².

⁴⁷⁹ REBELLO, 1839, p. 130.

⁴⁸⁰ REBELLO, 1839, p. 129.

⁴⁸¹ REBELLO, 1839, p. 130.

⁴⁸² REBELLO, 1839, p. 132.

⁴⁸³ ALBUQUERQUE, 2009, p. 183.

⁴⁸⁴ ALONSO, 2015, p. 368.

⁴⁸⁵ OLIVEIRA, 1868, p. 05-103.

⁴⁸⁶ REBELLO, 1867, p. 05-43.

⁴⁸⁷ ARAÚJO, 2008. OLIVEIRA, 2009. TURIN, 2013.

⁴⁸⁸ BARBOSA, 1839b, p. 127.

⁴⁸⁹ IHGB, 1888, p. 21.

⁴⁹⁰ IHGB, 1888, p. 21.

⁴⁹¹ BARBOSA, 1839b, p. 123-129. IHGB, 1888, p. 21.

⁴⁹² IHGB, 1888, p. 21.

Em 1791, uma revolução havia extinguido a escravidão em São Domingos, Haiti⁴⁹³, mas essa não foi uma emancipação inspiradora para o mundo “civilizado”, na verdade, foi uma sublevação bem-sucedida, abafada pela história⁴⁹⁴. O mesmo não se aplicaria à Inglaterra, que havia extinguido o tráfico em 1807 e a escravidão em 1834⁴⁹⁵. A França, com seus legisladores, homenageados por Rebello⁴⁹⁶, terminou com tráfico em 1818 e com o cativo em 1848⁴⁹⁷. Os Estados Unidos da América, país que aparece em diversos textos sobre o sistema no Instituto, determinou o fim da escravatura em 1863, deixando o Brasil ao lado de nações que o projeto da agremiação pretendia distanciar, como Zanzibar, Gana, Bulgária e Império Otomano⁴⁹⁸. A imagem de nação escravocrata incomodava o Instituto desde a sua fundação, como pudemos observar, mas, com o início da aprovação de legislações pelo fim do cativo, a “vergonha” tornou-se insustentável.

O primeiro texto que trouxe a emancipação para ordem do dia foi o já citado estudo de Benjamin Galvão sobre as ordens religiosas no Brasil⁴⁹⁹. Descrevendo as qualidades do religioso Frei José da Purificação Franco, que teria alforriado todos os seus escravizados para servirem no exército durante o combate contra os paraguaios, Galvão exaltou a liberdade e afirmou que tal ato de generosidade e “dignidade” não poderia ser excedido, a não ser, é claro, pelo próprio Imperador⁵⁰⁰. Pouco tempo depois, o Instituto publica uma carta do início do século “*Sobre a alforria de um escravo*”⁵⁰¹, na qual somos apresentados ao “preto Ventura”, um homem que, após ser alforriado, foi preso, açoitado e novamente liberto, dessa vez sem o aparente envolvimento da família imperial.

Àquela altura, a lei do Ventre Livre já havia sido promulgada e a crise do Segundo Reinado, iniciada com a guerra, tornou-se incontornável. Na votação da lei, diversos embates foram travados. Norte e Sul discordavam, liberais e conservadores também. Nos debates, alguns políticos levantaram a voz contra Pedro II, sobretudo acusando-o de ter feito “às escuras” a emancipação dos escravos. A discussão inicial parecia replicar o entrave político de 1867, quando o governo saiu derrotado. Porém, em 1868, Pedro II havia nomeado o

⁴⁹³ ALONSO, 2015, p. 27.

⁴⁹⁴ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: o poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

⁴⁹⁵ ALONSO, 2015, p. 27.

⁴⁹⁶ REBELLO, 1867, p. 30

⁴⁹⁷ SIQUEIRA, Francisca Pereira. Abolicionismo inglês e francês (1787-1833) em perspectiva comparada. *Revista de História Comparada*, v. 12, n. 2, p. 62, 2018.

⁴⁹⁸ ALONSO, 2015, p. 30.

⁴⁹⁹ GALVÃO, 1872, p. 249-676.

⁵⁰⁰ GALVÃO, 1872, p. 411.

⁵⁰¹ MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. Sobre a alforria de um escravo. *Revista do IHGB*, T. XLI, Parte Primeira, p. 350-351, 1878.

conservador Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), causando um grande atrito com a Câmara, de maioria liberal⁵⁰². Agora, com conservadores em maioria e o crescimento do movimento abolicionista entre os liberais, era possível que o resultado fosse diferente. O confronto acirrou os ânimos e fez com que diversas críticas às instituições monárquicas pipocassem nas assembleias, jornais e conferências, contribuindo para que grande parte dos integrantes de diferentes alas do Partido Liberal se unisse pela causa da abolição⁵⁰³. No ano seguinte, com o término do conflito internacional, não havia mais desculpas para que o governo não tratasse do tema, e, mesmo que Torres conseguisse manter a discussão fora do Conselho, a Câmara aprovou a criação de uma Comissão Especial de Emancipação.

Nesse ínterim, rachou-se o Partido Conservador, e mais um pedaço da crise foi encaixado⁵⁰⁴. Com os projetos “emperrados”, assume José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), dando início a uma longa e “virulenta” discussão⁵⁰⁵, que gerou acusações ao Gabinete e ao Imperador. Muitos congressistas consideraram a proposta um “capricho” de Pedro II, outros lembraram o perigo da revolta de escravos ou de cidadãos⁵⁰⁶. A pauta dividiu ainda mais o partido de Paranhos, o Conservador, além de exaltar também os liberais, que haviam incluído a abolição em seu programa de 1869. Toda a discussão, o racha e os debates resultaram na dissolução da Câmara em 1872⁵⁰⁷ e na instalação de um descrédito inédito em torno das instituições do Império. Com o projeto de lei e o grande debate em torno de sua promulgação, a questão servil passou a ser pautada em outros locais, escapando das “salas de conferência” e das “associações abolicionistas”, para as “praças públicas”⁵⁰⁸.

Durante o entrave, a preocupação com possíveis sublevações retorna à ordem do dia: de um lado, escravistas defendem que a libertação causaria insubordinação e guerra; do outro, abolicionistas apontam a extinção gradual do cativo como único caminho possível para evitar a explosão de levantes e de uma provável revolução⁵⁰⁹. No Instituto, são reproduzidos artigos e relatos sobre Palmares⁵¹⁰, os perigos dos “calhambolas” (quilombolas)⁵¹¹ e sobre a utilização de escravos pelo “violento” “exército rebelde” de Bento Gonçalves durante a

⁵⁰² ALONSO, 2015, p. 38.

⁵⁰³ ALONSO, 2015, p. 39.

⁵⁰⁴ ALONSO, 2015, p. 47.

⁵⁰⁵ CARVALHO, 2019, p. 308.

⁵⁰⁶ CARVALHO, 2019, p. 311.

⁵⁰⁷ CARVALHO, 2019, p. 312.

⁵⁰⁸ COSTA, 2010, p. 57.

⁵⁰⁹ CARVALHO, 2019, p. 306.

⁵¹⁰ Em 1876: FONSECA, 1876, p. 293-322; 1880: SANTIAGO, 1880, p. 71-75; e 1884: ANNUNCIACÃO; MAIOR; MENDONÇA, 1884, p. 19-24.

⁵¹¹ Em 1878: MARQUES, 1878, p. 05-130.

Guerra dos Farrapos (1835-1845)⁵¹². Enunciados que o Instituto já havia mobilizado⁵¹³ eram reorganizados para compor a defesa de uma transição para o trabalho livre, controlada e organizada (pelo Estado).

No período em que a lei foi discutida, não foram registrados levantes de grande monta, porém uma interferência direta do Estado sobre a propriedade privada e o horizonte que ela proporcionava assustava e enfurecia parte da elite imperial. A partir daquele momento, todos nasceriam “livres”. Todavia, a lei não trouxe mudanças significativas para os filhos das mulheres escravizadas. A maioria dos senhores os manteve sob sua tutela, trabalhando forçosamente, como previa a lei. Além disso, houve muitas fraudes no registro dos libertos nesse período, seja com atestados de batismo falsos ou com a compra de agentes do governo responsáveis pelos cadastros⁵¹⁴. O Fundo de Emancipação, encarregado do cadastramento e da indenização dos senhores, anotou até 1882 pouco mais de 70 mil alforrias, enquanto o número de mortes entre escravizados, no mesmo período, chegou a 132.777⁵¹⁵. A ineficácia da legislação não passou despercebida nem pelos abolicionistas, que exigiam outras medidas mais rigorosas, nem pelos escravistas, que, com o texto aprovado à força, se apegaram a ele e defenderam que o processo de abolição havia se encerrado com essa declaração⁵¹⁶. O hífen que separava o “Livre” mantinha crianças sob o chicote dos senhores e suas mãos atreladas ao trabalho desde o “Ventre” de suas mães até os 21 anos, enquanto cresciam a mortalidade e o tráfico interprovincial de escravizados⁵¹⁷.

De toda forma, mesmo que a emancipação não tenha se concretizado, a partir de 1871, o fim da escravidão realmente firmou-se no horizonte nacional. O número de escravizados vinha caindo drasticamente desde o fim do tráfico, e a mecanização do campo, a imigração interna – sobretudo de nordestinos para a região cafeeira –, a instalação de grandes ferrovias e o aumento da imigração europeia e chinesa, além do crescimento do movimento abolicionista nos centros urbanos⁵¹⁸, foram fatores que facilitaram a aprovação de outras legislações pela emancipação em anos posteriores, seja a Lei dos Sexagenários (n. 3.270), promulgada em 1885, ou a própria Lei Áurea. Com a crise instalada no fim da década de 1870, a maioria dos

⁵¹² Em 1880: ARARIPE, 1880, p. 195-202.

⁵¹³ Um documento sobre Palmares já havia sido publicado, em 1859: DRUMMOND, 1859, p. 303-329.

⁵¹⁴ COSTA, 2010, p. 58.

⁵¹⁵ MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 202.

⁵¹⁶ COSTA, 2010, p. 59.

⁵¹⁷ CARVALHO, 2019, p. 316.

⁵¹⁸ COSTA, 2010, p. 62-75.

letrados nacionais se persuadiram de que “monarquismo e escravismo eram duas cabeças de um só mostro”, dessa forma, “cabia decepá-las juntas”⁵¹⁹.

A ligação do Instituto com a monarquia e dos Bragança com a escravidão, agora condenada, não poderia ser ignorada. Por um lado, era necessário defender a entidade, afastando-a ao máximo da imagem perniciosa do sistema escravista. Por outro, a defesa dos Bragança parecia ser um caminho natural, já que a vinculação entre “protetor” e “protegidos” era inevitável e os destinos da agremiação pareciam depender dos desígnios de seu “pai”. Entre as homenagens prestadas pelos sócios aos agentes da abolição, há uma que parece indicar que os pilares do Instituto, que escoravam a monarquia – e vice-versa – também pareciam, aos letrados do período, sustentáculos do cativo. José Carlos do Patrocínio (1853-1905), expoente abolicionista, devolveu a medalha oferecida pelo IHGB, afirmando que:

[...] durante os amargos tempos da propaganda abolicionista não tive a fortuna de encontrar-me com o Instituto Histórico ao lado dos que combatiam sacrificando posição, fortuna e vida. Não lhe reconheço, portanto, competência para aferir o valor dos abolicionistas⁵²⁰.

Independentemente de receber ou não o reconhecimento de figuras importantes, como José do Patrocínio, o Instituto continuaria sendo a principal instituição de produção de uma narrativa de passado nacional até meados do século XX, um lugar que torna as memórias e as imagens consolidadas pela entidade extremamente presentes no imaginário brasileiro do século XIX e do novecentos.

4.2. Os grilhões e a coroa: o passado presente⁵²¹

Na memorável data de 13 de maio, em prol de muitos semelhantes ao protagonista deste drama, vossa alteza, com ânimo gentil e patriótico, tece a glória de transmutar o cativo em eterna alegria e liberdade. Assim a palavra escravo no Brasil pertence simplesmente à lenda do passado⁵²².

[...] a palavra *negro*, aos ouvidos dos brasileiros, e mesmo a palavra *mulato*, ainda soam, em numerosos casos, como equivalente de escravo: uma sobrevivência verbal daquele passado, não tão remoto, quando se dizia que um proprietário de escravos no Brasil possuía, não tantos escravos, mas tantos negros ou tantos pretos ou tantos cabras: mesmo quando os escravos eram de uma cor mais clara do que a dos seus proprietários.⁵²³

⁵¹⁹ ALONSO, 2015, p. 363.

⁵²⁰ ALONSO, 2015, p. 365.

⁵²¹ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação de identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

⁵²² Carta de Carlos Gomes, autor da ópera *O escravo à Princesa Isabel*. ALONSO, 2015, p. 368.

⁵²³ FREYRE, Gilberto. O fator racial na política contemporânea. *Ciência & Trópico*. Recife, vol. 10, n. 01, p. 23-24, 1982.

Antes da abolição, o discurso sobre o negro no Instituto reunia diversos enunciados sobre a situação legal e a inferioridade cultural de milhões de homens e mulheres, para produzir uma exclusão histórica e social da maior parte da população brasileira da identidade nacional que pretendia consolidar. Procurava-se excluí-los pelo intermédio da condição de escravos, que pôde ser questionada a partir de 1831, quando foi proibido o tráfico e, portanto, todos os desembarcados após esse período deveriam ser considerados livres⁵²⁴, além de pela impossibilidade cultural e civilizacional, que relacionava todos os africanos e, por extensão, os negros brasileiros a povos “bárbaros”⁵²⁵, “degenerados”⁵²⁶ e “inferiores”⁵²⁷.

Durante a Guerra Grande, parte dos sócios da agremiação adotariam um discurso diferente, transformando o negro/soldado em modelo para a ascensão social e simbólica de todos os inscritos no serviço militar. Com a extinção do cativo, o discurso sobre o negro teria que abandonar a justificativa do “elemento servil”, ou da própria condição de escravizado, como argumento para essa exclusão. Portanto, é importante nos questionarmos de que maneira o negro seria objeto dos estudos históricos da entidade após o fim definitivo do *status* de escravo? Quais seriam os enunciados mobilizados para lidar com toda essa massa populacional após a supressão de um de seus argumentos centrais para a *ausência* do negro nas narrativas históricas do IHGB? A racialização do debate seria uma possibilidade para a manutenção dessa exclusão? O negro havia se tornado livre? É esse movimento que pretendemos observar a partir de agora.

Em 1888, o próprio IHGB havia indicado a viabilidade de alguma mudança. Na reprodução da Lei Áurea, Távora assinalou que, com a extinção da escravidão, o “gênio da história nacional” ganhava um “novo critério”, a “liberdade”. O “gênio” agora estava completo. Os historiadores poderiam “estudar e julgar” os “sentimentos” e a “evolução” nacional, diante de um “povo verdadeiramente livre” que poderia ser submetido a uma “análise físico-psicológica”. Távora parece autorizar estudos sobre o negro que não se concentrassem na escravidão⁵²⁸. Ele indica que, com a abolição, todos os letrados da agremiação poderiam, finalmente, tecer julgamentos claros sobre o progresso e os desejos dessa parte da população. Mais do que isso, como ocorre em outros trechos do artigo, parece impor o apagamento de mais de 350 anos de escravização. Em seus devaneios, o Instituto

⁵²⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁵²⁵ REBELLO, 1867.

⁵²⁶ BARBOSA, 1839b.

⁵²⁷ OLIVEIRA, 1868.

⁵²⁸ IHGB, 1888, p. 18.

reforçou o “delírio”⁵²⁹ das comemorações pela abolição, indicando que, a partir daquele momento, tanto as “consequências dessa nefanda organização”⁵³⁰ quanto a “imensa rocha” que “obstruía o caminho” do progresso e da civilização nacional deveriam ser lançadas aos “abismos do esquecimento”⁵³¹. Todavia, a almejada amnésia deu lugar à memória reatualizada. Com o fim da escravidão e da monarquia, o negro não seria representado como livre, seria acorrentado aos grilhões que povoaram *parte* de seu passado e mantido no cativeiro do ocorrido, sobretudo, após a abolição.

Se a saúde de Pedro II era uma preocupação que interrompia a alegria dos sócios do Instituto durante as comemorações da Lei Áurea, a Proclamação da República, um ano depois, enterraria todos os sorrisos. É verdade que, mesmo antes da mudança de regime político, a produção da agremiação havia se estagnado. João Capistrano de Abreu, importante letrado do período, havia criticado abertamente o “sono de crisálida” que atingia a associação em 1888⁵³². “Espelho fiel da monarquia, o IHGB refletia o clima de fim de festa do regime”⁵³³.

A partir da República, os problemas do grêmio apenas cresceriam. A principal adversidade era de ordem financeira. A maioria do orçamento do Instituto advinha das benesses imperiais, e, mesmo comprometendo-se a manter os valores recebidos pela associação, o Governo Provisório, instalado em 1889, repassaria apenas metade do montante ao Instituto⁵³⁴. Por outro lado, muitos republicanos vincularam a instituição ao regime monárquico, o que alimentou a antipatia de muitos membros do governo. Aristides Lobo (1838-1896) teria tentado extinguir a entidade por decreto, mas Tristão de Alencar Araripe Júnior, republicano e sócio da agremiação, teria impedido⁵³⁵. Depois disso, a estratégia adotada pelos republicanos foi a redução constante do financiamento. Até mesmo sua Revista Trimestral, publicada a mais de 50 anos, teve atrasos consideráveis após a Imprensa Nacional parar de editá-la, em 1889⁵³⁶. Com as dificuldades, a Mesa Diretora criou uma outra categoria

⁵²⁹ MORAES, Renata Figueiredo. O “dia do delírio” de Machado de Assis e as festas da abolição. *Machado de Assis em linha*, São Paulo, v. 11, n. 23, p. 34-53, 2018.

⁵³⁰ IHGB, 1888, p. 20.

⁵³¹ IHGB, 1888, p. 21.

⁵³² ABREU, João Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudo; crítica e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 243. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 22.

⁵³³ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 22.

⁵³⁴ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 22.

⁵³⁵ GUIMARÃES, L. M., 2007, p. 23.

⁵³⁶ GUIMARÃES, M. L., 2007, p. 24.

de sócio, os “beneméritos”, que não precisavam comprovar seus conhecimentos em história e geografia, mas sim sua capacidade de fazer grandes doações à entidade⁵³⁷.

Os primeiros anos republicanos foram um período de grande turbulência, em parte pela caça aos defensores da restauração da monarquia, movimento que, obviamente, atingiu o Instituto⁵³⁸. Mesmo com sucessivos cortes no orçamento e ameaças concretas contra os egressos do Segundo Reinado, o IHGB manteve-se fiel à família imperial, até mesmo intensificando a publicação de artigos, documentos e estudos que enalteciam o regime monárquico.

A partir de 1890, a grande maioria dos textos sobre o negro se mantiveram voltados ao sistema escravocrata e à emancipação, mas, como apontamos, essas publicações também efetuariam uma defesa contundente dos Bragança, construindo a imagem de uma família historicamente ligada ao abolicionismo. Nesse movimento, a atuação de integrantes do movimento abolicionista e, principalmente, de centenas de milhares de homens e mulheres negros que lutaram pela libertação desde o período colonial seria completamente ignorada, como pudemos observar na publicação da Lei Áurea⁵³⁹ e acompanharemos nos textos a seguir.

Com “Abolição no Brasil”⁵⁴⁰, de Franklin Américo de Menezes Dória (1836-1906)⁵⁴¹, podemos observar que a mudança de regime político não ocasionaria grandes mudanças no discurso sobre o negro. Em seu relato sobre o processo de libertação dos escravizados, Dória exclui libertos, livres e os que se encontravam em situação de cativo das ações pela emancipação, enquanto constrói em cada uma de suas “fases” uma estreita ligação entre a luta pela liberdade dos escravizados e cada um dos membros da família imperial. O artigo foi escrito em 1888, no calor das mobilizações pela abolição, mas só foi publicado em 1900, no auge das crises que atingiram a República nos últimos anos do século XIX⁵⁴².

⁵³⁷ GUIMARÃES, M. L., 2007, p. 25.

⁵³⁸ GUIMARÃES, M. L., 2007, p. 27.

⁵³⁹ IHGB, 1888.

⁵⁴⁰ DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. A abolição no Brasil. *Revista do IHGB*, Tomo LXIII, p. 187-192, 1900.

⁵⁴¹ Dória foi ministro do Império no último gabinete do período monárquico e acompanhou a família imperial em seu exílio em Cannes. CALMON, Pedro. *Franklin Dória, Barão de Loreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

⁵⁴² Em 1891, houve um golpe do exército que fechou o Congresso, o chamado Golpe de Três de Novembro. Apenas dois anos depois, estourou a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, movimento que perduraria até 1894. No mesmo ano, houve a Revolta Armada no Rio de Janeiro e, pouco depois, a sublevação no Amapá (1895-1900). A mais conhecida e sangrenta revolta do final do oitocentos, a Guerra de Canudos, atingiu os alicerces republicanos em 1896. CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Segundo o autor, a abolição passou por muitos “capítulos tristes” até chegar ao seu “feliz” desfecho. O que Dória chama de “primeiro período” se inicia com João VI, que, segundo o autor, já havia assinalado uma “reação legal contra o comércio dos negros da África”, aceitando as “filantrópicas solicitações da Inglaterra” por meio de diversos tratados. Em novembro de 1826, a Inglaterra ofereceu o reconhecimento da independência do Brasil em troca de um compromisso do governo brasileiro para acabar com o tráfico, mas, diante de sua “ulterior abdicação”, Pedro I não conseguiu atender plenamente essa convenção⁵⁴³. Mais cinco anos se passaram até que outra lei tentasse libertar os negros que chegassem aos portos do Brasil, o que, para Dória, também não surtiu grande efeito, gerando a chamada “Lei Bill Aberdeen”⁵⁴⁴ no ano de 1845.⁵⁴⁵

A Inglaterra, por meio dessa legislação, promoveu diversos abusos e violências contra o Brasil, que aprovou, depois de muitos protestos, em 4 de setembro de 1850, o texto que colocaria fim à importação de escravizados. O ministro Eusébio de Queirós (1812-1868) apresentou a lei a Pedro II, que, após assiná-la, declarou ao Conselho de Ministros que “preferia perder a coroa a consentir por mais tempo no abominável tráfico”⁵⁴⁶. Extinto o tráfico, “progride a humanitária aspiração” que, impulsionada por outras nações, se refletiu na imprensa e no legislativo com “reforços” do Imperador, o mais “forte sustentáculo” desse interesse.⁵⁴⁷

Com a “eloquência máscula” da palavra do monarca e a liderança de Paranhos, em setembro de 1871, é assinada pela princesa imperial a chamada “Lei do Ventre Livre”, assegurando a “liberdade dos futuros filhos das escravas”, resgatando-lhes “a dignidade de homem, concedendo-lhes direitos e favores preciosos”⁵⁴⁸. Isabel e seu marido, Gastão, que, como também lembra o autor, já havia libertado os escravos do país vizinho após o fim da

⁵⁴³ D. Pedro I abdicou do trono em abril de 1831 em favor de Pedro II, seu filho. A lei Feijó-Barbacena foi promulgada em 7 de novembro de 1831, determinando que todo africano que chegasse ao Brasil na condição de escravo seria imediatamente considerado livre, além disso, seus comerciantes e compradores seriam considerados criminosos. BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. CARVALHO, João D. Antunes Cardoso do Lago. Para britânico lamentar? As relações entre Brasil e Inglaterra e a lei de 1831. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 26, n. 3, p. 9-17, 2014.

⁵⁴⁴ Chamado na Inglaterra de *Aberdeen Act* ou *Slave Trade Suppression Act*, o ato parlamentar de agosto de 1845 autorizava a frota britânica a prender navios suspeitos de traficar escravos, inclusive os que se dirigiam ao Brasil. Muitas embarcações foram presas e confiscadas pela marinha britânica em direção ao Império brasileiro, criando uma tensão entre as duas nações. Informações sobre esses entraves: LEITE, Alfredo Carlos Teixeira. *O tráfico negreiro e a diplomacia britânica*. São Paulo: EDUCS, 1998.

⁵⁴⁵ DÓRIA, 1900, p. 187.

⁵⁴⁶ DÓRIA, 1900, p. 188.

⁵⁴⁷ DÓRIA, 1900, p. 188.

⁵⁴⁸ DÓRIA, 1900, p. 189.

Guerra do Paraguai, apenas atenderam à vontade de seu “patriarca”, aprovando a legislação que deu início, segundo Dória, ao terceiro período da história da Abolição⁵⁴⁹. Nessa “fase”, observou-se maior adesão à causa abolicionista, sobretudo no Rio de Janeiro, tanto na imprensa quanto em sociedades que pululavam na capital do Império. Em face da “efervescência” em todo o território, foi desenvolvido outro texto, dessa vez dando a liberdade aos cativos sexagenários⁵⁵⁰. Aprovado em 1885 pelo gabinete de José Antônio Saraiva (1823-1895) e por João Mauricio Wanderley (1815-1889) no senado, o texto abria o quarto e último “ciclo” da abolição.⁵⁵¹

Para o autor, a lei Saraiva-Cotegipe havia dado o “maior impulso” à causa da libertação total, favorecendo, “tanto quanto então se afigurara possível”, as aspirações abolicionistas⁵⁵². A legislação teria fortalecido o movimento a tal ponto que até mesmo “proprietários agrícolas” e outros “particulares” alforriavam livremente seus escravizados, chegando até a impelir, na Câmara paulista, a abolição total naquela província⁵⁵³.

Com todo esse processo, a Princesa Regente abriu a sessão extraordinária de 3 de maio para proferir sua “fala do trono” sobre a tão desejada lei de emancipação. Segundo Dória, as “demonstrações populares de amor e veneração” à Isabel foram enormes, com “inúmeras pessoas” nas ruas, enchendo as janelas, “juncando-lhe de flores o caminho” e lhe oferecendo “calorosas saudações”⁵⁵⁴. Na assinatura da lei de 13 de maio de 1888, a princesa, que antes já havia “sancionado outra lei famosa”, proclamando livres as “gerações futuras”, “revocou à liberdade centenas de milhares de cativos, e completou a obra da abolição na sua pátria, a qual, reconhecida, lhe deu o título glorioso de Isabel a Redentora”⁵⁵⁵.

O “imperfeito resumo” dos fatos⁵⁵⁶, apresentado por Dória, parece-nos ser um resumo da produção sobre o negro no Instituto, a partir da Proclamação da República. O texto de Dória ordena o tempo da história da escravidão rumo à abolição, conformando-a em uma cronologia marcada pela “sanha abolicionista” dos Bragança, que era nobremente transmitida de João para Pedro, de Pedro I para Pedro II e deste para seu genro e sua filha, a “Redentora”. Em compensação, os negros desaparecem dos documentos, sendo substituídos por “cativos”,

⁵⁴⁹ DÓRIA, 1900, p. 189.

⁵⁵⁰ A Lei dos Sexagenários, lei Saraiva-Cotegipe ou Lei nº 3.270 outorgava a liberdade a todos os escravizados acima de 60 anos de idade, que deveriam pagar uma indenização a seus proprietários, o que normalmente exigia mais cinco anos de trabalho.

⁵⁵¹ DÓRIA, 1900, p. 190.

⁵⁵² DÓRIA, 1900, p. 190.

⁵⁵³ DÓRIA, 1900, p. 191.

⁵⁵⁴ DÓRIA, 1900, p. 192.

⁵⁵⁵ DÓRIA, 1900, p. 192.

⁵⁵⁶ DÓRIA, 1900, p. 189.

“escravos”, “elemento servil”, “emancipado”, “liberto”, etc. Mas esse seria um *modus operandi* que não se restringia ao texto de Dória.

Em 1892, o Instituto reproduziu a “Circular do governo imperial sobre a lei de libertação do ventre escravo”⁵⁵⁷, uma carta informando sobre a aprovação da Lei “Rio Branco”, enviada em 1871 a todos os representantes do Império que se encontravam no exterior. A “circular” presta esclarecimentos sobre a “história da humanitária” lei, mas também lembra da “emancipação progressiva da escravatura atual” e destaca a libertação dos “escravos do domínio do Estado”⁵⁵⁸, realizada na mesma data. A Coroa teria, por iniciativa própria, alforriado muitos de seus cativos mesmo antes da promulgação da legislação. Ao fim, o texto também esclarece a importância dessa vitória para a transição do “estado presente para um futuro que se antolha como o mais próprio para o desenvolvimento da propriedade nacional”.⁵⁵⁹

Um ano depois, reproduzem a carta de um religioso, o padre Cláudio Laillet. Na comunicação, o padre relata a crueldade do tratamento dispensado a alguns escravos fugidos do Brasil⁵⁶⁰. Traduzido por Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), o texto descreve o encontro do religioso com sete negros que conseguiram atravessar a fronteira da colônia para a Guiana Francesa em 1773. Mesmo lá, esses cativos haviam sido castigados, portanto, o padre procurou interceder para que os “escravos” não fossem submetidos a outras punições, considerando que “muito sofreram já no cárcere” e nos longuíssimos “açóites”. O intuito era que a Igreja auxiliasse aqueles homens e solicitasse o perdão junto aos seus senhores⁵⁶¹.

No número seguinte, o Instituto retoma as celebrações pela abolição reeditando a carta de André Lamas (1817-1891) enviada ao Império na ocasião da aprovação da Lei Áurea⁵⁶². Na missiva, o importante político e historiador uruguaio parabeniza o Segundo Reinado pela extinção do cativo, dando ênfase na melhoria das relações entre as duas nações após a aliança firmada em 1851 e a promulgação da lei que findou o processo de emancipação. Como era comum nos discursos sobre a libertação gradual, relembra a guerra civil americana

⁵⁵⁷ CORREA JÚNIOR, Manoel Francisco. Circular do Governo imperial sobre a lei de libertação do ventre escravo. *Revista do IHGB*, Tomo LV, p. 259-260, 1892.

⁵⁵⁸ CORREA JÚNIOR, 1892, p. 259.

⁵⁵⁹ CORREA JÚNIOR, 1892, p. 260.

⁵⁶⁰ LAILLET, Claudio. Escravos fugidos do Pará para Caiena, e relações dos padres das duas localidades. [Tradução Tristão de Alencar Araripe]. *Revista do IHGB*, 1893, Tomo LVI, p. 165-166.

⁵⁶¹ LAILLET, 1893, p. 165.

⁵⁶² LAMAS, André. Carta de D. André Lamas sobre A lei de extinção da escravidão. *Revista do IHGB*, 1894, Tomo LVII, p. 155-158.

e o terror evitado pela destra administração imperial neste assunto⁵⁶³. Segundo ele, a América avançava na redução de “antagonismos” comuns na Europa, garantindo a manutenção das unidades nacionais e da igualdade entre todos os cidadãos⁵⁶⁴. As congratulações do diplomata se dirigem principalmente à Isabel, então regente do Império, mas também são acompanhadas do desejo de pronto restabelecimento da saúde de Pedro II.

No entanto, os Bragança já haviam libertado escravizados muito antes da abolição, como “comprova” o documento que trouxemos anteriormente, ao discutir o engajamento negro nos exércitos nacionais. A carta de Carneiro de Campos, encontrada no Arquivo Público da Bahia, foi publicada em 1897 e trazia informações sobre a compra de alforria de escravos que participaram das lutas contra os lusitanos naquela província, pelo “Augusto Senhor” Pedro II⁵⁶⁵.

No mesmo tomo, o Instituto reproduziria a “opinião de um frade capuchinho sobre a Escravidão no Brasil”, texto escrito em 1794⁵⁶⁶. A curta comunicação de Martinho de Melo e Castro (1716-1795) com Fernando José de Portugal e Castro (1752-1817), então governador da Bahia, traz uma denúncia contra José de Bolonha, frei e missionário italiano que, ao expor suas razões para condenar a escravidão em um reino cristão, colocava em risco a “subsistência desta colônia”⁵⁶⁷. Para o frei, a presença de escravizados que não foram tomados em legítima guerra ofende a Igreja e os dogmas cristãos, e, por isso, questionou os proprietários sobre as origens de seus cativos e sobre a forma pela qual eles haviam sido capturados. Sem saber responder ao religioso, muitos donos de escravos haviam denunciado Bolonha, pois essa tarefa “difícil”, senão “impossível de se averiguar”, poderia fazer com que se solicitasse a libertação daqueles escravizados⁵⁶⁸. Melo e Castro informa que o religioso foi “imediatamente” embarcado, a mando do arcebispo responsável, junto com todos os missionários italianos que haviam servido em “Goá”⁵⁶⁹ e que só seriam desembarcados quando o governo luso-brasileiro permitisse. O assunto era “delicado” e, “para que uma

⁵⁶³ LAMAS, 1894, p. 156.

⁵⁶⁴ LAMAS, 1894, p. 156-157.

⁵⁶⁵ CAMPOS, 1897, p. 159-160.

⁵⁶⁶ CASTRO, Martinho de Mello. Opinião de um frade Capuchinho sobre a escravidão no Brasil em 1794. *Revista do IHGB*, T. LX, Parte II, p. 155-157, 1897.

⁵⁶⁷ CASTRO, 1897, p. 155.

⁵⁶⁸ CASTRO, 1897, p. 155.

⁵⁶⁹ Trata-se, provavelmente, da antiga capital do Estado Português na Índia, Goa, um estado situado na costa do Mar da Arábia.

doutrina tão perniciosa não se espalhasse”, era necessário afastar o religioso de suas atividades o quanto antes⁵⁷⁰.

Nos Tomos 86, 88, 89, 93 e 95, o IHGB publicaria alguns textos de José Vieira Fazenda (1874-1917), antigo bibliotecário da agremiação. Os artigos faziam parte de uma coleção de estudos sobre a Capital, entre os séculos XV e XIX, intitulado “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”⁵⁷¹. O intuito não é analisar os escritos de Fazenda em si, mas sim relacioná-los com o conjunto que trouxemos até aqui, principalmente por manterem o binômio negro/escravo e, em alguns casos, também tratarem da abolição.

O primeiro texto é “Cemitério dos Escravos”⁵⁷², um relato sobre os problemas sanitários da capital diante do desprezo com que eram feitas as manutenções dos jazigos onde haviam sido enterradas pessoas escravizadas. O autor critica o “comércio de carne humana” e a maneira como os cativos eram tratados e, trazendo uma citação retirada de uma carta de Antônio de Almeida Soares Portugal (1699-?), então vice-rei do Brasil, Fazenda ressalta que os desembarcados africanos não tinham nenhum espaço para fazer “suas necessidades” e vinham de sua terra com “infinitas moléstias”⁵⁷³, dessa forma, o porto do Rio de Janeiro era frequentemente atingido pelo mal cheiro e pelas doenças. Aqui, o “negro” é relacionado à inexistência de qualquer “educação intelectual, moral e religiosa”, sobretudo por serem reduzidos à “condição de coisa”, considerados um “instrumento de trabalho”. O autor lembra os “castigos”, como a marcação com ferro e os açoites, para chegar ao seu principal objetivo, tratar da maneira “bárbara” como eram enterrados⁵⁷⁴.

Ao longo do texto, o bibliotecário e sócio do Instituto vai relacionando todos os dispositivos e as instituições que tentaram melhorar as condições dos cemitérios onde eram depositados os corpos dos escravizados, sempre demonstrando como o desconhecimento da higiene e o descaso para com aquelas pessoas acabava atingindo todos os moradores da Capital, principalmente com a disseminação de “grandes epidemias”. Essas doenças também poderiam ser fruto do sepultamento das “vítimas do tráfico” que não haviam resistido às enfermidades durante a viagem até o Brasil, pois, sem serem batizados, esses africanos não

⁵⁷⁰ CASTRO, 1897, p. 156.

⁵⁷¹ FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, tomo 86, Vol. 140, p. 9-387, 1919; Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, tomo 88, p. 3-500, 1920; Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, tomo 89, p. 9-487, 1921; Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro, *Revista do IHGB*, tomo 93, p. 7-597, 1923; Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, tomo 95, p. 3-691, 1925.

⁵⁷² FAZENDA, José Vieira. Cemitérios dos escravos. *Revista do IHGB*, tomo 86, n. 19, Vol. 140, p. 346-351, 1919.

⁵⁷³ FAZENDA, 1919, p. 347.

⁵⁷⁴ FAZENDA, 1919, p. 347.

podiam ser enterrados a sete palmos de terra, como acontecia com os cristãos. Com as chuvas, muitos cadáveres eram descobertos e, com eles, as doenças⁵⁷⁵. Por fim, o método de sepultamento e a localização dos cemitérios foram alterados a partir do século XIX, o que fez com que as doenças da Capital diminuíssem drasticamente.

Quatro anos depois, Fazenda retornaria às páginas do Instituto, retomando a Lei do Ventre Livre⁵⁷⁶. O texto, de apenas quatro páginas, procurava lembrar um dos nomes que contribuíram para a aprovação da legislação, um homem que teria sido “esquecido” pela história. O “benemérito” lembrado é Pedro Pereira da Silva Guimarães, que teria proposto a primeira lei pelo ventre livre e batido de frente com os “escravocratas” do período, sendo taxado de “amigo da Inglaterra” por defender também o fim do tráfico, em 1849. Um ano depois, propôs aos colegas da Assembleia Legislativa a libertação dos “nascidos de ventre escravo”, projeto que foi veementemente negado pela casa. Silva Guimarães apresentaria textos parecidos em 1850 e 1852, mas não obteria sucesso em nenhuma dessas ocasiões. Em 1871, o “homem de bem” pôde ver suas pretensões realizadas, mas nunca fora devidamente lembrado por todos esses atos. Contudo, a “ingratidão” e o “esquecimento” não apagariam, segundo o autor, todas as ações de Silva Guimarães pela libertação da “raça escrava”⁵⁷⁷.

Um ano depois, como um “presságio” do ano seguinte, o Instituto publicou “Um amigo dos escravos”, também de autoria do bibliotecário⁵⁷⁸. O estudo pretendia lembrar os “denodados combatentes” que concorreram para a abolição da escravidão no Brasil, por ocasião do 23º aniversário da aprovação da Lei Áurea⁵⁷⁹. Com um início lúgubre, a homenagem parece ser direcionada aos mortos, principalmente Pedro II, que havia falecido em 1891⁵⁸⁰. O “tributo de saudade e veneração” lembra que os “letrados”, como “verdadeiros apóstolos”, deveriam rememorar os nomes daqueles que se foram e haviam lutado, em meio ao “céu sombrio e triste do cativo”, para fazer brilhar a “estrela da redenção”⁵⁸¹.

O primeiro vulto “resgatado” foi o padre Manuel Ribeiro Rocha, que escreveu a obra *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado* em 1750⁵⁸². Depois, lembra diversos políticos do Segundo Reinado, como Paranhos, Eusébio de Queiroz, Tavares Bastos, etc. Mas o destaque parece mesmo recair sobre a Família Bragança. Segundo

⁵⁷⁵ FAZENDA, 1919, p. 349.

⁵⁷⁶ FAZENDA, José Vieira. Ventre Livre. *Revista do IHGB*, T. 93, vol. 147, p. 07-11, 1923.

⁵⁷⁷ FAZENDA, 1923, p. 11.

⁵⁷⁸ FAZENDA, José Vieira. Um amigo dos escravos. *Revista do IHGB*, T. 95, vol. 149, p. 236-240, 1924.

⁵⁷⁹ Mesmo sendo publicado em 1924, o texto foi escrito em 1911.

⁵⁸⁰ Dessa forma, também era aniversário de sua morte.

⁵⁸¹ FAZENDA, 1924, p. 236.

⁵⁸² FAZENDA, 1924, p. 236.

o autor, não seria possível esquecer o “ato cavalheiresco” de Pedro I, que, com o fim da disputa com Portugal, libertou os escravos da Bahia pelos “serviços prestados”. Em 1823, o imperador teria afirmado não “poder consentir que os escravos que tanto se distinguiram a favor da causa da Independência e da liberdade” “continuassem a viver sujeitos ao jugo da escravidão”⁵⁸³. Dessa forma, como pudemos acompanhar no documento reproduzido pelo Instituto em 1897⁵⁸⁴, “ordenava que fossem convocados os senhores dos referidos cativos” e lhes fosse oferecido um valor “razoável” pela emancipação de cada um daqueles homens e mulheres⁵⁸⁵.

Depois, as atenções de Fazenda se voltam a outro “esquecido”, o frei José de Bolonha, que também já havia aparecido no Instituto ao relatar as violências sofridas por alguns escravos em 1794⁵⁸⁶. Por fim, o autor retorna à Silva Guimarães, que, com ideias parecidas, havia sido rechaçado por escravocratas já na década de 1850⁵⁸⁷. Mais uma vez, nenhuma palavra sobre os verdadeiros “esquecidos”.

Após a Proclamação da República, o Instituto passou por mudanças importantes. Primeiro, houve a incorporação dos sócios “beneméritos”, como tratamos anteriormente, depois, com o retorno das oligarquias ao governo, ocorreria uma nova aproximação com o poder, principalmente com a ascensão de Prudente José de Moraes Barros (1841-1902) à presidência, em 1894. O político foi eleito presidente de honra da corporação e, no mesmo ano, compareceu à sessão magna de comemoração pelo aniversário da agremiação⁵⁸⁸. A entidade também se aproximou do Ministério das Relações Exteriores, que no período enfrentava questões fronteiriças. Com Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919), voltou a receber a atenção do poder público, com um aumento no repasse das receitas e a reforma do antigo prédio da agremiação⁵⁸⁹.

Com a eleição de Paranhos Júnior para a direção em 1908, essas relações melhoraram ainda mais. Juca Paranhos, o Barão de Rio Branco, aproximou o Instituto das repúblicas americanas⁵⁹⁰ e dos Estados Unidos, promovendo um novo impulso nas pesquisas e no ingresso de sócios internacionais, mesmo com a curta duração de sua liderança, em virtude de

⁵⁸³ FAZENDA, 1924, p. 237.

⁵⁸⁴ CAMPOS, 1897, p. 159-160.

⁵⁸⁵ FAZENDA, 1924, p. 237.

⁵⁸⁶ CASTRO, 1897, p. 155-157.

⁵⁸⁷ FAZENDA, 1924, p. 238.

⁵⁸⁸ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 29.

⁵⁸⁹ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 29.

⁵⁹⁰ SILVA, Gabriela Correa da. *Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2019.

sua morte em 1912⁵⁹¹. Parte desses empreendimentos fez com que outra sede fosse construída e inaugurada em 1913, além de proporcionar a participação da entidade em congressos internacionais. Em 1914, o IHGB também realizou, por iniciativa de Paranhos, o *Primeiro Congresso de História Nacional*. Depois viriam a *Academia de Altos Estudos* e os primeiros volumes do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*⁵⁹².

Mesmo com todo esse movimento de reaproximação com o governo, agora republicano, o IHGB mantinha-se fiel ao Segundo Reinado. “A cadeira que era ocupada pelo Imperador permaneceu vazia, situada no mesmo lugar de destaque na sala das sessões”⁵⁹³. O “Imediato Protetor” continuava presente. Quando Prudente de Moraes visitou a casa, teve de “desviar-se” do lugar de honra, que seguia reservado ao monarca⁵⁹⁴. Quando receberam a notícia da morte de Pedro II, os sócios do Instituto decidiram fechar em luto e mandaram celebrar uma missa solene em seu nome⁵⁹⁵. Com a chegada de seus restos mortais ao Brasil, realizaram um funeral com ares de “festa política”, programando um cerimonial que deveria reascender, de maneira “pedagógica”, a “memória” do grande líder da nação⁵⁹⁶. Todo esse movimento desagradava parte dos republicanos, mas a imagem de Pedro II já vinha sofrendo “sucessivas metamorfoses” e, nos anos 1920, caminhava a passos largos para sua reabilitação:

Com o passar do tempo, a imagem do soberano fora desatada dos símbolos da realeza, e portanto, da própria monarquia. [...] Paradoxalmente, a República acabaria se aproximando dessa representação [idealizada e heroicizada], identificando o ex-imperador como o governante exemplar, o cidadão nacionalista e símbolo do patriotismo [...]. Dessa maneira, na década de 1920, num contexto marcado pela crise das instituições republicanas, em que sucessivos eventos questionavam os padrões culturais e políticos da Primeira República, a lembrança da *persona* de D. Pedro II avultaria. Contrastava com as reiteradas acusações de corrupção das autoridades, as denúncias de práticas violentas, de fraudes eleitorais, de falta de patriotismo dos governantes, enfim, de todos os vícios que abalavam a credibilidade do regime republicano.⁵⁹⁷

No ano do centenário de nascimento de Pedro II, o Instituto preparou um número especial sobre os Bragança, tomo que contém diversos textos que reforçam o discurso de uma monarquia “emancipadora”. Na abertura do número, o editorial parece indicar a própria posição da entidade na política nacional desse período. Elogiando o Segundo Reinado, relembra que essa época “brilhante da nossa organização social” “preparou os alicerces da

⁵⁹¹ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 31.

⁵⁹² GUIMARÃES L. M., 2007, p. 32-33.

⁵⁹³ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 23.

⁵⁹⁴ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 29.

⁵⁹⁵ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 23.

⁵⁹⁶ GUIMARÃES L. M., 2007, p. 169.

⁵⁹⁷ GUIMARÃES, L. M., 2007, p. 174.

República” e garantiu o “futuro desta grande nação americana”⁵⁹⁸. Com acenos ao presente, rememora-se o passado. O tomo especial reuniu diversos letrados, políticos e jornalistas importantes para tratar de inúmeros aspectos da vida, obra e política do Imperador. Entre os nomes, vemos grandes expoentes da monarquia e do ambiente republicano e abolicionista, um indício de que a representação de Pedro II realmente sofria uma ressignificação importante no início do século XX⁵⁹⁹. Concentrando-nos no nosso intento, seguiremos três desses textos: dois de Antônio Evaristo de Moraes (1871-1939)⁶⁰⁰ e um de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938)⁶⁰¹.

Em “*Pedro II e o movimento abolicionista*”, Moraes procura traçar o perfil da atuação do monarca sobre a escravidão, pondo-o em relação ao que ele compreendia como “abolicionistas”: homens que faziam “apologia da libertação total, imediata e incompensada, pelo reconhecimento da absoluta ilicitude [*sic*] da escravidão”⁶⁰². Segundo o autor, os “sentimentos” do imperador em relação ao cativo eram parecidos com os da “grande maioria” dos brasileiros, que condenavam o sistema e sua violência. O intuito, portanto, era percorrer a “história política do Segundo Reinado” para compreender a atuação do Imperador em prol dos cativos ao longo de todo seu governo. De resto, é possível afirmar que as mesmas preocupações que tolhiam os políticos do período, sempre de “ordem econômica”, também impediam que o “estadista” tomasse atitudes mais drásticas sobre essa questão⁶⁰³.

A narrativa se inicia com as discussões que apresentamos antes, sobre a “vergonha” do Imperador diante dos aliados e adversários da Guerra do Paraguai e a necessidade de libertar o “filho da mulher escrava”, rompendo com o “princípio do Direito Romano” de “*partus ventrem sequitur*”⁶⁰⁴. Segundo os “irrecusáveis documentos políticos” do período, Pedro II havia concorrido para que a emancipação ocorresse ainda em 1866. Como “emancipador moderado”, não havia até então realizado grandes atos pela liberdade, mas tinha se posicionado contra o “vergonhoso tráfico”, “promovido a libertação de escravos da nação destinados aos campos de batalha” e “louvara, publicamente, o ato dos monges beneditinos,

⁵⁹⁸ IHGB. Editorial. *Revista do IHGB*, tomo 98, p. 3, 1925.

⁵⁹⁹ Entre os nomes estão: Evaristo de Moraes, Wenceslau Braz, Assis Chateaubriand, Pedro Calmon, Rodolpho Garcia, Theodoro Sampaio, Oliveira Lima, Afonso Celso, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Ramiz Galvão, Afonso Taunay, etc.

⁶⁰⁰ MORAIS, Evaristo de. Pedro II e o movimento abolicionista. *Revista do IHGB*, T. 98, Vol. 152, p. 323-343, 1925; A Abolição e o Imperador. *Revista do IHGB*, T. 98, Vol. 152, p. 862-866, 1925b.

⁶⁰¹ FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de Assis. Isabel a Redentora. *Revista do IHGB*, T. 98, Vol. 152, p. 212-217, 1925.

⁶⁰² MORAIS, 1925, p. 323.

⁶⁰³ MORAIS, 1925, p. 324.

⁶⁰⁴ MORAIS, 1925, p. 324.

dando um mimo ao Geral da Ordem” após alforriarem seus escravizados⁶⁰⁵. Com a carta da Junta Francesa de Emancipação, prometeu tornar o assunto “de primeira importância” ao fim do conflito com a república vizinha, tanto pelo “espírito do cristianismo” quanto pelos apelos oriundos do “mundo civilizado”⁶⁰⁶. Todavia, esse ato “público” não havia sido o primeiro. Em 1865, já havia sugerido a Pimenta Bueno a confecção de diversos projetos de lei pela liberdade, textos que foram entregues ao Ministério em 1866, mas que não receberam a devida atenção. No ano seguinte, teria enviado ao presidente do gabinete um documento “confidencial”, em que questiona sobre como “convém abolir diretamente a escravidão” e quais seriam as “cautelas e providências” necessárias para realizar essa medida⁶⁰⁷. Com a missiva de Pedro II, reuniram-se os líderes do cenário político, tendo como expoente liberal Nabuco de Araújo, o único que procurou atender a todos os desejos do monarca, incluindo a manutenção do filho liberto no seio de sua família e a extinção da escravidão “até 1899”. De qualquer maneira, a grande maioria dos políticos negaram a possibilidade de execução dos projetos naquele momento, adiando parte dessas resoluções para 1871, mesmo diante das “pressões” do monarca para apressá-las⁶⁰⁸.

Na “Fala do Trono” do ano seguinte, Pedro II voltaria a tocar na questão, lembrando que o “elemento servil” era um assunto de primeira ordem e que, mesmo mantendo-se “respeitada a propriedade”, era necessário conduzir a emancipação sem um “profundo” abalo de nossa “primeira indústria”⁶⁰⁹. Houve oposição, sobretudo em defesa da propriedade privada e com a preocupação diante dos prejuízos econômicos da lavoura, mas Nabuco manteve-se firme e apresentou outro projeto no mesmo ano, reunindo os trechos menos criticados pela oposição. O assunto só avançaria mesmo com o término do entrave bélico, a ascensão de outro Ministério e o reforço das imposições do Imperador.

Mas a ideia “emancipadora” de Pedro II persistiu. Atendo-se aos limites “impostos” pelo período, o que, segundo Moraes, “era razoável àquele tempo”, procurou dar andamento ao projeto na década de 1870. O autor então retorna aos documentos e, mais uma vez, reproduz uma carta do Imperador, dessa vez enviada ao conselho ministerial. Na missiva, o monarca salienta a importância de uma posição firme do governo em relação ao “elemento servil”, começando pela libertação dos escravos que serviam em sua própria casa, que, na

⁶⁰⁵ MORAIS, 1925, p. 325.

⁶⁰⁶ MORAIS, 1925, p. 325.

⁶⁰⁷ MORAIS, 1925, p. 326.

⁶⁰⁸ MORAIS, 1925, p. 327.

⁶⁰⁹ MORAIS, 1925, p. 327.

verdade, eram “infelizmente” propriedades da Nação e, portanto, deveriam ser alforriados pelo poder legislativo⁶¹⁰.

A emancipação era vista como uma “pedra que rola a montanha”, não deveriam ser montadas barricadas antecipadamente, nem serem ignoradas as consequências de seu futuro impacto. Então, “sabiamente” o Imperador apoiou a Lei do Ventre Livre, mas, para agradar aos descontentes, afirmou ser esse o limite de suas pretensões, dizendo que iria se opor “até a última” para que emancipação não fosse além⁶¹¹. Ainda houve forte oposição e muitos afirmaram que seus desejos infundados deveriam começar por sua própria casa, deveria ele mesmo alforriar os seus, algo que o teria incomodado profundamente. Diante da “impossibilidade”, teria afirmado que, mesmo não tendo “o direito de dar liberdade aos escravos da sua casa, renunciaria aos seus serviços, e os mandaria para os arsenais”, mantendo suas convicções, mesmo que estas lhe custassem a “dotação”⁶¹².

Com a ascensão de Pimenta Bueno, um Conservador, da “intimidade do monarca”, era possível aprovar projetos desse interesse e, ao mesmo tempo, agradar parte dos “plutocratas agrícolas”, evitando grandes entraves com a classe política latifundiária. Mas, com um ministério sem “traquejo”, foi apenas o “visconde de Rio Branco” quem conseguiu reunir a força necessária para atender aos desejos do Imperador.

Quando partiu em viagem à Europa, Pedro II deixou a regência nas mãos de sua filha e o governo nos braços de Paranhos, confiando que o encaminhamento da questão seria mais fácil com seu gabinete à testa. Porém, naquele momento, os opositores já haviam insuflado um movimento contra o próprio regime, atacando o monarca “rudemente”. Segundo o autor, mesmo com a aprovação da legislação sobre o ventre, pouco se realizou concretamente naquele período. O texto havia surtido pouco efeito e acabou elevando a “reação escravocrata”, incluindo o surgimento, no Sul, de um movimento contra a lei e a continuidade da “emancipação controlada” do cativo⁶¹³.

Nesse momento, teriam aparecido, com mais força, nomes como os de Nabuco de Araújo e José do Patrocínio, representando, respectivamente, o primeiro e segundo “movimento parlamentar” pela extinção da escravidão. O movimento abolicionista crescia, angariando jornalistas e outros representantes de todas as “classes sociais”. Com isso, sobreveio a reação do monarca, que, mesmo fora de suas terras, pediu ao ministério que

⁶¹⁰ MORAIS, 1925, p. 330.

⁶¹¹ MORAIS, 1925, p. 331.

⁶¹² MORAIS, 1925, p. 331.

⁶¹³ MORAIS, 1925, p. 335.

adiantasse a questão, aumentando o Fundo de Emancipação e ampliando os impostos sobre a compra de escravizados⁶¹⁴.

O gabinete Dantas apresentou a proposta da Lei dos Sexagenários, uma legislação “cautelosa” e certa que tornaria livres todos os cativos com mais de sessenta anos. A questão agradou parte dos liberais, mas também gerou uma reação negativa, aos moldes do grande embate ocorrido em 1871. A preocupação era que, ao emancipar essa parcela, que não era tão significativa, na realidade fossem alforriados também aqueles que tiveram sua idade aumentada em decorrência da proibição da importação de escravizados após a lei de 1850, ou seja, todas as fraudes que ocorreram em anos anteriores, ocasionando a libertação de muito mais cativos do que o esperado.

Dessa forma, formaram-se diversos núcleos de oposição ao Imperador, muitos deles proferiram palavras que, continuamente, eram utilizadas pelos “propagandistas da república”, sobretudo após o pedido de dissolução da Câmara⁶¹⁵. Foi apenas com a ascensão de Saraiva e Cotegipe que, entre trancos e barrancos, a lei foi finalmente aprovada. Ao final de seu texto, Morais eleva o tom e procura resumir seus argumentos sobre a “atitude do Imperador” perante a “campanha abolicionista” – que havia sido alvo de outra obra do autor⁶¹⁶. Mesmo deixando que Dantas se retirasse do ministério, o que a muitos pareceu um ato de traição do Imperador ao movimento pela emancipação, não “nos é lícito duvidar” da “acentuada e persistente oposição à escravidão e do seu constante desejo de suprimi-la”. O “golpe definitivo” desferido pela lei de 13 de maio de 1888 não parecia, à Morais, obra do monarca, pois, diante da “revolução” que se impunha aos chefes políticos e à Coroa, a pulsante necessidade do fim total da escravidão era inevitável⁶¹⁷.

No estudo de Morais, a atuação de Pedro II parece clara, sobretudo na lei de 1871, quando manteve a pressão sobre os políticos contrários à emancipação e aliou-se aos abolicionistas. A vitória de 1885 parece ser imputada aos próprios líderes favoráveis à Abolição, sobretudo Cotegipe, Saraiva, Nabuco e, de modo mais discreto, Patrocínio. A Lei Áurea propriamente, tratada em apenas algumas linhas, parece ter sido obra apenas dos abolicionistas. Mas, segundo Morais, como os “desejos” do monarca teriam influenciado o próprio movimento?

⁶¹⁴ MORAIS, 1925, p. 336.

⁶¹⁵ MORAIS, 1925, p. 340.

⁶¹⁶ MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista, 1879-1888*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

⁶¹⁷ MORAIS, 1925, p. 342.

Em seu outro artigo, Moraes afirma que o movimento abolicionista nacional teria se fortalecido a partir dos anos 1880⁶¹⁸. Escândalos pululavam na imprensa nacional, e, entre a notícia de duas escravas “espancadas” por seus senhores, ocasião em que uma delas morreu e outra ficou cega, e o fato de um homem “de cor” ser encontrado amarrado em um trem paulista destinado apenas ao transporte de animais⁶¹⁹, a indignação coletiva tornava-se insustentável. Mas, antes de toda essa comoção, o Imperador havia dado mostras de quão “humana” e “honrosa” era a sua índole. Em uma viagem ao interior de São Paulo, acompanhado de representantes políticos nacionais e internacionais – além de diversos jornalistas que cobriam a visita –, Pedro II teria libertado muitos cativos por onde passou, dando “franca expansão à sua tendência emancipadora”⁶²⁰. Segundo o autor, em Lorena, alguns vereadores procuraram o monarca para que ele entregasse duas cartas de alforria adquiridas “por meio de subscrição popular”. Após atender ao pedido, teria afirmado que nada satisfazia mais sua alma que “conceber a liberdade aos cativos”, assinando o Livro de Ouro do município – iniciativa comum, a partir de 1870, em diversas cidades brasileiras, quando doações particulares serviam para comprar a manumissão de escravizados –, e teria pagado um valor considerável para auxiliar a causa⁶²¹.

Em Batatais e Lorena, teria visitado duas prisões, onde teria se indignado pela utilização daquele espaço público para punir escravizados. Após visitar suas celas, teria se prontificado a “pagar do seu bolso o preço da alforria”. O mesmo teria ocorrido em Casa Branca, outra cidade por onde passou. Mas seu gesto “mais sugestivo” teria acontecido em Campinas. A cidade tinha um grande contingente de escravizados – mais de 10 mil, segundo o relato –, e, como ocorreu em Lorena, um proprietário pediu ao Imperador que entregasse a carta de alforria a um casal. “Que fez Pedro II? Passou o papel libertador à mulher do homem, que acabava de sair do cativeiro, APERTOU A MÃO, dizendo uma frase de encorajamento e estímulo”⁶²². As letras maiúsculas não parecem ter bastado para descrever o sobressalto que a cena lhe causava. Ele continua: “imagina-se o efeito da cena extraordinária: um monarca estendendo a destra a uma criatura que, muito antes, era considerada animal, sem nenhum direito, propriedade de outrem”⁶²³. Tocar um liberto parecia ser um ato mais transgressor que

⁶¹⁸ MORAIS, 1925b, p. 862.

⁶¹⁹ MORAIS, 1925b, p. 862.

⁶²⁰ MORAIS, 1925b, p. 863.

⁶²¹ MORAIS, 1925b, p. 863.

⁶²² MORAIS, 1925b, p. 864.

⁶²³ MORAIS, 1925b, p. 864.

libertar um escravizado. Na verdade, o toque do Imperador parece ter humanizado aquela mulher e não necessariamente sua alforria.

Para o autor, o mais interessante era a reação dos conservadores que o acompanhavam, sobretudo Antônio Prado. Após a viagem, o político teria rompido com Cotegipe e “avançado até as extremas do emancipacionismo”, que, para ele, seria um dos limites do abolicionismo. Na mesma esteira, após a divulgação dos atos do Imperador, militares teriam se recusado a ser “capitães do mato”; juízes teriam libertado “em massa”; chefes de polícia de Minas Gerais, Alagoas e Sergipe supostamente adotaram suas “ideias” e lutaram contra a prática de manter escravizados presos a mando dos senhores; e proprietários alforriaram livremente de forma “pacífica”⁶²⁴. No momento em que o “trono aderiu à revolução”, coagiu a todos os que ainda não haviam se convencido. A viagem do Imperador ao interior de São Paulo teria “lançado as bases” do próprio movimento abolicionista paulista⁶²⁵.

Nosso estudo não pretende aferir as pretensões abolicionistas de Pedro II. Nem mesmo, descrever todas as inconsistências desses relatos. O que procuramos fazer, ao descrever todos esses estudos e documentos que o Instituto publicou em sua Revista, é demonstrar como, após um ensurdecido silêncio de mais de 30 anos e um breve intervalo em que o negro se converteu em “soldado”, toda a produção histórica da agremiação só apresentaria qualquer tipo de relação entre o negro e a história brasileira a partir da escravidão. Não seria um conteúdo que coloca o negro na narrativa do escravismo nacional, mas sim um discurso que coloca o negro *apenas* na narrativa da escravidão. Com as mudanças e necessidades políticas, esse discurso também investiria em uma *nostalgia imperial*⁶²⁶ premente, sobretudo, durante as primeiras grandes crises da República⁶²⁷. O projeto historiográfico de Martius e o próprio projeto de nação, construído no Instituto, são reforçados pelo discurso da abolição, tendo em vista que todo o processo que atingiria milhões de homens e mulheres negros seria conduzido – e, para os sócios, muito bem conduzido – pela monarquia, símbolo máximo da civilização branca e europeia que pretendiam transplantar. Pedro II é o totem desse movimento, mas não é o único nem o mais privilegiado.

⁶²⁴ MORAIS, 1925b, p. 865.

⁶²⁵ MORAIS, 1925b, p. 865.

⁶²⁶ SALLES, 2013.

⁶²⁷ SALLES, 2013, p. 120.

4.3. “A Redentora” e a raça emancipada

Prova disso são as homenagens prestadas à Isabel, uma princesa que carregava a esperança de um Terceiro Reinado e a alcunha de “Redentora”. O texto de Afonso Celso pode servir de alegoria para essa representação. Em “Isabel, a Redentora: as altas virtudes da Princesa Isabel”⁶²⁸, o poeta e político mineiro apresenta um retrato da regente muito característico do pós-abolição. Uma imagem que, assim como o título que lhe foi concedido, mistura-se à política nacional e reúne, em um só substantivo, patriarcado, religião, política e racismo.

Para Celso, como regente em “três períodos” diferentes, Isabel havia conquistado o “povo” e toda a classe política. Mas o relato sobre sua vida não começa por seus atos como líder e administradora de um dos maiores países do mundo. Como mulher, sua primeira “virtude” era “doméstica”. A “esposa” do Conde d’Eu, “neto do rei da França”, com quem se casou aos 18 anos, foi “educada superiormente por seu magnânimo pai e por sua *santa* mãe” e teve uma “modesta e estudiosa infância, toda entregue às doçuras de um lar modelo”⁶²⁹. Como “estadista” ou “chefe de Estado”, Isabel é elogiada no masculino, pois promulgar essas “deliberações” elevou seu nome ao de um “benemérito”, “um glorioso”, “um imortal”. Ao seu lado, serviriam “homens da envergadura de Rio Branco”, Caxias, Cotegipe, Antonio Prado, etc. Todos auxiliaram na sua longa e bem-sucedida caminhada à frente do trono⁶³⁰.

Com a Proclamação da República, a antiga princesa foi “condenada” ao exílio, vivendo em “Boulogne-Sur-Seine”, sempre “saudosa da querida terra natal”. Na Europa, seus “dotes” “domésticos” voltam a aparecer, pois, em seu lar, era “singela, afável, laboriosa, inclinada às artes (era exímia pianista)” e procurava ensinar aos seus filhos “nobilíssimas lições”. Com a morte de dois de seus filhos, demonstrou “resignação e serenidade”, sempre apegada à religião. Assim como ocorria com os seus “exímios predicados políticos, ligeiramente apontados”, também era uma filha “digna”, uma esposa dedicada e “mãe brasileira”, qualidades que “por si só” bastavam para a “fazer credora do nosso respeito e admiração”.

Sua religiosidade mereceu um subtítulo à parte. “Católica praticante”, detinha uma “fé inabalável” e sempre demonstrava reunir todas as virtudes cristãs, como a “benevolência”, a “caridade” e um zelo fervoroso⁶³¹. Como regente, havia resolvido questões religiosas do

⁶²⁸ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 212-217.

⁶²⁹ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 212. Grifos nossos.

⁶³⁰ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 213.

⁶³¹ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 214.

Império, momento em que havia sofrido as consequências por sua manifestação dos princípios cristãos. Muitos “inimigos do trono” a chamavam de “beata, fanática e intolerante”, mas suas virtudes inabaláveis mantiveram-na no caminho de forma equânime⁶³². Prova disso é que, reconhecida pelo povo, Isabel também receberia a “Rosa de Ouro”, título concedido pelo “grande pontífice Leão XIII”⁶³³.

Com relação à sua atuação política, Afonso Celso lembra que, quando ainda não havia completado 25 anos, assumiu o trono pela primeira vez, em 1871, em decorrência da viagem de seu pai ao velho continente. Nesse período de turbulência, manteve o país unido graças a seu “talento administrativo”. Depois retornaria à cadeira de seu pai mais duas vezes, em 1876 e 1887. Seus principais atos foram a assinatura de leis e decretos que facilitaram a naturalização de estrangeiros; a manutenção e a extensão das estradas de ferro; uma reforma judiciária; o censo, realizado em 1872; o acordo de paz com o Paraguai, assinado no mesmo ano; novas medidas pela instrução pública; uma “criteriosa descentralização administrativa”; a criação ou ampliação de instituições importantes, como o Museu Nacional, os correios e o Asilo de Meninos Desvalidos; além, é claro, da assinatura da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea, ações que lhe proporcionaram o título de “A Redentora”⁶³⁴.

A libertação dos escravizados também recebeu seu próprio subtítulo. Para Celso, era uma “injustiça” “negar-lhe interferência direta e eficaz na abolição do cativeiro”. Seu nome encontrava-se ligado, indubitavelmente, aos dois maiores “golpes” contra a instituição escravocrata, algo que muitos “representantes da raça negra” reconheciam, como demonstra o “fino apreço” que lhe nutrem José do Patrocínio e André Rebouças⁶³⁵.

Muitos “depreciadores” dizem que a abolição ocorreria “independentemente da princesa” e que as duas legislações eram inevitáveis diante da mobilização popular e da “vontade nacional”. “Ignorância, injustiça, ingratião!” Para o político, tanto os conservadores quanto os abolicionistas foram convencidos pela “força” e “prestígio” que a adesão da princesa proporcionou ao movimento. Ela, assim como toda a sua família, promoveu a abolição. Basta lembrar-se (era impossível esquecer) de seu “esposo”, que libertou os cativos do vizinho Paraguai. Seus filhos também haviam redigido e impresso, em Petrópolis, uma “pequena folha abolicionista”, sendo inclusive perseguidos por isso. Isabel havia aceitado a exoneração de Cotegipe e confiado o poder à João Alfredo, que, “como bem

⁶³² FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 215.

⁶³³ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 214.

⁶³⁴ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 213.

⁶³⁵ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 214.

sabia”, daria prosseguimento à emancipação, e, com toda sua poderosa intervenção, foi avisada pelos escravistas que, caso continuasse “nesse caminho”, acabaria perdendo o trono. Seu “coração imaculado” dedicava-se integralmente a “toda uma raça redimida” e à felicidade “de um povo reabilitado”⁶³⁶. Assim construía-se Isabel, uma imagem do que poderia ser o Terceiro Reinado; ainda que imperfeita, era a segunda que angariava maior simpatia, mesmo em 1925.

Do “coração imaculado” ao “Salve! Rainha!” impresso nos jornais monarquistas⁶³⁷ após a abolição, *esta* Isabel aproximava-se, mais e mais, de Maria. A representação de “Redentora” também remetia ao próprio Cristo (inclusive o carioca), tecendo uma associação religiosa que reforçava tanto a “simplicidade” e o amor quanto a luta pelos desvalidos⁶³⁸. Por outro lado, muitos abolicionistas monarquistas se apegaram à Lei Áurea na esperança da manutenção dos Bragança no comando do Brasil. O Terceiro Reinado só seria possível com Isabel, portanto, tanto sua popularidade momentânea como a imagem positiva impressa nos negros nacionais seriam mobilizadas para uma possível manutenção ou retorno da monarquia. As figuras de José do Patrocínio e André Rebouças remetem ao apoio de alguns expoentes do movimento e à criação da Guarda Negra após a emancipação total⁶³⁹. A liderança de uma mulher incomodava os opositores, que não se continham em atacar o gênero da regente, porém o mesmo pode ser dito das representações positivas, que, em diversos momentos, salientaram seus dotes “domésticos”, sua fidelidade irrestrita ao marido e sua posição de mãe acima de suas ações como regente⁶⁴⁰.

Inevitavelmente, Isabel se tornou a figura monárquica mais ligada à abolição⁶⁴¹. Para muitos, ela havia extinguido a escravidão sozinha, como parece apontar o próprio Afonso Celso. O Instituto contribuiu e muito para a consolidação da imagem de “Redentora”, uma construção que parecia contribuir em muitas frentes, seja para a revitalização de uma monarquia condenada, inclusive pelo escravismo, pela continuidade do projeto civilizacional que a agremiação havia construído ao longo de toda a sua existência ou pela reafirmação de um processo de libertação dos escravizados que permitisse manter na ponta do movimento a

⁶³⁶ FIGUEIREDO JÚNIOR, 1925, p. 216.

⁶³⁷ DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos Escravos”*: um estudo das representações sobre a Princesa. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 114.

⁶³⁸ DAIBERT JÚNIOR, 2001, p. 111-113. Machado de Assis chegou a ironizar a alcunha, comparando os líderes da Câmara e do Senado a discípulos e a Princesa com o próprio Cristo. ASSIS, Machado de. *Crônicas (1888-1889)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 86. Em: DAIBERT JÚNIOR, 2001, p. 111.

⁶³⁹ DAIBERT JÚNIOR, 2001, p. 117-119.

⁶⁴⁰ DAIBERT JÚNIOR, 2001, p. 101-128.

⁶⁴¹ DAIBERT JÚNIOR, 2001.

raça branca, enquanto milhões de negros que lutaram pela liberdade ao longo de 350 anos parecem inaptos para conduzir a própria vida.

O discurso do Instituto sobre os negros produziu uma história em que nenhum deles é protagonista. De início, simplesmente não apareceram. Depois, foram convocados para a morte e, diante da inevitável alteração de *status*, foram mantidos em cativeiro pelos sócios da agremiação. Manter a condução da história nacional em mãos brancas também era um processo de branqueamento. Se todos os cativos, em sua grande maioria negros, não conduziram sua libertação, também não seriam condutores após a abolição. O processo de construção da cidadania brasileira manteria excluídos todos os homens e mulheres descendentes de africanos⁶⁴², em alguns casos, a racialização do debate não pode ser evitada, mas, na esmagadora maioria dos discursos analisados aqui, manteve-se a exclusão dos negros no plano cultural e histórico, além da restrição imposta pela propriedade privada ligada ao direito e às leis.

Na segunda metade do século XIX, a escravidão era um sistema condenado na maior parte da Europa, o que tornava o desenvolvimento brasileiro impossível diante dos olhos “civilizados”. Esse “vexame” parece ter se tornado claro para o Imperador ao longo do conflito latino-americano, momento que precedeu atitudes mais assertivas com relação ao cativeiro. De qualquer maneira, é inegável que o sistema durou mais de 60 anos sob seu comando. Mesmo que tenha professado, a partir dos anos 1860, o interesse pela emancipação total, Pedro II coordenou uma libertação controlada, prolongando o sistema por, pelo menos, 20 anos.

O Instituto, no entanto, parece ter mantido sua posição desde a sua fundação. Ainda que houvesse vozes favoráveis ao cativeiro, a maioria dos letrados já demonstrava, na primeira metade do século XIX, o interesse pelo término do tráfico e, posteriormente, da própria escravidão. Uma parte dessa aversão também se explica pelo fato do sistema já ser condenado, desde o início do oitocentos, em grande parte do “mundo civilizado”. Além disso, a presença de africanos e seus descendentes era considerado um “empecilho” para o progresso nacional, algo que poderia ser resolvido com a extinção do tráfico e a implementação de políticas de imigração ou civilização dos indígenas. Com o fracasso desses projetos, sobretudo até a década de 1870, era necessário pensar em outras soluções, que não poderiam mais ser pautadas no escravismo, diante da possibilidade, cada vez mais concreta, da consolidação da abolição.

⁶⁴² CUNHA; GOMES, 2007.

Diferente do que ocorreu em outras instituições, como no Museu Nacional⁶⁴³ e nos institutos regionais⁶⁴⁴, a grande maioria dos letrados da agremiação carioca não se filiou aos “ismos” que se popularizaram nos últimos 30 anos do oitocentos. A chamada “geração 1870”⁶⁴⁵ não seria incorporada à entidade imediatamente, sobretudo por serem, em sua maioria, críticos ao projeto nacional gestado na instituição durante o Segundo Reinado⁶⁴⁶. Muitos deles denunciaram o indianismo romântico e o catolicismo hierárquico do Instituto e lembrariam o “silêncio” imposto ao negro na formação da narrativa nacional do IHGB⁶⁴⁷. Ainda que houvesse algumas exceções, o discurso sobre o negro não seria racializado⁶⁴⁸, ou seja, não se produziria uma historiografia que procurasse demonstrar a inferioridade biológica da “raça africana” nem se investiria em um discurso etnográfico pautado nas teorias raciais que vinham da Europa e dos Estados Unidos⁶⁴⁹. O que o IHGB procurou fazer ao longo dos anos 1870 e 1930 foi confinar o negro no passado escravista e construir, ao longo de muitos anos de produção, um binômio que seria discutido pela historiografia brasileira até os anos 1980⁶⁵⁰, o negro/escravo.

Representado, por um lado, como inapto e passivo diante do sistema que o aprisionava ou dos processos de emancipação, o negro *do* Instituto, parecia um *ser* dirigido, comandado pelo principal “motor” civilizacional brasileiro. Por outro lado, sem gerar uma separação entre “brancos” e “negros”, o Instituto manteve o discurso harmonizador do Segundo Reinado e do projeto historiográfico de Martius, promovendo a imagem do Brasil como uma mescla “pacífica” de raças “inteiramente diferentes”. A hierarquia se mantinha sem grandes abalos e as revoluções eram contidas. Com a entrada das ciências sociais e o engajamento de nomes como os de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, esse se tornaria um discurso ultrapassado diante dos “avanços” científicos que a biologia, a etnografia e a antropologia física, pretensamente, proporcionavam. Mas, com a comprovação dos erros e mentiras desse discurso científico, em alguma medida, o negro voltaria a ser retratado *apenas* como escravo em *um* passado nacional, muitas vezes, projetado para esse fim. A emergência desse discurso

⁶⁴³ ALONSO, 2002. SCHWARCZ, 1993. SKIDMORE, 2012. TURIN, 2013, p. 139-174.

⁶⁴⁴ MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias Raciais e Interpretação Histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2001.

⁶⁴⁵ ALONSO, 2002.

⁶⁴⁶ CORRÊA, Mariza. *As ilusões de liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998

⁶⁴⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 19. ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977, p. 34.

⁶⁴⁸ ALBUQUERQUE, 2009, p. 183.

⁶⁴⁹ SCHWARCZ, 1993.

⁶⁵⁰ ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. *A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2019.

pode ser localizada nessa produção do IHGB, que procurava controlar, inferiorizar, excluir e, ao mesmo tempo, retornar aos “tempos áureos”⁶⁵¹ do Império.

Pedro II, Isabel, Paranhos, Malheiro, Cotegipe, Saraiva, Barbosa, Oliveira, Rebello, etc., são “emancipadores” de uma mesma raça. São “amostras” de um “emancipacionismo” branco de elite que é mobilizado pela agremiação para que os negros, agora livres, sintam-se agraciados pela liberdade “doada” pelos brancos⁶⁵². Mas nem de longe são os únicos que verdadeiramente lutaram pela destruição dos grilhões. Não pretendemos tratar aqui dos milhares de africanos ou descendentes que resistiram ao sistema escravocrata ou atuaram pela própria libertação. Muitos autores e autoras já fizeram estudos que demonstram a importância da ação dessas pessoas. Mas consideramos importante homenagear, por meio de alguns nomes, todos aqueles que não apareceram nos documentos da agremiação e não tiveram, naquele período, seu espaço na história e um “nicho” no Panteão nacional.

Adelina, Adolfo Congo, Adriano Congo, Afonso Henriques de Lima Barreto, Agostinha, Agostinho, Ahuna, Alexandre Congo, Alfredo Casemiro da Rocha, Alicali, Amador Mina, Amaro Mina, Anastácia, Andalaquituche, André Lualle, André Rebouças, Ângelo, Antonico, Antônio, Arthur Carlos, Augusto Congo, Beliza Nagô, Benedito, Bento Francisco Paranaguá, Cândida Maria da Conceição, Carolina Conga, Catarina, Cosme, Custódia Rebola, Cyro, Dandara, Desidério Mina, Dionísia Angola, Maria Helena Vargas da Silveira, Dionísia Bié, Domingos Álvares, Elias Álvares Lobo, Epifânio, Eugênio Wansuit, Felício Mina, Felipa Maria Aranha, Felipe, Felipe Joaquim, Firmina Benguela, Firmo José de Miranda, Juliano Moreira, Francisco, Helena Moçambique, Henriqueta Benguela, Hipólito Angola, Honorata Benguela, Honório Benguela, Ignácio de Araújo Lima, João Benguela, Joaquim Congo, Joaquim Correia Mina, José da Cunha Barbosa, José do Patrocínio, José Ferreira Menezes, Josefa Congo, Júlio, Laudelino, Luís Nagô, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, Machado de Assis, Paulo Silva, Maria Angola, Maria Rebola, Mariana Congo, Michelina, Miguelina Bié, Narcisa Cassange, Onofre, Paulo, Pio, Plácido Cabinda, Policarpo, Afonso Henriques de Lima Barreto, Pompeu, Quintino de Lacerda, Rufino José Maria, Salustiana Conga, Salvador de Paula, Samuel Ajayi Crowther, Samuel Mina, Luciana Lealdina de Araújo, Sebastião Grande de Arruda, Sebastião Maria, Serafina, Susana, Teodoro Fernandes

⁶⁵¹ SALLES, 2013, p. 50.

⁶⁵² SCHWARCZ, Lília Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. *In: Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, 2007.

Sampaio, Tertuliano, Theophilo Dias de Castro, Tobias Barreto de Menezes, Tristão Antônio José Congo, Vicente, Zumbi, Maria de Lourdes Vale Nascimento.⁶⁵³

Ainda que o discurso do negro-escravo seja reabilitado posteriormente, essa produção do Instituto já convivia, no fim do século XIX e no início do XX, com os estudos da geração de liberais, cientificistas e positivistas, considerados “antagonistas” dos grupos letrados do Segundo Reinado e que alcançaram relevância no cenário nacional a partir dos últimos anos do oitocentos. Parte deles também chegaria à agremiação.

4.4. O negro e o “povo”: entre a possibilidade e a inferioridade

Mesmo que não seja o escopo deste trabalho, consideramos importante pontuar algumas das mudanças importantes que essa outra produção ocasionou. Com os estudos de Étienne Ignace Brazil⁶⁵⁴ e Raimundo Nina Rodrigues⁶⁵⁵, ambos publicados pela revista do Instituto nos primeiros anos do século XX, podemos observar alterações relevantes tanto na epistemologia e, portanto, na compreensão de história e etnografia dos letrados como também na construção, por meio de outros enunciados, de um novo discurso sobre o negro no Brasil. Com característico verniz cientificista, esses autores procuravam comprovar a pretensa inferioridade biológica dos negros. Como diversos autores apontaram, a entrada de teorias

⁶⁵³ ALBUQUERQUE, 2009. CARVALHO, Marcus Joaquim de; GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014. GATO, Mathews. *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2020. GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. DOMINGUES, 2004. FRANCISCO, Luís Roberto de. *Elias Álvares Lobo, um momento na música brasileira*. Itu: Editora Ottoni, 2001. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. MATTOS, 2013. MATTOSO, 2016. MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 18. NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro: A vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da República Velha*. São Paulo: Edusp, 1992. SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira*. Niterói: Eduff, 2020. OLIVEIRA, Fernanda. *Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira: história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil*. Niterói: Eduff, 2020. PEREIRA, Amílcar Araújo. *Paulo Silva: um contraponto nas relações raciais no Brasil*. Niterói: Eduff, 2020. PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018; *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2006. REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 18. XAVIER, Giovana (Org.). *A gente só sabe o final quanto se encerra: novas formas de ensinar e aprender histórias do Brasil Republicano*. Niterói: Eduff, 2020; *Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-Abolição*. Niterói: Eduff, 2020.

⁶⁵⁴ BRAZIL, Étienne Ignace. A Revolta dos Malês. *Revista do IHGB*, Ano XIV, n. 33, p. 121-135; O fetichismo dos negros do Brasil. *Revista do IHGB*, Tomo LXXIV, p. 193-260, 1911.

⁶⁵⁵ RODRIGUES, Raimundo Nina. A Tróia negra: erros e lacunas na história de Palmares. *Revista do IHGB*, Tomo LXXV, p. 231-258, 1912.

deterministas biologizantes, pautadas no darwinismo social, evolucionismo e positivismo, ocorreu durante a década de 1870, sob a luz de teorias raciais vindas da Europa e dos Estados Unidos⁶⁵⁶.

Segundo Mariza Corrêa, o momento em que o negro se tornou livre coincidiu com a emergência desses letrados e com a incorporação dessas teorias, o que possibilitou “transformar escravos em negros, isto é, de constituí-los enquanto categoria de análise”, “objetos da ciência”⁶⁵⁷. Os dois artigos que trataremos rapidamente são exemplos dessa transformação que, mesmo solitariamente, atingiu a produção da agremiação.

Os Malês, estudo escrito por Étienne Brazil, publicado na Revista em 1909⁶⁵⁸, investiga a revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835, e apresenta uma estreita ligação entre a insurreição baiana e a religião *muçulmi* praticada pelo grupo de negros que protagonizou o movimento. Brazil apresenta uma vasta documentação sobre a revolta, partindo das origens africanas dos negros até a descrição dos acontecimentos. É a primeira vez que algum estudo publicado na revista demonstra a preocupação em localizar na África a origem dos negros trazidos como escravos. O intuito do estudo, porém, é comprovar que devido ao seu local de origem e sua religião “atrasada”, esses homens e mulheres eram inerentemente violentos e inferiores. Em *O fetichismo dos negros no Brasil*⁶⁵⁹, publicado dois anos depois, o padre francês realiza um estudo “rito-etnográfico” sobre as “feitiçarias” e “fetichismos” dos negros brasileiros. Nesse caso, seu objeto de investigação são as religiões de matriz africana, detalhando os “dogmas”, “preceitos” e toda a “teologia”⁶⁶⁰.

Em *Tróia Negra, erros e lacunas da História de Palmares*⁶⁶¹, Raimundo Nina Rodrigues faz uma revisão historiográfica sobre os quilombos pernambucanos, criticando a produção anterior por não ter analisado os modos de vida e produção, os costumes e a religião negra nos mocambos do período colonial. Segundo ele, havia uma organização complexa nos quilombos, reproduzindo estruturas da sociedade africana e, ao mesmo tempo, incorporando elementos presentes na sociedade colonial brasileira⁶⁶². Como Brazil, Nina Rodrigues

⁶⁵⁶ ALONSO, 2002. CORRÊA, 1998. SCHWARCZ, 1993. SKIDMORE, 2012. TURIN, 2013.

⁶⁵⁷ CORRÊA, 1998, p. 64.

⁶⁵⁸ BRAZIL, 1909, p. 121-135. O estudo havia sido publicado, de forma mais reduzida, em francês na revista *Anthropos* em Viena, na Suíça, em 1904, e em português na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, dois anos antes de sua ampliação e publicação na Revista do IHGB.

⁶⁵⁹ BRAZIL, 1911, p. 193-260. Este estudo também foi publicado anteriormente na revista *Anthropos*.

⁶⁶⁰ BRAZIL, 1911, p. 202.

⁶⁶¹ RODRIGUES, 1912, p. 231-258.

⁶⁶² RODRIGUES, 1912, p. 237.

atravessa o Atlântico para compreender Palmares, buscando na África as origens de sua organização e “leis”.

Há, na produção dos dois autores, diferenças importantes em relação aos artigos sobre o negro publicados ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Em primeiro lugar, é possível afirmar que ambos os estudos podem ser localizados tanto no saber histórico quanto etnográfico de fins do século XIX e início do XX, por tratarem de eventos do passado de maneira processual, ou seja, buscando compreender por intermédio desse passado o presente e o futuro dos negros brasileiros, realizando uma crítica documental e da produção anterior. Também trazem para o centro das análises elementos como costumes, religião, modo de vida, língua e a sociedade⁶⁶³. Nos dois casos, os autores procuram a “origem” dos negros, sua imigração e possível vinculação com sociedades africanas. Todos esses elementos já se encontravam presentes na etnografia do Instituto durante o Segundo Reinado, porém tomavam como objeto único os indígenas brasileiros.

A “geração 1870” procurou construir uma nova nacionalidade baseada no conceito de “povo”, com a adoção de conceitos importantes como “meio” e “raça”, por meio dos “ismos” já citados anteriormente⁶⁶⁴. Parte dessa construção era calcada em uma crítica à tradição intelectual do Segundo Reinado. A etnografia, como observamos anteriormente, havia se concentrado exclusivamente na figura do indígena, movimento que foi fortemente criticado por esse grupo de intelectuais⁶⁶⁵. Sílvio Romero, importante nome dessa geração, havia criticado o “silêncio” sobre o negro no IHGB⁶⁶⁶. Nina Rodrigues, considerado por muitos como o primeiro letrado a realizar pesquisas etnográficas e antropológicas sobre o negro no Brasil⁶⁶⁷, também havia tecido duras críticas à produção anterior no mesmo sentido. Porém, com a Abolição como um fato político e social, o negro passa a ser livre e objeto de interesse, “aparece assim como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição seja reavaliada pelos intelectuais e produtores de cultura”⁶⁶⁸. O negro, portanto, tornou-se uma *possibilidade*, ou seja, era possível tomá-lo enquanto objeto privilegiado dos estudos históricos e etnográficos, mesmo que esses letrados se interessassem mais pelo caráter “exótico” dessa “raça”, ou procurassem comprovar sua inferioridade.

⁶⁶³ CORRÊA, 1998.

⁶⁶⁴ ORTIZ, 2012, p. 17-18.

⁶⁶⁵ ALONSO, 2002, p. 101.

⁶⁶⁶ ROMERO, 1977, p. 34.

⁶⁶⁷ SKIDMORE, 2012.

⁶⁶⁸ ORTIZ, 2012, p. 19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os discursos sobre o negro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi uma tarefa difícil e, por vezes, até mesmo dolorosa. Contudo, percorrer as páginas da *Revista do IHGB* ao longo de pouco mais de 90 anos foi o que possibilitou construir essa narrativa que demarca as diferenças entre os discursos sobre o negro produzidos pela agremiação ao longo do século XIX e o início do novecentos. Reunindo os enunciados disponíveis, percebemos que os sócios da entidade procuraram construir um passado nacional que pudesse conferir identidade a uma nação que detinha em sua formação um complexo feixe de relações e etnias, especialmente levando em conta os mais de três séculos de colonização, mais de 300 anos de manutenção do sistema escravocrata e a presença de populações nativas espalhadas pelo país. Mais do que tecer aqui uma conclusão, nosso intuito é retomar a construção *do/sobre* o negro que o Instituto empreendeu desde a sua fundação.

O IHGB foi fundado em meio às graves crises que atingiram o Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Um momento em que disputas locais, revoltas separatistas e movimentos sociais diversos impediam que o Estado Nacional, criado a partir da emancipação política de Portugal, se consolidasse. No interior da SAIN, entidade consultiva sobre a economia, proprietários, políticos e burocratas do Estado criaram o Instituto com o intuito de, inicialmente, estabelecê-lo enquanto lugar privilegiado de produção sobre o passado brasileiro, para então escrever – a muitas mãos – *uma* história do Brasil que atendesse às demandas dessa elite letrada e do próprio governo localizado no Rio de Janeiro.

A identidade nacional seria a chave para unir e homogeneizar o país, evitando o esfacelamento territorial e político que acometeu as antigas colônias espanholas da América do Sul, garantindo também a manutenção da monarquia Bragança no poder. A Coroa, inclusive, seria o alicerce dessa construção, convertendo-se em um símbolo de continuidade do processo civilizatório iniciado pelos europeus com a transposição de uma civilização branca e europeia para os trópicos. O primeiro passo para que o Estado Nacional atingisse a almejada estabilidade era a produção de laços de pertencimento e de um passado comum que permitisse, por meio de uma *retórica da nacionalidade*, a construção de um povo, o “brasileiro”. Dessa forma, por meio de uma relação de alteridade, os letrados reunidos em torno do Instituto buscaram produzir uma narrativa sobre o passado que confirmasse e contribuísse para a consolidação de seu projeto de nação, considerando indígenas e negros povos estranhos à civilização que pretendiam edificar.

Porém, para que fosse possível excluir ou incluir esses “outros” do projeto nacional, eram necessárias regras muito bem delimitadas para que essa operação historiográfica, com um caráter marcadamente excludente, mas justificado cientificamente, pudesse produzir uma identidade branca em um país em que a maior parte de sua população era preta ou parda. O projeto historiográfico de von Martius, vencedor do concurso promovido pela agremiação em 1840, deixaria clara a necessidade de tomar a formação nacional como uma “mescla” das “três raças”, ainda que cada uma delas tenha contribuído, segundo o autor, de maneiras muito diferentes para a composição do passado e do próprio “brasileiro”. O português é representado como um “poderoso rio” que absorveria os “pequenos afluentes”⁶⁶⁹ negro e indígena, é o condutor e produtor do processo civilizatório nacional. O indígena torna-se, nesse discurso, um documento do passado imemorial da nação, um monumento de tempos remotos que permitia inserir a história do Brasil na temporalidade das demais nações. As “relações” do negro com a formação nacional restringiam-se ao sistema escravocrata e à emulação das benfeitorias da colonização portuguesa no continente africano e deste lado do Atlântico.

Ainda que as práticas e os métodos apresentados na “dissertação” do botânico alemão tenham caído como uma luva, principalmente diante dos anseios do próprio IHGB, Januário da Cunha Barbosa e outros membros da agremiação reforçariam a diferença entre um “outro” possível e um “outro” que se queria ausente. Segundo o cônego e fundador do Instituto, a presença dos “africanos” era um “empecilho” para a socialização dos indígenas e um atraso para “nossa” própria civilização, um mal que poderia ser superado com o fim do tráfico de escravizados e a retomada do sistema jesuíta de catequização dos nativos⁶⁷⁰. Outros sócios apontaram a necessidade de desvendar o passado indígena para compor a história nacional, uma operação que seria delegada a uma das ciências auxiliares da historiografia oitocentista, a etnografia. Analisando alguns textos prescritivos, pudemos descrever como os métodos e regras delimitadas por Martius e outros membros do IHGB demarcaram a concentração exclusiva do saber etnográfico na figura do indígena, enquanto o presente negro e o passado africano eram absolutamente ignorados.

Em seus primeiros 30 anos de produção, o IHGB publicou apenas cinco estudos que tomam o negro como objeto ou indicam essa necessidade, a etnografia indígena foi utilizada como ferramenta para construir uma temporalidade nacional *pari passu* com as demais nações, já o negro converteu-se em uma *presença enquanto ausência*. Construindo a

⁶⁶⁹ MARTIUS, 1844, p. 398.

⁶⁷⁰ BARBOSA, 1839b, p. 126.

identidade nacional, o IHGB procurou tornar ausente mais da metade de sua população, pessoas escravizadas, libertas ou livres que eram vistas como “empecilhos” e “entraves” a serem superados.

Martius havia prescrito poucos detalhes sobre como seria possível investigar as “relações” do negro com a formação nacional. O Instituto também não se dedicou a isso em suas décadas iniciais. Porém o botânico havia deixado a cargo do historiador que se propusesse a compor a história do Brasil o julgamento sobre os malefícios ou benefícios dessas relações. No fim da década de 1860, quando são reproduzidos dois *prognósticos* sobre a demografia brasileira, os sócios da entidade parecem responder a esse questionamento. Esses artigos, que procuram apontar problemas nacionais e possíveis soluções, encontram nas políticas de imigração europeia o melhor caminho para o desenvolvimento do Brasil. A escravidão é novamente apontada como um obstáculo que tem que ser superado, até mesmo para fomentar o interesse de imigrantes do velho continente para o país. O negro, quando não fosse expatriado e enviado “de volta” à África, deveria desaparecer com o fim do tráfico, da escravidão e com a importação de brancos, que, além de os substituir em todos os trabalhos, poderiam contribuir de maneira ímpar para a civilização nacional. Segundo os autores, os “africanos” trazidos pelo tráfico não poderiam concorrer para o desenvolvimento das artes, da ciência e da cultura brasileira por não terem, em sua “natureza”, o sentido de liberdade e progresso⁶⁷¹.

Publicados após o período de extinção do tráfico de escravizados, esses prognósticos procuravam uma saída para a demanda de braços na lavoura, mas também se preocupavam com a civilização do país que, para eles, só poderia desenvolver-se mediante o branqueamento da população nacional. Outro argumento mobilizado por esses letrados é o risco de uma “guerra civil” entre negros e brancos, apontando a presença dos primeiros como uma grave “ameaça interna”. Reunindo “haitianismo” e publicações sobre Palmares e outros quilombos, o IHGB também concentrou seu discurso sobre o negro no “medo” branco de uma “onda” negra⁶⁷². Em uma narrativa voltada para o futuro, mesmo reproduzindo textos de seu passado, os sócios do Instituto procuravam tornar o negro uma ausência no futuro nacional.

No mesmo período eclode a Guerra do Paraguai e demandas mais urgentes fazem com que o discurso sobre o negro passe da ausência do passado e do futuro para a presença nos campos de batalha. A partir desse momento, os letrados da entidade rememoram a história de Henrique Dias, soldado negro que lutou ao lado dos portugueses durante a invasão holandesa

⁶⁷¹ OLIVEIRA, 1868, p. 76.

⁶⁷² AZEVEDO, 1987.

ao nordeste luso-brasileiro. Convertido em herói, Dias seria atualizado para servir de exemplo aos nacionais negros que deveriam compor as fileiras do exército no conflito regional. A glória do mestre-de-campo e seu espaço conquistado no “panteão” nacional, bem como sua devoção incondicional à Coroa, seriam reunidos em torno da produção de um negro/soldado que partiria das senzalas para o campo de batalha. Em um período em que os debates pela abolição cresciam, esse discurso também serviria para enviar à morte parte do “empecilho” que muitos outros sócios já haviam demarcado. Outra peça do branqueamento era encaixada e a necropolítica⁶⁷³ fazia com que muitos tivessem que viver entre as armas, os grilhões ou a pobreza.

No final do século XIX, tanto a escravidão quanto o Segundo Reinado encontrariam seu término. Os “protegidos” do Império encontraram-se em uma situação ímpar diante de alguns republicanos que viam na face da entidade o rosto do antigo regime político. Mesmo antes do golpe, Pedro II e outros membros da elite política se envergonhavam da pecha escravista que a monarquia e o Brasil carregavam em um momento em que o sistema já havia sido abolido e condenado na maior parte do mundo. O rubor que percorreu o rosto “nobre” também alcançou os eleitos encastelados na agremiação. Com a extinção da escravidão e a derradeira crise do Segundo Reinado, o IHGB procuraria angariar os louros da Lei Áurea para revitalizar a monarquia e sua própria imagem, afastando os Bragança e os consócios do atraso e da crueldade que o cativo representava. A escravidão entraria na ordem do dia aliando a essa *nostalgia imperial*⁶⁷⁴ a construção de um escravo passivo e inapto que, de braços abertos, parecia receber calado o presente da liberdade entregue pelas mãos brancas de uma elite política e letrada que antes havia lhe imposto os grilhões.

O discurso que produz esse binômio negro/escravo mantém-se hegemônico na agremiação até meados da década de 1920. Abalos, ainda sutis, foram provocados quando alguns letrados da chamada “geração 1870”⁶⁷⁵ passaram a compor os quadros da instituição no fim do oitocentos. Muitos desses homens adotaram partes dos pressupostos de teorias raciais erradicadas na Europa e nos Estados Unidos. No início do século XX, Raimundo Nina Rodrigues e Etienne Ignace Brazil podem ser tomados como exemplos dessa produção que trouxe aportes metodológicos e epistemológicos diferentes do discurso majoritário da agremiação. Essas produções, apenas apontadas neste trabalho, abrem a possibilidade para

⁶⁷³ MBEMBE, 2016.

⁶⁷⁴ SALLES, 2013.

⁶⁷⁵ ALONSO, 2002.

novos estudos dedicados a essas publicações e às possíveis relações delas com os discursos que tratamos aqui. Tema para novos estudos.

A história da história que percorremos nas páginas anteriores foi, por muito tempo, *a* história do Brasil. A história que analisamos até aqui foi tomada por muitos como a nossa história. Escrita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, essa produção chegaria aos lares, escolas, ruas e praças, alcançando até mesmo as memórias, ficando disponível, ainda hoje, aos diferentes discursos *do* e *sobre* o Brasil. Nosso intuito foi desnaturalizar essa produção histórica, procurando mostrar como o Instituto orientou as práticas e a escrita de uma historiografia marcadamente excludente.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

ANNUNCIACÃO, André da; MAIOR, João da Cunha Solto; MENDONÇA, Christovão de. Condições Ajustadas com o governador dos paulistas Domingos Jorge Velho em 14 de agosto de 1693 para conquistar e destruir os negros de Palmares. *Revista do IHGB*, Tomo XLVII, p. 19-24, 1884.

ARARIPE, Tristão de Alencar Araripe. Movimento Colonial na América. *Revista do IHGB*, Tomo LVI, Parte 2, p. 91-115, 1893.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra Civil no Rio Grande do Sul - Capítulo XII - Bento Gonçalves à frente da república; seu manifesto aos povos; incremento de causa republicana; imprensa da rebeldia; escravos no exército rebelde; represálias e atrocidades da guerra; violação da propriedade brasileira; curso. *Revista do IHGB*, p. 195-202, 1880.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, T. LVII, Parte II, p. 259-290, 1895.

BARBOSA, Januário da Cunha. Escravos e a civilização dos índios. *Revista do IHGB*, Tomo I, p. 123-129, 1839.

BARBOSA, Januário da Cunha; MATOS, José da Cunha. Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Tomo I, p. 06, 1839.

BRAZIL, Etienne Ignace. A Revolta dos Malês. *Revista do IHGB*, Ano XIV, n. 33, p. 121-135.

BRAZIL, Etienne Ignace. O fetichismo dos negros do Brasil. *Revista do IHGB*, Tomo LXXIV, p. 193-260, 1911.

CAMPOS, José Joaquim Carneiro de. Libertação de escravos por ocasião da Guerra de independência nacional. *Revista do IHGB*, Tomo LX, p. 159-160, 1897.

CASTRO, José Fernando de Portugal e. Dois Africanos mandados a Bahia pelo Rei Dagomé. *Revista do IHGB*. Tomo LIX, p. 413-419.

CASTRO, Martinho de Mello. Opinião de um frade Capuchinho sobre a escravidão no Brasil em 1794. *Revista do IHGB*, T. LX, Parte II, p. 155-157, 1897.

CORREA JÚNIOR, Manoel Francisco. Circular no Governo imperial sobre a lei de libertação do ventre escravo. *Revista do IHGB*, Tomo LV, p. 259-260, 1892.

CORRÊA, Armando Magalhães. Assistência? Religião. *Revista do IHGB*, n. 167, p. 200-216, 1933.

CORRÊA, Armando Magalhães. Macumba. *Revista do IHGB*, n. 167, p. 217-222, 1933.

DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. A abolição no Brasil. *Revista do IHGB*, Tomo LXIII, p. 187-192, 1900.

DRUMMOND, Antônio de Menezes Vasconcellos de. Relação das guerras feitas aos palmares de Pernambuco. *Revista do IHGB*, T. XXII, p. 303-329, 1859.

FAZENDA, José Vieira. Cemitérios dos escravos. *Revista do IHGB*, Tomo 86, n. 19, Vol. 140, p. 346-351, 1919.

FAZENDA, José Vieira. Um amigo dos escravos. *Revista do IHGB*, T. 95, Vol. 149, p. 236-240, 1923.

FAZENDA, José Vieira. Ventre Livre. *Revista do IHGB*, T. 93, Vol. 147, p. 07-11, 1923.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de Assis. Isabel a Redentora. *Revista do IHGB*, T. 98, vol. 152, p. 212-217, 1925.

FONSECA, Pedro Paulino. Dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombola dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678. *Revista do IHGB*, Tomo XXXIX, p. 293-322, 1876.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Apontamentos históricos. *Revista do IHGB*, T. XXXV, Parte Segunda, p. 249-676, 1872.

GOUVEIA, José Pina. Reconhecimento da independência do império do Brazil pelos reis d'África. *Revista do IHGB*, Tomo LIV, p. 161-162, 1891.

IHGB. Extrato das atas das sessões. *Revista do IHGB*. Tomo I, p. 47-48, 1839.

LAILLET, Claudio. Escravos fugidos do Pará para Caiena, e relações dos padres das duas localidades. [Tradução Tristão de Alencar Araripe]. *Revista do IHGB*, Tomo LVI, p. 165-166, 1893.

LAMAS, André. Carta de D. André Lamas sobre A lei de extinção da escravidão. *Revista do IHGB*, Tomo LVII, p. 155-158, 1894.

LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, T. LXIX, Parte II, p. 192-285, 1908.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de antropologia. Região e raças selvagens, *Revista do IHGB*, T. XXXVI, Parte Segunda, p. 359-505, 1873.

MARQUES, Cesar Augusto. Memória histórica da administração provincial do Maranhão pelo bacharel Franklin Américo de Menezes Dória, *Revista do IHGB*, T. XLI, Parte Segunda, p. 05-130, 1878.

MARTIUS, Carl F. von. Como se deve escrever a história do Brasil (1844), *Revista do IHGB*, p. 189-190, 1844.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil. *Revista do IHGB*, T.XXVI, p. 121-143, 1863.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia histórica da província de Goiás. *Revista do IHGB*, T. XXXVIII, Parte Primeira, p. 05-150, 1875.

MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. Sobre a alforria de um escravo. *Revista do IHGB*, T. XLI, Parte Primeira, p. 350-351, 1878.

MORAES, Evaristo de. A Abolição e o Imperador. *Revista do IHGB*, T. 98, Vol. 152, p. 862-866, 1925.

MORAES, Evaristo de. Pedro II e o movimento abolicionista. *Revista do IHGB*, T. 98, Vol. 152, p. 323-343, 1925.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Velloso de. Sobre o melhoramento da província de São Paulo aplicável em grande parte às províncias do Brasil, *Revista do IHGB*, T. XXXI, Parte Primeira, p. 05-103, 1868.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. Henrique Dias. *Revista do IHGB*, Tomo XXXI, Parte Primeira, p. 365-383, 1868.

RATH, Carlos. Etnologia sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal. *Revista do IHGB*, T. XXXIV, p. 287-292, 1871.

REBELLO, Henrique Jorge. Memória e considerações sobre a população do Brasil. *Revista do IHGB*, T. XXX, Parte Primeira, p. 05-43, 1867.

RODRIGUES, Raimundo Nina. A Tróia negra: erros e lacunas na história de Palmares. *Revista do IHGB*, Tomo LXXV, p. 231-258, 1912.

SANTIAGO, Diogo Lopes de. De uma saída que fez do Recife um coronel holandês pela força da bateria à estância do governador dos pretos Henrique Dias, e da batalha que houve em que o inimigo se retirou com muita perda de gente, e de como intentou outra vez ganhar a mesma estância sem surtir efeito, *Revista do IHGB*, T. XLIII, Parte 1, p. 71-75, 1880.

SILVA, Rodrigo Augusto da. A extinção da escravidão no Brazil. - Princesa imperial regente. *Revista do IHGB*, Tomo LI, p. 17-18, 1888.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Na Bahia Colonial, 1610-1761. *Revista do IHGB*, T. 90, Vol. 144, p. 237-382, 1921.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Etnografia Indígena, línguas, Emigrações e Arqueologia: padrões de mármore dos primeiros descobridores. *Revista do IHGB*, T. XII, V (nova série), p. 366-376, 1849.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Etnografia Indígena, línguas, Emigrações e Arqueologia: padrões de mármore dos primeiros descobridores. *Revista do IHGB*, T. XXI, p. 389-398, 1858.

VERISSIMO, José. Populações indígenas e mestiças da Amazônia, sua linguagem, suas crenças e seus costumes. *Revista do IHGB*, Tomo L, Primeira Parte, p. 295-390, 1887.

WALLESTEIN, Júlio. Sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. *Revista do IHGB*, T. XLV, Parte 1, p. 159-160, 1882.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudo; crítica e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. *Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da primeira república*. Niterói: Eduff, 2020.

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. *A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história tem juízo: o juiz e o inquérito como modelos de autoria e procedimento analítico na escrita historiográfica. *História da Historiografia*, v. 13, n. 34, p. 17-40, 2020.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudo Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ANDRE, Maria da Consolação. *O ser negro: um estudo sobre a construção de subjetividades em afro-descendentes*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ANHEZINI, Karina. Arautos da História da historiografia: as disputas por um conceito de historiografia nas caras de Amaral Lapa enviadas a Nilo Odália. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 11, n. 1, p. 04-21, 2015.

_____. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, B. F. et al. (Orgs.). *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 239-251.

_____. *Um metódico à Brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ANÔNIMO. Visão achada entre os papéis de um solitário. *Diário Fluminense*, 1831.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____; PIMENTA, João Paulo G. História. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ARRAIS, Cristiano Pereira de Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (Org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

ASSIS, Machado de. *Crônicas (1888-1889)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da “raça”: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, 2005.

_____. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, 1996.

_____. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. *Revista do IHGB*, Tomo II, 1840.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra no estado de São Paulo. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira São Paulo, 1971.

_____; FERNANDES, Florestan. *Branco e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. Brasília: Brasiliense, 1981.

BELCHIOR, Luna Halabi. *A religião nacional: A experiência brasileira de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Org.). *Escrever História. Historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BERTONI, Angelo; SALGADO, Ivone. *Da Construção do Território ao Planejamento das Cidades: Competências Técnicas e Saberes*. São Carlos: Rima, 2011.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.

_____. *A Abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BOTELHO, Tarcísio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, 2005, p. 321-341.

BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. O Haiti era lá, aqui e acolá. Os discursos sobre a escravidão no século XIX. In: ALMEIRA, Jaime de; CABREBA, Olga. (Org.) *Caribe: Sintonias e Dissonâncias*. Goiânia: Centro de Estudos do Cabine no Brasil, 2004.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. *Calabar, o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

CALMON, Pedro. *Franklin Dória, Barão de Loreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de Términos Filológicos*. Madrid: Editorial Gredos, 1981.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Marcus de. O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-1823. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, n. 1, vol. 43, p. 1-30, 2006.

CARVALHO, Marcus Joaquim de; GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

CARVALHO, João D. Antunes Cardoso do Lago. Para britânico lamentar? As relações entre Brasil e Inglaterra e a lei de 1831. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 26, n. 3, p. 9-17, 2014.

CASTRO, Jeanne Berrance de. “O Negro na Guarda Nacional”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. 3, 1969, p. 149-172.

CAVALCANTE, Marília Teles. “*Calabar está onde não está*”: história, memória e mito (1869-2017). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Sergipe, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora (UNISC)*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005.

_____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 29-41.

_____. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história Intelectual. In: PESAVENTO, Sandra. (Org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____. Lição sobre a escrita da história: Historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1. Maringá, 2004, p. 12.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Os Voluntários da Pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983.

CINTRA, Assis. *A reabilitação histórica de Calabar*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões de liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. *Da monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

COTTA, Francis. *No rastro dos dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CRUZ, Abner Neemias da. *As práticas políticas de Silvestre Rebello: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista FCHS, Franca, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Negros, estrangeiros: escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos Escravos”*: um estudo das representações sobre a Princesa. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

DOMINGUES, Daniel. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*. Nova York: Cambridge University Press, 2017.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? – A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002.

_____. *Uma História Não Contada - Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição*. São Paulo: Editoria SENAC, 2003.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (Org.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Mulheres comuns, senhoras respeitáveis. A presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. Tropas femininas em marcha. *Revista Nossa História*, Ano 2, n. 13, p. 38-41, 2004.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven, Yale University Press, 2010.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, n. 25, 2000.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *Revista do IHGB*, V. 266, 1965, p. 68-148

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2007.

FERRARA, Mirian Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1964)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1981.

FERRETTI, Danilo José Zioni. Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830-1836). *Revista Tempo*, vol. 20, 2014.

_____. O experimentalismo de Januário da Cunha Barbosa: projeções de futuro nacional, escravidão e a criação do IHGB (1834-1839). *História da Historiografia*, v. 13, n. 34, 2020.

FIÃO, Antônio Valle Caldre e. A substituição dos braços escravos pelos livres. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 9, 1852, p. 225.

_____. A substituição dos braços escravos pelos livres. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 7, p. 233-252, 1849.

_____. A substituição dos braços escravos pelos livres. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 8, p. 273-283, 1850.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Teias da memória: A Companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 23, p. 77-96, 2000.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FLORENTINO, Manolo; VILLA, Valencia. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *Revista História* (São Paulo). v. 35, e78, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

_____. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A Nobreza vive em bandos. A economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVI, algumas notas de pesquisa. *Tempo. Niterói*, n. 15, p. 11-25.

FRANCISCO, Luís Roberto de. *Elias Álvares Lobo, um momento na música brasileira*. Itu: Editora Ottoni, 2001.

FREYRE, Gilberto. O fator racial na política contemporânea. *Ciência & Trópico*. Recife, vol. 10, n. 01, 1982.

_____. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GATO, Matheus. *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GOLDONI, Aline Cordeiro. *Conflito e negociação: as dificuldades de realização de recrutamento de Guardas Nacionais durante a Guerra do Paraguai na província do Rio de Janeiro*. XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *“A espuma das províncias”*: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

_____. *Debaixo da imediata proteção imperial*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011.

_____. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, p. 459-613, 1995.

_____. Januário da Cunha Barbosa. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 135-143, 1989.

_____. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Linguagens*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, p. 45-57.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, vol. VII (2), 2000.

_____. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

_____. Usos da história: Refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003.

_____. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2010.

HENRIQUE-PINTO, Renato. Histórico do Conhecimento Geológico sobre o Pré-Cambriano Paulista até o ano de 1955. *TERRÆ DIDÁTICA*, 2013, 10:52-66.

IBGE, *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IHGB. Ata da 180ª Sessão em 14 de outubro de 1847. *Revista do IHGB*. T. IX, p. 562-563, 1847.

IZECKSOHN, Vitor. O recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 11, n. 21, 2015, p. 96-110.

JEHA, Silvana. Cores e marcas dos recrutas e marujos da armada, c. 1822-c. 1860. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 7, 2013, p. 36-66.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. “O Abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. *Afro-Ásia*, n. 17, 1996, p. 29-56.

_____. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra de independência na Bahia. Chicago (EUA), *Conference on Latin American History*, 2000.

LAMOUNIER, Maria Lúcia; LANZA, André Luiz. A América Latina como destino de imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). *Cadernos Prolam/USP*, 14, 2015, p. 93-110.

LEITE, Alfredo Carlos Teixeira. *O tráfico negreiro e a diplomacia britânica*. São Paulo: EDUCS, 1998.

LIMA, Carlos A. M. Escravos na peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850). *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 18, p. 131-152, 2002.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias Raciais e Interpretação Histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2001.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial – Vol. I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MANCHESTER, Alan. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999.

MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, 1865, Tomo VI, p. 389-411.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores da liberdade: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico Português. In: *XXIV Simpósio Nacional de História, Anais da Associação Nacional de História – ANPUH*, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*: Rio de Janeiro, n. ° 32, 2016, p. 131.

MELO, Carlos Augusto de. *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do romantismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MENONCELLO, Aline Michelini. Julgamentos a serviço da História. *História da historiografia*, v. 9, n. 22, p. 238-257, 2017.

_____. Um guia de leitura: A concepção de ciências sociais e história do jurista Pedro Lessa. *Expedições: teoria da história e historiografia*, v. 11, , p. 1-18, 2020.

MORAES, Renata Figueiredo. O “dia do delírio” de Machado de Assis e as festas da abolição. *Machado de Assis em linha*, São Paulo, v. 11, n. 23, p. 34-53, 2018.

MOREL, Marco. O Haiti não foi aqui. *Revista Nossa História*, ano 1, n. 11, 2014.

_____. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MOTT, Luiz. A revolução do Haiti e o Brasil. *História: Questões e Debates*, 3 (4), 1982, p. 55-63.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: Editora H. Garnier, 1899.

NARITA, Felipe Ziotti. *O tempo sagrado do Império: História e religião na obra do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Unesp Franca, 2012.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840). *Dimensões*, Vol. 21, 2008.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Editora Annablume, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro: A vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da República Velha*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NUNES, Elzimar Fernanda. As vozes de Calabar e a voz de Calabar: uma reflexão sobre o discurso histórico. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 21, Brasília, janeiro/junho de 2003.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. *Sobre o melhoramento da província de São Paulo aplicável em grande parte às províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824*, Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

OLIVEIRA, Fernanda. *Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira: história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil*. Niterói: Eduff, 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Maria Lêda. A primeira relação do último assalto a Palmares. *Afro-Ásia*, n. 33, 2005, p. 251-324.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Um conceito antropológico de Identidade. *Série Antropológica*, n. 06, Brasília, UnB.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PAES, Mariana Armond. *Sujeitos da história, sujeitos de direito: personalidade jurídica no Brasil escravista (1860-1888)*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

PAIVA, José Pedro. *Padre Antonio Vieira, 1608-1697*. Bibliografia. Biblioteca Nacional: Lisboa, 1999.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

PEDRO, Vanessa Lehmukuhl. *Morte e liberdade na Guerra do outro: os negros em narrativas sobre a Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *Paulo Silva: um contraponto nas relações raciais no Brasil*. Niterói: Eduff, 2020.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. D. Antonio Filipe Camarão. *Revista do IHGB*, 1869, Tomo XXXII, p. 201-208.

_____. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. André Vidal de Negreiros. *Revista do IHGB*, 1869, Tomo XXXII, p. 329-342.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2006.

_____. *Escritos de Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Bahia: Imprensa Econômica, 1878.

PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios Cavalleiros, ou da nação Guaycurú. *Revista do IHGB*, 1839, Tomo I, p. 156-178.

QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

RÉ, Henrique A.; SAES, Laurent A. M. de; VELLOSO, Gustavo (Orgs.). *História e Historiografia do Trabalho Escravo no Brasil: novas perspectivas*. São Paulo: Publicações BBM, 2020.

REBELLO, José Silvestre. Novo trabalho. *Revista do IHGB*, Tomo I, p. 129-133, 1839.

REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICHARD, Graham. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002.

ROCHA, Antônio Penalves. Ideias antiescravistas da ilustração na sociedade brasileira escravista. *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n. 39, São Paulo, p. 43-79, 2000.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1808-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965

_____. História e historiografia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

_____. Teoria da História do Brasil: introdução metodológica. 2ª. ed., revista, aumentada e ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (2 volumes).

_____. Vida e História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Matos*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

RODRIGUES, Raimundo Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, v.11, n.63, p. 645-672, 1904.

_____. *As coletividades anormais*. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Progresso, 1957.

_____. *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2004.

ROMERO, Silvio. *Contos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. *Ethnographia brasileira: estudos críticos sobre Couto Magalhães, Barbosa Rodrigues, Teófilo Braga e Ladislao Netto*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alvez, 1988.

_____. *História da literatura brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

_____. *O evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Álvares & C., 1895.

SALGADO, Ivone. Saberes práticos e saberes teóricos nas obras públicas da Província de São Paulo. *ANPUH*, Simpósio Nacional de História, 2009.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Nostalgia imperial: escravidão e formação de identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 9, 2012.

SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira*. Niterói: Eduff, 2020.

SCHULTZ, Kirsten. A Crise do Império e a Questão da Escravidão: Portugal e Brasil, c.1700 - c.1820. *Acervo*, v. 21, n. 1, 2011, p. 63-82.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das Letras: São Paulo, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiço. *Cienc. Cult*, vol.64, n.1, 2012.

_____. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, 2007.

_____. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, 2002.

SILVA, Gabriela Correa da. *Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2019.

SILVA, Jônatas Conceição da. *Vozes Quilombolas: uma poética brasileira*. Salvador: EdUFBA; Ilê Aiyê, 2004.

SIQUEIRA, Francisca Pereira. Abolicionismo inglês e francês (1787-1833) em perspectiva comparada. *Revista de História Comparada*, v. 12, n. 2, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996.

STUMPF, Lúcia Klück. *Fragmentos da guerra: imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 338-340.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: o poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

_____. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975; *História das lutas holandesas no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2002.

_____. *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens. Indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration em Amérique, invasion du Brésil par les Tupis, etc.* Vienne, Librairie I. et R. de Faesy & Frick, 1876, p. 5-10.

WEHLING, Arno. A concepção histórica de von Martius. *Revista do IHGB*, 1994, p. 721-731.

_____. Construindo o Estado e a Nação (nas origens do IHGB). *Carta Mensal*, n. 689, Rio de Janeiro: CNC, 2012.

_____. Varnhagen, história e diplomacia. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.) *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, P. 45. Ver também: SANTOS, 2012, p. 98-99.

XAVIER, Giovana (Org.). *A gente só sabe o final quanto se encerra: novas formas de ensinar e aprender histórias do Brasil Republicano*. Niterói: Eduff, 2020.

_____. *Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-Abolição*. Niterói: Eduff, 2020.